



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Adriana Monteiro da Silva

BARRAGEM DE ESTREITO: Efeito no território dos Pescadores Artesanais de
Tocantinópolis (TO)



Araguaína/TO

2026

Adriana Monteiro da Silva

BARRAGEM DE ESTREITO: Efeito no território dos Pescadores Artesanais de
Tocantinópolis (TO)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI), como requisito à obtenção de grau de Mestra em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas Espaciais – Paisagem Território e Educação

Linha de pesquisa: Estudos da Paisagem e do Território

Orientador: Prof. Dr. Airton Sieben

Araguaína/TO

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT
Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586b Silva, Adriana Monteiro da.

BARRAGEM DE ESTREITO: Efeito no território dos Pescadores Artesanais de Tocantinópolis (TO) / Adriana Monteiro da Silva. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2026.
142 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Pós-Graduação - Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2026.

Orientador: Airton Sieben.

1. Impactos Socioambientais. 2. Amazônia. 3. Território.

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

ORCID dos pesquisadores

Orientador: Airton Sieben, <https://orcid.org/0000-0002-4813-5401>

Orientando: Adriana Monteiro da Silva, <https://orcid.org/0009-0001-9742-7339>

ADRIANA MONTEIRO DA SILVA

BARRAGEM DE ESTREITO: Efeito no território dos Pescadores Artesanais de
Tocantinópolis (TO)

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI), curso de Geografia. Foi avaliada para à obtenção de grau de Mestra em Geografia, e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela banca examinadora.

Data de aprovação: 30/05/2026

Banca Examinadora:

AIRTON
SIEBEN:68
540787091

Assinado de forma digital por AIRTON SIEBEN:68540787091
Dados: 2026.06.02 10:00:36 -03'00'

Prof. Dr. Airton Sieben (Orientador – UFNT)

gov.br ELIAS DA SILVA
Data: 01/06/2026 19:57:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Elias da Silva (Membro Interno – UFNT)

gov.br ROSANE BALSAN
Data: 01/06/2026 22:17:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Rosane Balsan (Membro Externo – UFT)

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, por iluminar meu caminho ao longo desta trajetória. Dedico-o também aos meus pais, Antonio Monteiro da Silva e Aldice Costa Monteiro. Aos meus irmãos, Luciana Costa Monteiro e Dorival Costa Monteiro. Ao meu filho, Luiz Octavio Monteiro da Silva. Por fim, ao meu esposo, Edmilson Batista de Araújo, pelo amor, apoio e incentivos constantes.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me permitir trilhar esse caminho, concedendo força, sabedoria, saúde e perseverança durante toda a trajetória acadêmica e na construção desta pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGEO/UFNT) pela oportunidade de integrar a primeira turma de 2024, bem como pela construção de conhecimentos, experiências e aprendizagens fundamentais para minha formação acadêmica e científica.

Agradeço à UFNT, à direção e à administração desta instituição, bem como a todos os membros do corpo docente do PPGEO, pelos conhecimentos compartilhados, pelas contribuições teóricas e metodológicas e pelo compromisso com a formação acadêmica, que contribuíram para o meu amadurecimento científico e para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço a todos os pescadores e pescadoras artesanais da Colônia de Pescadores Z-7, agradeço a todos os pescadores e pescadoras artesanais, nas pessoas do Sr. Marcondes Pereira de Sousa Santos, presidente da Colônia Z-7, e do Sr. Manoel Pereira Sousa, secretário da Colônia de Pescadores de Tocantinópolis, que contribuíram para a construção desta pesquisa.

Agradeço, de forma especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Airton Sieben, pelas orientações, dedicação e confiança ao longo de todo o processo de elaboração desta pesquisa, bem como pelo compartilhamento de seus conhecimentos e experiências, fundamentais para o meu desenvolvimento acadêmico.

Agradecimentos também ao Prof.^a Dr.^a Elias da Silva, pela participação na banca de qualificação e defesa, e por ter contribuído com melhorias, como também pelos incentivos ao meu crescimento acadêmico, ao Prof.^o Dr. Eliseu Pereira Brito, pela participação na banca de qualificação e por ter contribuído com seu olhar atento para a melhoria deste estudo e à Prof.^a Dr.^a Rosane Balsan, da Universidade Federal do Tocantins (UFT) por ter aceito o convite em participar da banca de defesa como membro externo, e ter se deslocado de Palmas – TO, para estar presente no campus da UFNT para contribuí com o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço, de maneira muito especial, à minha amiga de infância, Lucivania Conceição Dias Moreira, pelo acolhimento, carinho e apoio durante todas as etapas da pesquisa de campo. Sou profundamente grata pelo convite para me hospedar em sua casa durante o período de sondagem da pesquisa e também na fase de realização das entrevistas com os participantes.

Expresso também minha sincera gratidão à minha amiga Magarety Costa Miranda, cuja amizade nasceu no ambiente de trabalho e se fortaleceu ao longo dos anos. Agradeço por

acreditar em mim desde o primeiro edital do PPGEIO, quando me incentivou a participar do processo seletivo e afirmava, com convicção, que eu seria aprovada logo na primeira tentativa.

Agradecimentos especiais aos meus pais, Antonio Monteiro da Silva e Aldice Costa Monteiro, por todo o incentivo, dedicação e amor. Os ensinamentos transmitidos ao longo da minha vida contribuíram para a formação da pessoa que sou hoje. Aos meus irmãos, Luciana Costa Monteiro de Carvalho e Dorival Costa Monteiro, pelo carinho, apoio incondicional e por sempre acreditarem em meu potencial. Ao meu filho, Luiz Octavio Monteiro da Silva, minha maior inspiração e razão para seguir em frente, por compreender minha ausência em tantos momentos e por ser a força que me motivou a perseverar diante dos desafios e a concretizar este sonho. Esta conquista também é de vocês.

Estendo meus agradecimentos ao meu esposo, Edmilson Batista de Araújo, pelo amor, apoio, companheirismo, compreensão e incentivo constante ao longo de toda essa trajetória acadêmica. Sua presença foi essencial para que eu enfrentasse os desafios com serenidade e celebrasse cada conquista alcançada.

Agradeço também à minha cunhada, Edileusa Batista de Araújo, pelas orientações, pela disponibilidade em compartilhar seus conhecimentos sobre a submissão desta pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFNT. Sua experiência e incentivo foram fundamentais.

Finalmente, agradeço aos colegas da primeira turma de 2024 do PPGEIO/UFNT, pela convivência, pelas trocas de experiências, pelos diálogos construídos ao longo da trajetória acadêmica e pelos momentos de aprendizagem compartilhados, que tornaram essa caminhada mais significativa.

Este trabalho é resultado da contribuição de diversas pessoas. Assim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, tornaram possível a realização desta pesquisa. Meu sincero agradecimento a todos que fizeram parte da minha formação acadêmica e pessoal. Esta conquista também é de vocês.

Resistência

Se te ferram com o ferro da injustiça
Se te exploram com a face da cobiça
E corroem tua esperança na igualdade
E trucidam tua fé na bondade
Não baixe tua fronte para esse mal
Não se cale frente ao mundo desigual
Chute para longe o gás lacrimogênio
Enfrente o mal deste novo milênio
Vista a máscara da vingança
E na rua clame por mudança
Não desista da luta maior
Que anseia um mundo melhor
Não aceite a violência do Estado
Não deixe seu direito ser violado
Nunca deixe tua consciência ser monetizada
Não permita que tua essência seja abalada
Enquanto a voz do oprimido for negligenciada
Enquanto a parte pobre for rejeitada
Haverão greves, lutas, piquetes e protestos
Haverá descontentamento e manifestos
Assim será até o nascer de um novo tempo
Assim será até o soprar do último vento.

Giano Guimarães

RESUMO

No Brasil, a geração de energia hidrelétrica a partir de sistemas fluviais desempenha um papel central na produção de eletricidade. A construção de projetos hidrelétricos de grande porte gera impactos socioambientais e altera os modos de vida de comunidades tradicionais, como ilustram as adversidades enfrentadas pelos pescadores da Colônia Z-7, situações que impulsionaram estratégias de resistência permitindo-lhes permanecer em seu território de pesca. Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo foi analisar os efeitos do projeto hidrelétrico sobre o território de pescadores artesanais em Tocantinópolis, no estado do Tocantins. O município situa-se na margem esquerda do Rio Tocantins, e o estudo foi realizado em sua área urbana. A pesquisa buscou identificar a área afetada e documentar os procedimentos metodológicos adotados. Dessa forma, esclareceu-se o papel do Estado e do empreendedor privado na construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE), bem como os efeitos da barragem sobre as populações atingidas, concentrando-se nas percepções dos pescadores artesanais da Colônia Z-7, enquanto indivíduos diretamente afetados pelo empreendimento. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, fundamentada na fenomenologia, para compreender as vivências dos pescadores. Os procedimentos metodológicos incluíram revisão de literatura, análise documental e entrevistas semiestruturadas realizadas com 10 pescadores artesanais da Colônia Z-7, em março de 2026, abordando aspectos socioeconômicos, a relação dos pescadores com o Rio Tocantins, os impactos da UHEE e as estratégias de adaptação desenvolvidas após sua implementação. A Colônia Z-7 conta com 442 pescadores artesanais registrados, distribuídos por 12 municípios dos estados do Tocantins e do Maranhão: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguaína, Darcinópolis, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia, Nazaré, Palmeiras, Porto Franco e Tocantinópolis. O referencial teórico baseou-se em discussões sobre grandes projetos hidrelétricos e seus impactos socioambientais, em diálogo com os conceitos de território, territorialidade, lugar, identidade, relações territoriais e reprodução social, considerando também o marco legal da pesca artesanal, estabelecido pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Os resultados demonstraram que a construção e a operação da UHEE provocaram mudanças profundas na dinâmica do Rio Tocantins e no cotidiano dos pescadores artesanais. Os principais impactos socioambientais identificados incluem a redução da abundância de espécies de peixes, a mortandade de peixes, as flutuações na vazão do rio, as alterações nos habitats aquáticos e as dificuldades econômicas enfrentadas pelos pescadores. De modo geral, os impactos da UHEE extrapolaram a dimensão ambiental, afetando as relações sociais, culturais, econômicas e simbólicas dos pescadores artesanais da Colônia Z-7, comprometendo a reprodução de seus modos de vida e reafirmando a necessidade de políticas públicas voltadas à proteção desses territórios tradicionais.

Palavras-chave: Impactos Socioambientais. Amazônia. Território. UHEE. Rio Tocantins.

ABSTRACT

In Brazil, hydropower generation from river systems plays a central role in electricity production. The construction of large-scale hydroelectric projects gives rise to socio-environmental impacts and alters the ways of life of traditional communities, as illustrated by the hardships faced by the fishers of the Z-7 Colony, which have contributed to strategies of resistance that have allowed them to remain in their fishing territory. Against this backdrop, the overarching aim of this study was to analyze the effects of the hydroelectric project on the territory of artisanal fishers in Tocantinópolis, Tocantins state. The municipality is located on the left bank of the Tocantins River, and the study was conducted in its urban area. The study sought to identify the affected area and to document the methodological procedures adopted. In doing so, it clarified the roles played by the State and the private developer in the construction of the Estreito Hydroelectric Power Plant (UHEE), as well as the dam's effects on the affected populations, centering on the perceptions of artisanal fishers from the Z-7 Colony as individuals directly affected by the Estreito dam. To this end, a qualitative approach was adopted, drawing on phenomenology to understand the fishers' lived experiences. Methodological procedures included a literature review, documentary analysis, and semi-structured interviews conducted with 10 artisanal fishers from the Z-7 Colony in March 2026, addressing socioeconomic aspects, the fishers' relationship with the Tocantins River, the impacts of the UHE Estreito dam, and the adaptation strategies developed in its aftermath. The Z-7 Colony has 442 registered artisanal fishers, distributed across 12 municipalities in the states of Tocantins and Maranhão: Aguianópolis, Ananás, Angico, Araguaína, Darcinópolis, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia, Nazaré, Palmeiras, Porto Franco, and Tocantinópolis. The theoretical framework drew on discussions of large-scale hydroelectric projects and their socio-environmental impacts, in dialogue with the concepts of territory, territoriality, place, identity, territorial relations, and social reproduction, and also considered the legal framework governing artisanal fishing established by Law No. 11,959 of June 29, 2009. The results showed that the construction and operation of UHE Estreito brought about profound changes in the dynamics of the Tocantins River and in the daily lives of artisanal fishers. The main socio-environmental impacts identified include a decline in fish species abundance, fish die-offs, fluctuations in river flow, alterations to aquatic habitats, and economic hardship among fishers. Overall, the impacts of UHE Estreito extended well beyond the environmental dimension, reaching into the social, cultural, economic, and symbolic relations of the artisanal fishers of the Z-7 Colony, compromising the reproduction of their ways of life and reaffirming the need for public policies to protect these traditional territories.

Keywords: Socio-environmental Impacts. Amazon. Territory. UHE Estreito. Tocantins River.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Rua Costa e Silva: local das constituições das memórias da pesquisadora.....	16
Fotografia 2 – Local das observações da pesquisadora na infância	17
Fotografia 3 – Escola infantil localizada na rua em direção ao rio	18
Fotografia 4 – Sede da Colônia de Pescadores Z-7	29
Fotografia 5 – Peixes capturados no Rio Tocantins por pescadores da Colônia Z-7	68
Fotografia 6 – Transmissão de saberes tradicionais da pesca artesanal entre mãe e filho.....	81
Fotografia 7 – Procissão das águas em honra à Nossa Senhora da Consolação.....	82
Fotografia 8 – Pescador confeccionando rede de pesca na Colônia de Pescadores Z-7	83
Fotografia 9 – Porto dos Barcos dos pescadores da Colônia Z-7	84
Fotografia 10 – Soja em dois estágios de decomposição: iscas para a pesca.....	85
Fotografia 11 – Ferramentas de pesca: espinhel e caniços artesanais	86
Fotografia 12 – Tarrafa de pesca	86
Fotografia 13 – Redes de pesca e as suas classificações de malhas	88
Fotografia 14 – Cambo confeccionado com mangará de catolé.....	90
Fotografia 15 – Processamento do pescado	107
Fotografia 16 – Oscilação no nível das águas do rio decorrentes das ações da UHEE	111

LISTA DE MAPA

Mapa 1 – Localização Geográfica de Tocantinópolis no Contexto Brasileiro.....	28
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronograma e locais de entrevistas com pescadores da Colônia Z-7.....	37
Quadro 2 – Municípios atendidos pela Colônia de Pescadores Z-7	62
Quadro 3 – Perfil e trajetória dos pescadores artesanais com e sem RGP	76
Quadro 4 – Distribuição dos participantes da pesquisa por gênero.....	78
Quadro 5 – Benefícios sociais destinados aos pescadores artesanais	79
Quadro 6 – Identificação e nomes científicos das espécies de peixe no Rio Tocantins	87
Quadro 7 – Classificação e tamanhos de anzóis para captura de peixes.....	88
Quadro 8 – Classificação das malhas utilizadas na captura de espécies de peixes	89
Quadro 9 – Frequência de captura das espécies no Rio Tocantins.....	102
Quadro 10 – Espécies de peixes em áreas a jusante da UHEE (2026)	103
Quadro 11 – Fontes de renda dos entrevistados da Colônia Z-7	112

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Lei nº 650/1998 Reconhecimento da Colônia Z-7 como Utilidade Pública.....	43
Figura 2 – Municípios da área de abrangência da UHEE	51
Figura 3 – Logo da Colônia dos Pescadores Z-7 de Tocantinópolis	60
Figura 4 – Folder informativo sobre o período da piracema no Tocantins	94

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Distribuição de pescadores homens e mulheres por município (2026).....	63
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDDT	Biblioteca Digital de Dissertações e Teses
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CBPA	Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CESTE	Consórcio Estreito Energia
CF	Constituição Federal de 1988
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONAPE	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca
CONSUPRO	Conselho Superior Provisório
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CTPs	Comunidades Tradicionais Pesqueiras
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FETOPESCA	Federação Tocantinense dos Pescadores
IA	Inteligência Artificial
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GPS	Global Positioning System
KM	Quilômetros
MA	Maranhão
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPF	Ministério Público Federal
MPP	Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
NATURATINS	Instituto Natureza Do Tocantins
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PB	Plataforma Brasil
PIPES	Pedro Iran Pereira do Espírito Santo

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
RESEX	Reservas Extrativistas
RDS	Reservas de Desenvolvimento Sustentável
SD	Seguro Defeso
S.D.	Sem Data
S. P.	Sem Página
SDPA	Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
STP	Sistema de Transposição de Peixes
UHE	Usina Hidrelétrica
UHEE	Usina Hidrelétrica de Estreito
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TO	Tocantins
Z-7	Sétima Zona Colônia de pescadores Zona 7 Tocantinópolis – TO
Z-35	Trigésima quinta Zona Colônia de Pescadores de Estreito – MA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	21
1 – CARACTERIZAÇÃO E CAMINHOS DA PESQUISA NA COLÔNIA Z-7	27
1.1 – Local da pesquisa: Colônia de Pescadores Z-7 de Tocantinópolis.....	27
1.2 – Sondagem e a construção de vínculos com o campo de pesquisa	30
1.3 – Caminhos da pesquisa: o método e a metodologia.....	31
1.4 – Procedimentos de coleta de dados e aspectos éticos para a pesquisa	36
1.5 – Entre o teórico e o empírico: Colônia de Pescadores Z-7 em perspectiva.....	39
1.6 – Colônia de Pescadores e o Reconhecimento como Utilidade Pública Municipal	42
2 – ENTRE O ESTADO E O EMPREENDEDOR: OS ATINGIDOS.....	45
2.1 – Atuação do Estado no setor Elétrico.....	46
2.2 – Lado Invisível da Energia: Atingidos e Impactos Sociais	48
2.3 – Impactos socioambientais: transformações no território diante da UHEE	50
2.4 – Reflexões Iniciais: Território e Resistência da Colônia Z-7 frente à UHEE	55
2.5 – Organização social e institucional da Colônia de Pescadores Z-7	59
2.6 – Contradições das políticas públicas e os desafios dos pescadores artesanais	70
3 – VOZES E PERCEPÇÕES DOS PESCADORES DA COLÔNIA Z-7.....	75
3.1 – Caracterização socioeconômica: Territorial e política dos sujeitos da pesquisa.....	76
3.2 – Dos saberes tradicionais às práticas culturais e modos de vida do pescador	80
3.3 – Seguro-defeso ou Seguro desemprego do pescador artesanal.....	90
3.4 – Construção da identidade e pertencimento do pescador da Colônia Z-7.....	96
3.5 – Da abundância à escassez: percepções sobre as espécies do Rio Tocantins.....	101
3.6 – Percepções entre pesca e desafios: nascem as estratégias de sobrevivência.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS.....	122
ANEXO 1 – Aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa.....	129
APÊNDICE A – Termo Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.....	132
APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas para os Pescadores da Colônia Z-7	135
APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas para os Secretários Públicos.....	137
APÊNDICE D – Declaração de Autoria e Responsabilidade	140

APRESENTAÇÃO

A realizadora da seguinte pesquisa é graduada em Licenciatura em Geografia desde de ano de 2019, esteve afastada da vida acadêmica por mais de seis anos. Nesse meio tempo, conciliou-se em outras responsabilidades, atuando como mãe de um filho (Luiz Octavio), esposa, e profissional em algumas empresas privadas e, atualmente, trabalha no setor Administrativo e financeiro de uma empresa do ramo de Transportes de cargas, na cidade de Araguaína.

Em 2024, a pesquisadora ingressou na primeira turma do Programa de Pós-Graduação em Geografia da (PPGEO) na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), retomando para uma nova trajetória acadêmica. Nesse intervalo, o campus universitário de Araguaína passou por algumas mudanças institucionais, deixando de integrar a Universidade Federal do Tocantins (UFT) para transformar-se na Universidade Federal do Norte do Tocantins UFNT.

O retorno foi representado por desafios, exigindo cada vez mais dedicação para conciliar as responsabilidades familiares, profissionais no tocante às demandas da pesquisa científica. A conclusão desta pesquisa representa não só uma conquista acadêmica, mas o reflexo de uma trajetória marcada pela persistência, superação de desafios e compromisso com a produção do conhecimento geográfico.

Os primeiros meses foram marcados por inseguranças e contratempos. O ingresso no mestrado exigiu adaptação às rotinas de leitura e produção teórica, ao mesmo tempo em que exigia a participação nos encontros junto ao orientador, a fim de colaborar com a construção da pesquisa. Esse equilíbrio entre as diferentes demandas tornou-se um dos principais desafios vivenciados pela turma de 2024, evidenciando, assim, as dificuldades enfrentadas após o ingresso no programa.

Foi nesse contexto de convivência acadêmica, trocas de experiências e fortalecimento coletivo que surgiu, entre três colegas, a ideia de produzir um artigo científico. O trabalho nasceu do desejo de registrar e compartilhar as experiências vividas pela primeira turma do PPGEO de 2024, destacando os desafios, aprendizados e as construções desenvolvidas ao longo dessa trajetória inicial, de um programa em processo de consolidação.

Como resultado desse esforço surgiu o artigo intitulado “Trilhando caminhos no mestrado: relatos de experiências e desafios da primeira turma do PPGEO da UFNT (2024)”, submetido ao XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, na modalidade “Relato de Experiência”, integrando o Grupo de Trabalho 17, “Narrativas, autobiografias e formação de professores de Geografia”. O trabalho foi apresentado

presencialmente no dia 23 de setembro de 2025, na Universidade Federal do Amapá, Campus Marco Zero do Equador, em Macapá – AP, representando uma conquista acadêmica para as autoras e para o PPGEIO.

Em síntese, a pós-graduação representa, para muitos estudantes, o início de uma trajetória permeada por inquietações, descobertas, superações e crescimento pessoal e profissional. No caso do PPGEIO, o percurso ganhou um significado ainda mais especial, pois o ano de 2024 foi marcado pela consolidação da primeira turma do programa, representando um importante avanço para a produção científica no norte do Brasil e o fortalecimento da Geografia na região amazônica.

Nesse cenário, o ingresso no mestrado representou para a pesquisadora a oportunidade de resgatar experiências que marcaram sua trajetória de vida. O PPGEIO possibilitou analisar histórias, sentimentos e vínculos construídos ao longo dos anos com o Rio Tocantins. As vivências da infância constituíram um elemento essencial para compreender as relações estabelecidas entre os pescadores artesanais e o rio.

As experiências vividas na Rua Costa e Silva, localizada no Setor Alto Bonito, cerca de 2 km da margem do Rio Tocantins, fortaleceram a percepção da importância desse espaço para a construção das identidades, dos modos de vida e das territorialidades das comunidades ribeirinhas. A fotografia 1 apresenta a configuração atual da ribanceira onde essas lembranças foram construídas.

Fotografia 1 – Rua Costa e Silva: local das constituições das memórias da pesquisadora



Fonte: Acervo da autora (mar. 2026).

A Rua Costa e Silva e a margem do rio foram os lugares onde a pesquisadora construiu lembranças de sua infância. Atualmente, compreende-se que o rio não era apenas um espaço físico, mas um lugar que simbolizava a identidade e o pertencimento para a comunidade, sendo essencial para a preservação dos saberes tradicionais. Naquele período, as constituições as

memórias eram construídas e fortalecidas nesse ambiente, consolidando um vínculo afetivo com o rio. Embora, ainda houvesse pouco entendimento sobre aquela relação, já existia ali um laço de pertencimento com aquele ambiente.

Os finais de semana eram momentos marcantes durante a infância da realizadora da pesquisa. Enquanto a mãe lavava roupas, a pesquisadora e seus dois irmãos brincavam na margem do rio, transformando aquele lugar em um ambiente de convivência, aprendizado e construção de memórias. A rotina repetia-se semanalmente, como um ritual familiar que fortaleceu os vínculos afetivos da pesquisadora com o Rio Tocantins.

A ribanceira do rio, representada na fotografia 2, era o local onde a pesquisadora realizava observações durante o período de sua infância, após muitos anos, o retorno à margem do rio despertou várias lembranças marcadas por memórias relacionadas às atividades cotidianas que eram ali desenvolvidas. No entanto, era possível presenciar a dinâmica do rio, os modos de vida dos pescadores e das lavadeiras de roupas. Assim, cada um exercia sua atividade naquelas águas, construindo uma paisagem viva marcada por relações sociais, advindas do cotidiano e pelas experiências compartilhadas naquele ambiente.

Fotografia 2 – Local das observações da pesquisadora na infância



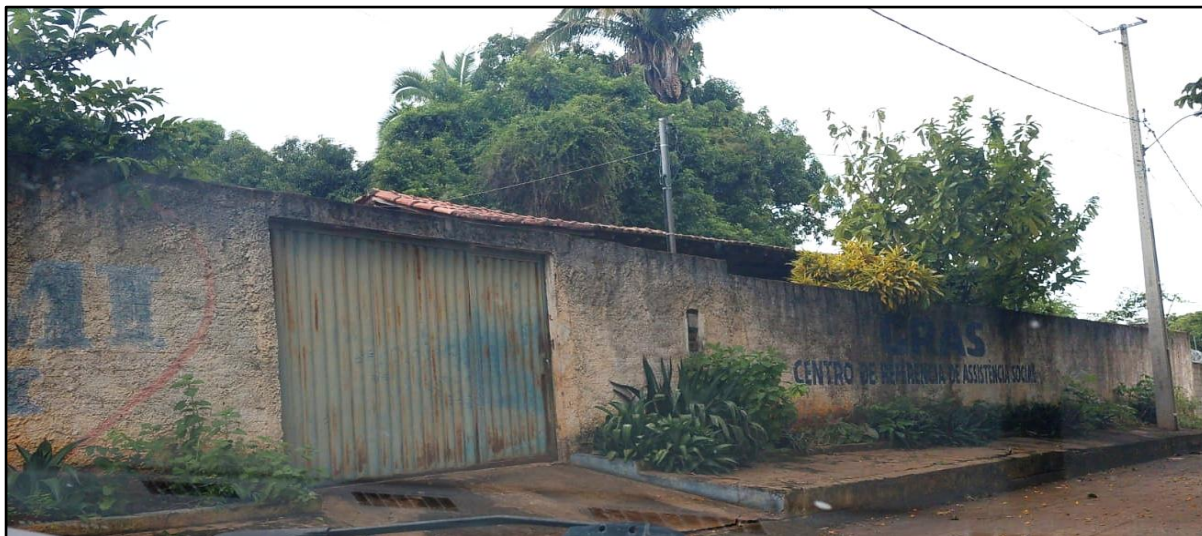
Fonte: Acervo da autora (mar. 2026).

A degradação da margem do rio, agravada pela erosão, assoreamento e poluição, modificaram fortemente o que antes era uma paisagem natural para uma impactada, afetando não apenas o ecossistema, mas o modo de vida da comunidade. Neste sentido, “[...] o relato também aponta para a injustiça vivida pelos pescadores, que são frequentemente culpados pela poluição e impactos ambientais, mesmo sendo vítimas das ações do próprio governo que incentiva a construção de hidrelétricas” (FERNANDES, 2023, p. 92-93).

A Fotografia 3 apresenta a primeira escola frequentada durante a infância, conhecida popularmente como Jardim, localizada a poucos metros da antiga residência familiar da

pesquisadora. Atualmente, o espaço encontra-se desativado, tendo funcionado posteriormente como um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O trajeto percorrido diariamente até a antiga escola, realizado em companhia dos dois irmãos, seguia na mesma direção do rio, permitindo a observação constante da rotina de trabalho dos pescadores. Essas experiências contribuíram para a construção de memórias e para o fortalecimento da relação com a paisagem ribeirinha desde os primeiros anos de vida.

Fotografia 3 – Escola infantil localizada na rua em direção ao rio



Fonte: Acervo da autora (mar. 2026).

Essa convivência, mesmo que indireta, permitiu perceber a importância que o rio tem para aqueles pescadores e para a comunidade em geral. Nesse período de infância, como descrito anteriormente, ficou gravado na memória as primeiras relações significativas com o rio que, de certa forma, passaram a fazer parte da trajetória particular da pesquisadora. Essas recordações de infância reforçam o quanto o rio esteve presente desde cedo, tornando-se mais do que um simples cenário.

Durante a temporada de praias, o rio faz parte da memória, onde os reencontros acontecem, e sempre observava na paisagem as vivências dos pescadores, além das pessoas que frequentam o rio para trabalhar ou para qualquer outra atividade. Porém, ainda era possível observar a circulação de embarcações, como barcos e voadeiras, além da atividade da empresa Pedro Iran Pereira do Espírito Santo (PIPES)¹, conduzindo a travessia de pessoas, carros, motos e caminhões entre as cidades de Tocantinópolis e Porto Franco.

¹ A empresa PIPES Empreendimentos LTDA é prestadora de serviços de travessia fluvial de cargas, veículos, embarcações e outros empreendimentos. A empresa atua nos estados do Tocantins, Maranhão, Pará e Piauí. Disponível em: <http://www.grupopipes.com>. Acesso em 03 de novembro de 2025.

Bons momentos vivenciados na infância estenderam-se pela adolescência e também pela fase adulta. Foi nessa cidade que se construíram memórias afetivas e experiências significativas. Em 2010, ocorreu a mudança para a cidade de Araguaína – TO, e desde então, a pesquisadora reside há dezesseis anos. Entre os anos de 2015 e 2019, buscou-se uma oportunidade na graduação em Geografia. Nesse período, o interesse foi continuar com a linha de pesquisa entre o território, a sociedade e as trajetórias vividas.

Desde a graduação, o interesse acadêmico tem-se voltado para a cidade natal, Tocantinópolis, e sua relação com o Rio Tocantins. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “Águas e histórias na relação entre Tocantinópolis e o Rio Tocantins (2017 - 2018)²”, apresentou a dinâmica entre a cidade e o rio, analisando sua dimensão territorial, bem como os aspectos geográficos, sociais e culturais que moldam essa relação. Esse interesse permaneceu ao longo do tempo e segue sendo um dos principais focos da trajetória acadêmica.

Em 2024, buscou-se uma oportunidade no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), com o intuito de dar continuidade aos estudos nesse campo. Atualmente, no PPGEO, a dissertação segue essa trajetória de pesquisa, agora com um olhar voltado para a comunidade tradicional da Colônia de Pescadores Z-7. Com o tema “Barragem de Estreito: Efeito no território dos Pescadores Artesanais de Tocantinópolis (TO)”, busca-se compreender como a categoria social sobrevive e resiste às transformações impostas pela UHEE, analisando os efeitos dessa mudança sobre o território, os modos de vida e as práticas culturais da comunidade tradicional.

Mesmo não residindo em Tocantinópolis, toda a experiência e vivência continuam profundamente conectadas à cidade e ao rio. Os sentimentos de identidade estão entrelaçados ao território, reforçando um vínculo que permanece vivo, independentemente da distância. No entanto, para conhecer a história da comunidade tradicional da cidade de Tocantinópolis é necessário e fundamental uma reflexão sobre o modo de vida dos pescadores, e de que forma foram impactados pela construção da UHEE.

Por fim, durante a infância da pesquisadora, a dinâmica do modo de vida dos pescadores ainda era pouco compreendida. No entanto, era comum observá-los trabalhando em seus barcos de pesca, atentamente, da ribanceira do rio. Em meio àquele cenário, foram sendo construídas as memórias do lugar, não apenas relacionadas ao rio, mas também à comunidade em geral, que

² SILVA, Adriana Monteiro da. *Águas e Histórias na Relação entre Tocantinópolis e o rio Tocantins (2017-2018)*. 2018. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018.

utilizava seus recursos naturais para o desenvolvimento de diferentes atividades cotidianas, como a pesca, a lavagem de roupas e o banho de rio.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a força das águas dos rios desempenha um papel fundamental na matriz energética nacional, uma vez que grande parte da eletricidade é produzida por usinas hidrelétricas. As usinas aproveitam o potencial hidráulico dos rios para gerar energia, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e ajudando a reduzir a emissão de gases poluentes. Nesta perspectiva, destacam-se duas realidades distintas e devem ser consideradas: ao mesmo tempo em que a geração hidrelétrica oferece benefícios para a produção de energia, também provoca impactos ambientais e sociais significativos, que afetam ecossistemas e as populações que vivem nas áreas de influência desses grandes empreendimentos.

As usinas hidrelétricas são construídas sobre os rios, as quais são operadas e funcionam por meio dos cursos d'água, transformando-se em energia elétrica. De fato, é um processo considerado eficiente, porém envolve estruturas complexas e um grande planejamento técnico rigoroso para a sua implantação. O Brasil é um dos maiores produtores de energia hidrelétrica do mundo. A energia gerada pelos rios é essencial para a sociedade em geral, porém, é preciso utilizá-las com responsabilidade, considerando os impactos ambientais e sociais gerados. Além disso, é necessário pensar tanto no meio ambiente quanto nas populações que habitam regiões próximas aos rios.

Conforme o Consórcio Estreito Energia (CESTE, 2010), as estruturas da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE) foram concluídas, marcando a finalização da fase de implantação do empreendimento. Com a emissão da Licença de Operação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), tendo início a uma das etapas mais significativas do projeto: o enchimento do reservatório do Rio Tocantins, processo que deu início ao funcionamento da usina e desencadeou transformações ambientais e sociais em sua área de influência.

As obras de grande infraestrutura, com destaque para a implantação e operação da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE), recebeu investimentos de aproximadamente R\$ 3,6 bilhões, consideradas como um dos principais empreendimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. O programa representou uma estratégia de atuação do Estado em parceria com empresas nacionais e multinacionais, visando ampliar os investimentos em infraestrutura e impulsionar o desenvolvimento da economia nacional (CESTE, 2010, s.p.).

A construção de hidrelétricas não envolve apenas obras de grande infraestrutura, mas pode gerar alterações nos ecossistemas, alterando o curso natural de rios e impactando o modo

de vida das populações que habitam em seu entorno, pois o rio não é só um recurso natural. Diante disso, torna-se necessário pensar em criar um equilíbrio tanto na geração de energia como também na preservação ambiental, assegurando assim o respeito e a proteção às populações locais que dependem de suas territorialidades para manterem suas práticas culturais, sociais e econômicas.

A contextualização do estudo foi estruturada de modo a responder às questões de pesquisa e evidenciar a relação entre os pescadores investigados e o território da Colônia de Pescadores Z-7. As indagações que orientaram essa fase foram as seguintes: 1- Por qual motivo investigar a comunidade tradicional da Colônia de Pescadores Z-7? 2- Quais desafios e trajetórias a comunidade tem enfrentado durante a investigação? 3- De que forma o percurso metodológico contribuiu para a compreensão do contexto analisado?

O município de Tocantinópolis está situado na Amazônia Legal, ocupando uma posição no norte do estado do Tocantins, mantendo-se em uma relação profunda e histórica com o Rio Tocantins. A presença marcante do rio e das paisagens contribuem para a formação de territorialidades, sobretudo nas comunidades ribeirinhas e pesqueiras que vivem ao seu redor. As descrições ambientais e a localização de Tocantinópolis na região amazônica revelam as dinâmicas complexas de ocupação e de uso dos recursos naturais. As transformações territoriais expõem as articulações entre o avanço do desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e a sobrevivência dos modos tradicionais dos pescadores e pescadoras artesanais.

A Colônia de Pescadores Z-7 de Tocantinópolis, assim como qualquer outra comunidade tradicional, vivencia no seu dia a dia um cenário entre resistência e desafios. Conforme o CESTE (2011), o município de Tocantinópolis não aparece entre os municípios diretamente impactados pelo reservatório. Porém, segundo informações empíricas, os impactos estão relacionados com a barragem de Estreito e têm, por muito tempo, afetado a principal atividade desenvolvida, a pesca.

Os pescadores artesanais constituem-se pela forma como mantêm suas práticas culturais ligadas ao seu modo de vida. Para isso, os pescadores organizam-se de acordo com as políticas que os ajudam no enfrentamento dos desafios impostos por empreendimentos que, de alguma forma, podem desestruturar práticas culturais, sociais e o seu modo de vida.

Nesse contexto, foram identificadas outras estratégias de reprodução social e econômica, como a pesca, a agricultura, a colheita, a costura e a produção de artesanato em crochê, que constituem importantes formas de resistência aos impactos provocados pela UHEE entre os pescadores artesanais da Colônia Z-7, contribuindo para a melhoria das condições socioeconômicas da comunidade tradicional local. Diante desse cenário, torna-se necessária a

compreensão dos saberes tradicionais dessa comunidade, abrangendo os processos de resistência e as estratégias construídas para enfrentar as transformações ambientais, econômicas e culturais impostas pela Usina Hidrelétrica de Estreito.

Vale ressaltar que, com a diminuição no nível das águas, a alteração no *habitat* dos peixes pode afetar a disponibilidade e também a variedade das espécies, provocando um grande impacto na reprodução das espécies de peixes, na economia e na cultura local. Em síntese, observa-se que boa parte das atividades desenvolvidas pela barragem modifica o curso natural das águas do rio, afetando diretamente a vida aquática. (G1, 2017, s. p.).

A comunidade tradicional da Colônia Z-7 obtém o seu sustento por meio da pesca artesanal, representando seu modo de vida vinculado ao rio. Os pescadores têm resistido aos desafios ligados às mudanças ambientais, econômicas e políticas que inquietam a sua existência no território. Neste cenário, as resistências dos pescadores tornam-se uma forma de permanência de seu modo de vida tradicional, diante das transformações geradas pela UHEE.

Assim, a pesquisa proporciona um entendimento sobre as dinâmicas territoriais, representadas pelas relações desiguais de poder, que afetam a população, que às vezes é marginalizada pelo seu modo de vida. Nessa perspectiva, torna-se fundamental compreender as formas de ocupação do espaço, as interações com o rio e as maneiras pelas quais os pescadores reagem às modificações ocorridas em seu território.

A delimitação do território de estudo fundamenta-se em pesquisas anteriormente desenvolvidas sobre o Rio Tocantins, permitindo a análise das relações simbólicas, culturais e das estratégias de resistência construídas pela comunidade frente às transformações decorrentes da UHEE. A pesquisa está fundamentada na abordagem qualitativa e fenomenológica, para uma compreensão do espaço vivido e dos significados atribuídos pelos sujeitos ao seu território.

A escolha do objeto de estudo relaciona-se aos referenciais teóricos e empíricos que fundamentam a investigação, contribuindo para a valorização dos saberes locais e das práticas tradicionais da Colônia Z-7. Ao longo da pesquisa, são apresentados o método, a metodologia e os procedimentos adotados por meio do uso de entrevistas semiestruturadas, coleta de dados para possibilitar o diálogo de forma direta com os pescadores, bem como a interpretação de suas narrativas.

Nesse sentido, a pesquisa apresenta relevância para a investigação das transformações ocorridas desde a implantação da UHEE, bem como das estratégias de resistência construídas pelos pescadores. Portanto, é fundamental para compreender de que maneira as tradições culturais, as práticas econômicas e a organização social foram ressignificadas diante das

mudanças impostas ao território. Vale ressaltar que a pesquisa é relevante não apenas por compreender e analisar os impactos sociais, ambientais e culturais que influenciaram diretamente os meios de subsistência dos pescadores da Colônia Z-7, mas também por evidenciar as formas de resistência, preservação dos saberes tradicionais, a construção das identidades ribeirinhas e as estratégias de permanência no território.

Além disso, amplia o debate sobre os conflitos socioambientais decorrentes da implantação de grandes empreendimentos hidrelétricos, contribuindo para a produção do conhecimento científico, para o fortalecimento da memória coletiva e para a formulação de políticas públicas voltadas à valorização e à proteção das comunidades tradicionais.

A pesquisa tem como foco central as transformações geradas pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Estreito (UHEE), dando visibilidade aos impactos socioambientais trazidos pelo empreendimento sobre a comunidade tradicional de Tocantinópolis. O recorte espacial é a Colônia de Pescadores Z-7, situada à margem esquerda do Rio Tocantins, na área urbana da cidade de Tocantinópolis.

O recorte temporal desta pesquisa não se estabelece por meio de uma delimitação cronológica rigorosa, mas é construído com base na historicidade da comunidade, na memória social dos pescadores e suas experiências vividas. A análise centraliza-se no período posterior à implantação da UHE Estreito. As informações empíricas a respeito dos problemas socioambientais iniciaram por volta do ano de 2010, quando as primeiras observações foram sentidas pela comunidade, dando origem às transformações socioambientais e territoriais.

Embora os efeitos tenham-se agravado na fase pós-implantação do empreendimento, quando os principais relatos empíricos indicaram as primeiras percepções de mudança, passaram a ser sentidas cada vez mais, a partir do momento em que o projeto passou a interferir nas dinâmicas do território, do trabalho e da relação dos pescadores com o rio. Portanto, o tempo da pesquisa é entendido como um processo contínuo, construído a partir das narrativas, da memória coletiva e das práticas sociais da comunidade.

Ao problematizar os impactos territoriais, ambientais e sociais provocados pela construção e operação da UHEE, observou-se que o empreendimento tem causado grandes transformações no Rio Tocantins, refletindo no cotidiano dos pescadores da comunidade da Colônia Z-7, de Tocantinópolis. Os impactos afetam diretamente seu modo de vida tradicional. A comunidade tem uma relação histórica e também simbólica que as mantém ligados ao Rio Tocantins.

Diante das dificuldades impostas a essa comunidade tradicional, esta pesquisa tem como objetivo geral “analisar os efeitos da Barragem de Estreito sobre o território dos pescadores

artesanais de Tocantinópolis (TO)”. Destacando as relações sociais, econômicas, culturais e simbólicas com o rio.

Os objetivos específicos deste trabalho são: a) identificar a área de estudo e registrar os percursos metodológicos; b) compreender o papel do Estado e do setor privado (empreendedor) na construção da UHEE e seus efeitos sobre as populações atingidas; c) analisar as percepções dos pescadores e pescadoras artesanais da Colônia Z-7, enquanto sujeitos atingidos pela UHEE.

A implantação da UHEE evidencia o encontro e, ao mesmo tempo, o conflito entre os distintos interlocutores, que estão envolvidos no território: o Estado, o empreendedor e os atingidos (comunidade dos pescadores). Cada um deles tem sua perspectiva sobre o Rio Tocantins por distintas visões. Para o Estado, o rio pode ser visto como recurso estratégico para expandir a produção energética e, por si só, suprir políticas com base em desenvolvimento. No que diz respeito ao setor empreendedor, é o responsável por dispor de oportunidades econômicas ligadas às transformações do território e também no fortalecimento do negócio energético brasileiro.

Nesse contexto, são analisadas as perspectivas dos diferentes interlocutores acerca do espaço e da vida cotidiana da comunidade de pescadores. Os agentes estatais e privados podem apresentar os benefícios gerados pela energia elétrica e os avanços no que diz respeito às estruturas impostas pelo empreendimento. Os pescadores sofrem com as transformações nos seus modos de vida e em seu território, e com os impactos socioambientais resultantes das interferências no curso do Rio Tocantins.

Assim, a análise concentra-se nas narrativas e ações que constituem o território e reconfiguram as relações entre os pescadores da Colônia Z-7. A pesquisa estabelece uma ponte entre os argumentos institucionais que legitimam a obra hidrelétrica e as experiências dos pescadores que resistem às transformações impostas ao seu modo de vida. A partir desse diálogo entre interlocutores, possibilitando-se analisar os conflitos, desafios e estratégias construídas pela Colônia Z-7 frente aos impactos da barragem da UHEE. Os interesses do empreendimento e as vivências desses pescadores atingidos estruturam a necessidade de investigar como o território é constituído e vivenciado às margens do Rio Tocantins.

A convivência com o ambiente contribui para a construção de conhecimentos, experiências, sentimentos e percepções pelos sujeitos. Dessa forma, o lugar passa a ser referência para a vida dos indivíduos que guardam suas lembranças, práticas culturais e modos de vida que passam de geração a geração. Portanto, a relação entre espaço e lugar está diretamente ligada às experiências com o cotidiano.

Entretanto, a pesquisa está estruturada com base em três capítulos, sendo o primeiro dedicado a caracterização da área de estudo e o percurso metodológico, apresentando a localização geográfica da comunidade de pescadores da Colônia Z-7 e sua área urbana em Tocantinópolis, sendo um dos principais focos da investigação. Também são apresentados os fatores que fundamentam a escolha da comunidade tradicional dos pescadores como objeto de estudo. São descritos os procedimentos de aproximação com os participantes da comunidade, bem como os instrumentos de coleta de dados e os referenciais utilizados na interpretação dos dados obtidos.

O segundo capítulo aborda criticamente a atuação do Estado e do setor privado (empreendedor) na implantação da Usina Hidrelétrica Estreito, analisando como esses agentes articulam interesses econômicos e políticos, resultando em grandes transformações territoriais, como as usinas hidrelétricas. Este eixo apresenta desenvolvimentos que sustentam grandes empreendimentos, como exemplos de projetos de infraestrutura que avaliam os impactos tanto diretos quanto indiretos sobre a comunidade tradicional atingida. Os pescadores artesanais vinculados à Colônia Z-7 de Tocantinópolis clamam por um novo olhar sobre políticas públicas eficazes para manterem seu modo de vida tradicional.

Em síntese, o terceiro capítulo apresenta os dados obtidos por meio dos questionários e das análises das entrevistas, evidenciando as percepções dos pescadores e pescadoras da Colônia Z-7. O capítulo aborda as formas de organização política e social, bem como as estratégias desenvolvidas pela comunidade tradicional para o enfrentamento dos desafios do cotidiano. O capítulo apresenta a caracterização socioeconômica, territorial e política dos pescadores e pescadoras artesanais, abordando seus saberes tradicionais, práticas culturais e modos de vida.

Traz observações quanto ao benefício do seguro-defeso destinado ao pescador artesanal, bem como as construções de identidade e pertencimento dos membros da Colônia Z-7. Além disso, o capítulo analisa as percepções dos pescadores acerca da abundância e da escassez das espécies de peixes no Rio Tocantins, relacionando a atividade pesqueira aos desafios enfrentados no cotidiano, os quais impulsionam a criação de outras estratégias de sobrevivência no território pesqueiro. A pesquisa destaca as dimensões territoriais e (re)configurações das identidades dos pescadores da Colônia Z-7.

1 – CARACTERIZAÇÃO E CAMINHOS DA PESQUISA NA COLÔNIA Z-7

O capítulo I apresenta o local da pesquisa, sendo na própria sede da Colônia de Pescadores Z-7 de Tocantinópolis, trazendo uma breve reflexão sobre a relação entre o Rio Tocantins, a infância e as memórias da pesquisadora. O capítulo aborda as inquietações que motivaram a investigação e a construção de vínculos com o campo de pesquisa. Além disso, mostram-se os caminhos percorridos na pesquisa, contemplando as questões relacionadas ao método e à metodologia, os procedimentos de coleta de dados, os aspectos éticos envolvidos no estudo e a análise da Colônia de Pescadores Z-7 em uma perspectiva articulada entre o referencial teórico e o empírico.

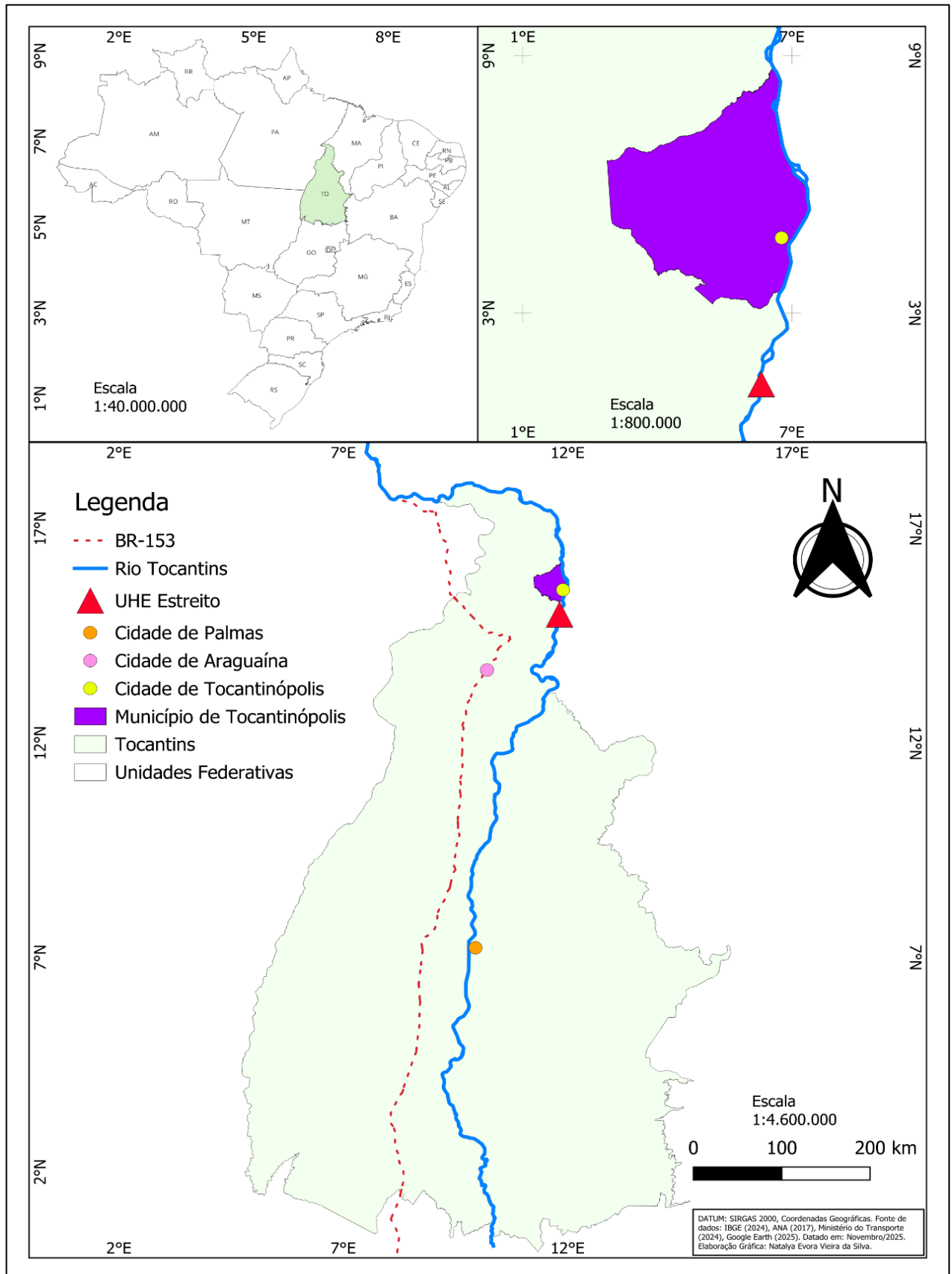
Para descrever a Geografia da região, foi necessário contar com o suporte teórico de autores para explicar e analisar os conceitos de território, comunidade tradicional, pescadores artesanais e impactos socioambientais. A discussão sobre o método e a categoria social em análise foi incorporada, destacando o objeto e com o grupo social em estudo.

Foram realizadas discussões teóricas e metodológicas sobre o método, sua relação com a metodologia e o campo da pesquisa. As abordagens dialética e fenomenológica serviram como base para desenvolver a pesquisa, pois apresentam contribuições essenciais para compreender o objeto de estudo. A abordagem dialética proporcionou uma análise da realidade da comunidade tradicional, que de alguma forma tem passado por muitas mudanças desde a implantação da UHEE, estando em constante movimento e adaptação aos desafios do dia a dia.

1.1 – Local da pesquisa: Colônia de Pescadores Z-7 de Tocantinópolis

O município de Tocantinópolis está situado no estado do Tocantins, localizado na região Norte do Brasil e integrante da Amazônia Legal. O Tocantins faz divisa com os seguintes estados: ao sul, com Goiás; ao sudoeste, com Mato Grosso; ao oeste, com Pará; ao leste e nordeste, com Maranhão; ao leste, com Piauí; e ao sudeste, com Bahia. O Mapa 1 apresenta a localização do município de Tocantinópolis, situando-o nos contextos nacional, estadual e regional. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo os dados do último Censo Demográfico de 2022, o município de Tocantinópolis possui população correspondente a 22.615 pessoas. O município proporciona extensão territorial de 1.083,600 km² (IBGE, 2025), e está localizado a aproximadamente 520-532 km de Palmas, capital do estado do Tocantins.

Mapa 1 – Localização Geográfica de Tocantinópolis no Contexto Brasileiro



Fonte: IBGE (2025); ANA (2017); Google Earth (2025); Ministério dos Transportes (2024). Base cartográfica em SIRGAS 2000. Organização: SILVA, N. E. V., 11/2025.

O município de Tocantinópolis faz divisa com o município maranhense de Porto Franco (MA), e com os municípios tocaninenses de Maurilândia (TO), Aguiarnópolis (TO) e Nazaré (TO). Conforme DISTÂNCIA CIDADE (s.d.), a UHEE está aproximadamente localizada a 35 quilômetros, entre a cidade de Tocantinópolis e Estreito (MA). A cidade de Palmas (TO) está destacada como a capital do Estado do Tocantins, Araguaína como cidade na qual está localizada a sede da UFNT. Tocantinópolis, representa a área de estudo.

A Sede da Colônia dos Pescadores Z-7, está localizada na Rua do Matadouro, nº 249, bairro Beira Rio, na área urbana de Tocantinópolis/TO, situada à margem esquerda do Rio Tocantins, fotografia 4. No que se refere à criação da Colônia Z-7, observa-se que contribui para elucidar as questões relacionadas à categoria dos pescadores. Mas que tem como suporte a escolha de um representante político da própria colônia, para contribuir com as demandas sociais e econômicas na vida dos pescadores artesanais de Tocantinópolis.

Fotografia 4 – Sede da Colônia de Pescadores Z-7



Fonte: Acervo da autora (mar. 2026).

Independente das transformações trazidas pela UHE, o modo de vida da comunidade dos pescadores, ao longo dos tempos, tem desenvolvido novas estratégias de resistência para garantir sua permanência no seu território. As estratégias abrangem a valorização e a visibilidade dos saberes tradicionais, para a continuidade da atividade da pesca artesanal. A Colônia de Pescadores Z-7, desde sua fundação, vem desempenhando suas atividades há mais de 20 anos, concretizando sua atuação no fortalecimento da organização representativa dos pescadores artesanais na região.

1.2 – Sondagem e a construção de vínculos com o campo de pesquisa

A etapa inicial da pesquisa de campo compreendeu o primeiro contato com o objeto de estudo. O intuito principal foi estabelecer vínculos, conhecendo o contexto e observando as práticas e a dinâmica social no cotidiano dos pescadores na Colônia Z-7. A sondagem ocorreu como forma de compreender o cenário do objeto da pesquisa, antes mesmo de iniciar a coleta de dados. O primeiro momento seguiu como um diálogo e observações que permitiram criar laços de respeito e de confiança, garantindo que a pesquisa ocorresse de forma ética e sensível à realidade local da comunidade.

A primeira aproximação foi por meio de conversas informais, com amigos e colegas acadêmicos do campus da UFNT de Tocantinópolis, ocorridas entre os dias 19 e 20 de abril de 2025. Em uma dessas conversas, um dos colegas que conhece bem a realidade dos pescadores da Colônia Z-7 gentilmente conversou sobre o interesse em trabalhar com a comunidade e, com a sua autorização, encaminhou o contato particular do senhor Marcondes Pereira de Sousa Santo, atual presidente da Colônia de Pescadores Z-7.

Foi informado que o contato inicial seria realizado naquela mesma semana. No dia 21 de abril de 2025, realizou-se o primeiro contato com o Sr. Marcondes Pereira de Sousa Santo, presidente da Colônia Z-7, por meio de ligação telefônica. Na ocasião, foram apresentados os objetivos da pesquisa e sua vinculação ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFNT, do Centro de Ciências Integradas – CCI, sediado em Araguaína – TO. Foram apresentados os objetivos da pesquisa a ser desenvolvida no município, tendo como foco principal a comunidade de pescadores artesanais da Colônia Z-7.

Destacou-se o interesse em compreender a realidade local da comunidade, seus desafios e estratégias de resistência. O diálogo foi breve, o Presidente da Colônia mostrou-se receptivo a participar da pesquisa, definindo que o primeiro diálogo presencial aconteceria no dia 24 de abril de 2025. O deslocamento de Araguaína para Tocantinópolis ocorreu em 23 de abril de 2025. Chegando na cidade, partiu com o diário de campo para a biblioteca da UFNT, fazendo buscas por trabalhos acadêmicos semelhantes à linha de pesquisa.

Na manhã do dia 24 de abril, ocorreu então a primeira sondagem na Colônia Z-7. Essa etapa foi fundamental para conhecer o trajeto inicial até o local do objeto em estudo. Foi possível observar o espaço e estabelecer o primeiro contato presencial com o Presidente da Colônia de Pescadores. O diálogo foi breve, sem tantos detalhes, pois seria necessário ter em mãos a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFNT). Ainda

assim, foram compartilhadas algumas informações sobre a organização social, política e da Colônia, bem como os desafios enfrentados pelos pescadores artesanais.

Posteriormente, realizou-se visita à Prefeitura Municipal de Tocantinópolis, a fim de estabelecer um primeiro contato com os possíveis secretários de Meio Ambiente e Cultura. Ambos não se encontravam presentes durante a visita. Na tentativa de novos contatos, foram realizadas ligações telefônicas para as respectivas secretarias, porém sem retorno. Além disso, no dia 12 de dezembro, foi encaminhado um e-mail convidando os secretários para participação na pesquisa, mas também não houve resposta. Diante dessas circunstâncias, a pesquisa foi delimitada à participação dos dez pescadores e pescadoras artesanais, incluído o presidente e o secretário da Colônia Z-7, como participantes do estudo.

1.3 – Caminhos da pesquisa: o método e a metodologia

A metodologia adotada para a pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, para interpretar as significações atribuídas aos pescadores da Colônia Z-7, bem como compreender suas práticas culturais, experiências vividas e as transformações geradas pela UHEE. A abordagem qualitativa é fundamental para a compreensão da subjetividade dos pescadores artesanais do Rio Tocantins e da região em que habitam, permitindo, assim, uma análise precisa dos seus saberes, práticas culturais e desafios enfrentados.

A fundamentação teórico-metodológica da pesquisa apoiou-se nos autores que abordam a perspectiva qualitativa como caminho para a compreensão das experiências e das perspectivas sociais, destacando-se Tuan (1983), Creswell (2007), Marconi e Lakatos (2007), Gerhardt e Silveira (2009), Gomes et al. (2010) e Chizzotti (2010). Complementarmente, as contribuições de Husserl (2000; 2001), Moreira (2002) e Sadala (2004) foram utilizadas como suporte teórico para a abordagem fenomenológica, a qual possibilita a compreensão dos fenômenos a partir das experiências vividas pelos pescadores e pescadoras da colônia.

A escolha pela perspectiva qualitativa justifica-se pela característica do tema pesquisado, que envolve memórias, experiências de vida, práticas culturais fortemente relacionadas ao modo de vida dos pescadores artesanais. “[...] os pesquisadores qualitativos buscam o envolvimento dos participantes na coleta de dados e tentam estabelecer harmonia e credibilidade com as pessoas no estudo” (Creswell, 2007, p. 186). Para a compreensão acerca dos impactos gerados pela UHEE, requer uma escuta atenta

das vozes e experiências de quem convive diariamente com as transformações percebidas no território.

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), uma abordagem qualitativa possibilita uma compreensão mais intensa das vivências humanas, levando em conta como os indivíduos constroem e revelam as suas experiências. A investigação pode abranger diversas realidades, desde que estejam relacionadas aos temas de interesse, para manter uma conexão coerente com o objetivo principal do estudo.

A pesquisa qualitativa [...] está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa [...]” (POPE; MAYS, 2005, p. 13).

Segundo Marconi; Lakatos (2007, p. 269), “a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”. Nesta mesma linha de raciocínio, Chizzotti (2010) argumenta que os participantes pesquisados contribuem com os seus conhecimentos conforme suas experiências adquiridas em meio ao seu cotidiano.

Durante o desenvolvimento desta dissertação, a plataforma ATHENAS IA foi utilizada para apoio em tarefas de escrita acadêmica, revisão textual e organização de ideias. As interações abrangeram sugestões de estrutura, melhorias de coesão textual, e revisão gramatical, sem utilização para produção automática de dados, como estatística, coleta de resultados qualquer outro fornecimento de referências. Todas as informações, interpretações, análises, dados empíricos e conclusões presentes na pesquisa são de responsabilidade da autora, que realizou revisão crítica e validação integralmente o conteúdo produzido com apoio da ferramenta citada.

O estudo em si articula diferentes procedimentos metodológicos, dentre eles: a revisão bibliográfica, análise documental, entrevistas semiestruturadas. As análises das narrativas enriquecem o estudo, proporcionando uma perspectiva sobre a temática abordada. A pesquisa baseia-se em leituras bibliográficas, por meio de textos teóricos sobre comunidade tradicional, território, hidrelétricas, pescadores artesanais, modo de vida, impactos ambientais, barragens, atingidos, entre outros assuntos e temas. Com relação à leitura de artigos, foram realizados

downloads e impressões de textos disponíveis em site de internet, em periódicos, revistas, Biblioteca Digital de Dissertações e Teses (BDDT), e assim, fazer-se os fichamentos, observações e marcações dos textos das partes consideradas relevantes para a construção da pesquisa.

[...] parte das anotações para a redação para o trabalho. [...] procedimento que é considerado desnecessário por muito pesquisadores, mas que, quando bem conduzido, reverte-se em ganho de tempo e qualidade. [...] para fins de pesquisa, recomenda-se a utilização de uma ficha especial de apontamentos que incorpora elementos de outras fichas. [...]. Para que sejam funcionais, essas fichas devem apresentar três campos: cabeçalho, referência e texto (GIL, 2010, p. 61).

A partir da análise documental, foram utilizados dados secundários provenientes de documentos e relatórios da Colônia de Pescadores Z-7, do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), bem como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses dados auxiliaram na contextualização dos cenários socioambientais vivenciados pelos pescadores. Além disso, uma análise documental revelou informações fundamentais sobre as transformações ocorridas na prática da pesca artesanal em decorrência da implantação da UHEE.

A relação dos ribeirinhos com o Rio Tocantins vai além da função econômica, constituindo-se como um vínculo afetivo e identitário. Para tanto, o conceito de espaço e lugar, apontado por Tuan (1983), oferece bases para compreender os laços e sentimentos dos pescadores artesanais. O espaço é transformado em lugar à conforme se vive nele, criando, assim, experiências e novos significados sobre o lugar. Neste sentido, o Rio Tocantins não é apenas um recurso natural para os pescadores da Colônia Z-7, mas um elemento central em seu modo de vida, memória e identidade coletiva, construídas pelo sentimento de pertencimento ao território.

Recorreu-se também, à Fenomenologia de Husserl (2001) para a compreensão da Colônia de Pescadores Z-7 no que diz respeito aos saberes tradicionais adquiridos. Entretanto, não se limita a ter apenas uma análise externa, mas permite que o pesquisador conheça, por meio da experiência vivida, o ambiente dos pescadores. A observação teve o poder de descrever com precisão as vivências que estruturam o modo de vida dos pescadores da Colônia Z-7.

Neste sentido, Sadala (2004) afirma que a abordagem fenomenológica permite descrever a experiência vivida pelo sujeito, valorizando o que é percebido e atribuído ao fenômeno. Nesta mesma linha de pesquisa, ao conhecer o mundo, é necessário compreender as experiências que se constroem para a consciência (HUSSERL, 2001).

A Fenomenologia, em destaque, vai descrever a perspectiva dos sujeitos, valorizando suas narrativas, sentimentos e experiências vividas. Para a compreensão do dia a dia dos pescadores da Colônia Z-7, faz-se necessário reconhecer a resistência vivida pela comunidade, que se agrega a um valor simbólico e afetivo com o rio, de onde os pescadores e pescadoras artesanais tiram sua renda.

“O território é como espaço de relações de poder, mas também é palco das ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. O território envolve relações do homem na natureza/ambiente, discutidos sob a ótica da fenomenologia” (SIEBEN, 2012, p. 111). A análise fenomenológica permite-nos um olhar de perto, sobretudo, sensível, dando visibilidade aos sujeitos da pesquisa, contribuindo para a valorização dos saberes que surgem da experiência diária. Assim, compreendendo as percepções, saberes e práticas dos pescadores artesanais, é provável identificar os impactos ambientais que a comunidade tem sofrido desde a fase de implantação da UHEE.

Desse modo, o método fenomenológico nos permite conhecer a Colônia de Pescadores Z-7, enquanto um grupo social, unidos pelas experiências vividas que dão sentido às práticas realizadas em seu território. Para alcançar o objetivo do estudo, é necessário reconhecer que a pesquisa não é um conhecimento científico, mas é a compreensão da existência de um modo de vida tradicional, constituído, vivido e significada pelo cotidiano dos pescadores.

A fenomenologia de Husserl (2001) é um método que permite ao pesquisador descrever a experiência vivida no campo de estudo. Nesse meio, possibilita-se evidenciar os sentimentos convvidos tanto pelo pesquisador como também pela comunidade pesquisada. O método possibilitou apresentar o conhecimento adquirido na observação, na experiência e na convivência.

A fenomenologia pensada por Husserl [...] é uma volta ao mundo vivido, ao mundo da experiência, que, para ele, é o ponto de partida de todas as ciências. A fenomenologia propõe descrever o fenômeno, e não explicá-lo ou buscar relações causais, voltando-se para as coisas mesmas como elas se manifestam (SADALA, 2000, p. 15).

Na vivência de campo, o pesquisador capta os dados observados. Para isso, o método fenomenológico torna-se fundamental para descrever com precisão as experiências observadas no objeto de estudo. Assim, foram possíveis de apresentar os conhecimentos alcançados e vividos desde o ponto de partida até o percurso final do estudo. A percepção fenomenológica torna-se um caminho necessário para as reflexões daquilo que se percebe em meio ao estudo.

A unidade entre o ato de conhecer e o objeto que é conhecido encontra na fenomenologia, na ciência do fenômeno, isto é, da consciência enquanto manifestação de si mesma e das significações objetivas, a possibilidade de instauração da “filosófica

como uma ciência rigorosa”. Assim, a descrição do vivido, dos atos intencionais da consciência e das essências que eles visam, isto é, dos correlatos intencionais – enfim, a disciplina que poderá fundamentar a lógica – é a fenomenologia (HUSSERL, 2000, p.8).

A abordagem fenomenológica permitiu ligar as experiências vividas pelos pescadores, valorizando a forma como é percebida, sentida e atribuída às transformações em seu território. Assim, o estudo articulou duas perspectivas utilizando as diferentes matrizes teóricas e metodológicas das categorias geográficas, para assim, captar as percepções e vivências cotidianas da Colônia Z-7.

Para a compreensão do modo de vida e dos impactos sofridos pela comunidade, é fundamental adquirir dados que apresentem informações sobre a pesca, a economia e o território que habitam. Assim, é essencial delinear de que maneira os sujeitos percebem e constituem o rio e o território em que vivem, principalmente diante dos impactos socioambientais gerados pela UHEE.

Segundo Tuan (1983), o lugar é cheio de significados, constituído pelas experiências cotidiana, memórias e pelas relações sociais que os sujeitos constroem ao longo do tempo. As experiências dos pescadores e pescadoras da colônia, revelam formas peculiares de compreender e analisar as mudanças ocorridas no território, decorrente da implantação da UHEE.

Ao conviver com o ambiente, as pessoas acabam construindo conhecimentos/experiências, sentimentos e percepções. Dessa forma, o lugar passa a ser referência para a vida dos indivíduos que guardam suas lembranças, práticas culturais e modos de vida que passam de geração a geração. Portanto, a relação entre espaço e lugar está diretamente ligada às experiências com o cotidiano.

Para Tuan (1983), o lugar tem seu significado a partir da experiência aplicada ao espaço. Neste sentido, as pessoas atribuem significados para os ambientes que vivem por meio das vivências cotidiana. Assim, o lugar não é somente um espaço físico, atribuí outros elementos, como valores afetivos, simbólicos e culturais que fortalecem o sentimento de pertencimento dos sujeitos em relação ao espaço vivido.

Ao observar e compartilhar as atividades do observado em campo, o pesquisador compreende a realidade característica da comunidade e insere-se no lugar do sujeito pesquisado, fazendo parte da organização que o constitui. Pois é a partir das visitas a campo que as observações captam particularidades das práticas cotidianas, como a relação dos pescadores

artesanais com o Rio Tocantins, e as estratégias de resistência criadas por essas comunidades tradicionais para amenizar os impactos causados pela Usina de Estreito.

Muitos documentos escritos também são baseados em relatos orais, o que confere legitimidade a essas fontes, tornando-as tão valiosas quanto os registros documentais.

Por fim, a última etapa da metodologia apresenta a análise dos dados de forma interpretativa, categorizando as falas e observações em temas centrais. Os dados coletados permitiram a verificação das informações coletadas e a precisão das interpretações, disponibilizando uma compreensão sobre as relações das mudanças ocorridas pela construção da UHEE. Vale ressaltar que a pesquisa seguiu os princípios e as normas éticas, assegurando o anonimato dos entrevistados, respeitando as peculiaridades culturais e territoriais das comunidades tradicionais.

1.4 – Procedimentos de coleta de dados e aspectos éticos para a pesquisa

Respeitando as diretrizes determinadas para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos, a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que orienta a realização de pesquisas com seres humanos, o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Norte do Tocantins (CEP/UFNT), sob o número de parecer: 7.820.395, data da emissão da relatoria em 05 de setembro de 2025, com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de número: 91598225.0.0000.0342 (Anexo 1).

Nesta perspectiva, a Resolução do Conselho Superior Provisório (CONSUPRO) de nº 08/2022 afirma que: “todas as pesquisas que envolvem seres humanos, de qualquer área do conhecimento, devem ser realizadas de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos participantes voluntários das pesquisas”. Com isso, as pesquisas necessitam ser submetidas a uma avaliação ética, com a finalidade de garantir a dignidade e os direitos dos participantes. Os procedimentos devem assegurar a ética nas etapas da pesquisa, avaliando os riscos, os benefícios e os resultados esperados, considerados minimizados diante da relevância social do estudo (BRASIL, 2022).

Para os participantes desta pesquisa, foram fornecidos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice A), detalhadamente de forma clara e acessível, os objetivos e finalidades do estudo, bem como também, os benefícios e possíveis riscos da pesquisa aos participantes.

Além disso, foram asseguradas aos participantes a oportunidade de sanar dúvidas antes da confirmação de sua participação. Os riscos são reconhecidos e podem trazer desconfortos emocionais, considerados leves durante as entrevistas, ao relatarem suas experiências, perda de território ou até mesmo as transformações trazidas pela UHEE. Estabeleceu-se as medidas destinadas à minimização dos riscos da pesquisa, como esclarecimento sobre o TCLE com base nos objetivos da pesquisa, e a não obrigatoriedade em participar da mesma; realizar as entrevistas nos locais escolhidos pelos participantes; deixar claro o direito do participante de interromper a entrevista, caso se sinta desconfortável com o assunto.

Neste sentido, o participante entrevistado recebeu um código para garantir o seu anonimato. No entanto, as falas foram transcritas integralmente, respeitando suas originalidades. Com relação aos nomes citados durante a entrevista, foram registrados com apenas as iniciais para assegurar sigilo (GOMES et al., 2010).

O local das entrevistas foi escolhido por cada pescador e pescadora participante, para que os mesmos se sentissem à vontade para responderem ao questionário da entrevista. As entrevistas foram em ambientes da preferência dos próprios pescadores e pescadoras, como na própria Sede da Colônia Z-7, e também nas margens do Rio Tocantins, na área urbana do município de Tocantinópolis, como apresentado no quadro 1.

Quadro 1 – Cronograma e locais de entrevistas com pescadores da Colônia Z-7

Código/Participantes³	Data das entrevistas	Local agendados
P1	12/03/2026, tarde às 15h	Sede da Colônia Z-7
P2	12/03/2026, tarde às 16h	Margem do Rio Tocantins
P3	12/03/2026, tarde às 17h	Porto dos barcos - Rio Tocantins
P4	12/03/2026, tarde às 18h	Sede da Colônia Z-7
P5	13/03/2026, manhã às 09h	Sede da Colônia Z-7
P6	13/03/2026, manhã às 10h	Sede da Colônia Z-7
P7	13/03/2026, tarde às 16h	Residência da entrevistada
P8	14/03/2026, manhã às 11h	Residência do entrevistado
P9	14/03/2026, manhã às 12h	Residência da entrevistada
P10	19/03/2026, tarde às 14h	Chamada de vídeo via WhatsApp ⁴

Fonte: Elaborado pela autora (mar. 2026).

Os procedimentos e fases da coleta de dados, foram realizadas as entrevistas com dez pescadores artesanais, incluindo o secretário e o presidente da Colônia de Pescadores Z-7.

³ Para preservar a identidade dos pescadores participantes, foram utilizados os códigos P1 ao P10, do qual a letra “P” corresponde a “Participante” e o número indica a ordem de realização das entrevistas

⁴O WhatsApp é aplicativo de mensagens instantâneas desenvolvido pela Meta Platforms, utilizado para comunicação e realização de contatos durante a pesquisa.

Todos os processos das entrevistas ocorreram conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Agendadas com aviso prévio, com dia, hora e locais. Para preservar o anonimato dos pescadores participantes, substituiu-se os nomes pelos códigos de P1 ao P10.

Os agendamentos das entrevistas ocorreram ao longo do mês de março de 2026, entre os dias 12, 13, 14 e 19. No dia 12 de março, as entrevistas foram realizadas com os pescadores P1, P2, P3 e P4 ocorreram no período da tarde na sede da Colônia Z-7 e no porto dos barcos dos pescadores da Colônia, na margem esquerda do Rio Tocantins, em Tocantinópolis. As quatro entrevistas iniciaram às 15h, seguindo até as 18h.

No dia 13 de março, os agendamentos aconteceram no período da manhã, às 8h e às 10h com os pescadores P6 e P5, atual secretário da Colônia. A sequência das entrevistas seguiu no período da tarde, às 16h, contando com a participação da P7, que se encontrava em recuperação de uma cirurgia, mas não mediu esforços para participar e contribuir com as experiências ao longo de sua trajetória como pescadora artesanal. A entrevistada cedeu a sua residência como local para o desenvolvimento da entrevista.

As entrevistas do dia 14 se concentraram apenas no período da manhã, entre 11h e 12h, na residência dos participantes, com a participação do casal de pescadores, o senhor P8 e a senhora P9. Cada participante teve o seu momento para responder ao questionário de entrevistas, de acordo com a sua percepção. Por fim, a última entrevista foi realizada no período da tarde, às 14h. do dia 19 de março, com o senhor P10, presidente da Colônia de Pescadores Z-7.

O tempo de duração para cada entrevista variou consideravelmente entre 15 e 40 minutos, de acordo com o perfil de cada participante. Porém, alguns participantes comportaram-se de forma reservada, respondendo às 10 questões apenas o que era perguntado de modo objetivo e breve, o que tornou as entrevistas com a duração mais rápida. Por outro lado, alguns pescadores e pescadoras, com perfis mais comunicativos, prolongaram as respostas do questionário, tendo um diálogo mais prolongado, e enriquecendo ainda mais os registros com base nas experiências e resistências dos pescadores.

As variações na duração das entrevistas dizem muito sobre as diferentes personalidades constituintes nos participantes, enriquecendo ainda mais as etapas da pesquisa, apresentando as percepções sobre as suas identidades com o rio, trajetórias, experiências, resistências e estratégias. A participação dos dez pescadores e pescadoras contribuiu para a compreensão das condições de vida, desafios cotidianos e estratégias de resistência desenvolvidas pela comunidade.

Embora não ocorram vantagens diretas e imediatas para os participantes, a pesquisa visa produzir conhecimento que contribua com a valorização dos saberes tradicionais, do modo de vida dos pescadores, das memórias vividas e das estratégias de resistência dos pescadores da Colônia Z-7. Os participantes podem se beneficiar com o reconhecimento social e acadêmico, que pode resultar em debates sobre políticas públicas, além de poder fortalecer a visibilidade de sua comunidade tradicional.

Algumas questões marcantes no decorrer das entrevistas destacam-se com o tempo de duração do questionário aplicado ao secretário e pescador da Colônia Z o senhor P5, tendo aproximadamente uma hora e meia de entrevista, o que possibilitou o aprofundamento das informações acerca da organização e funcionamento da Colônia. Da mesma forma, destaca-se a entrevista com o pescador e presidente da Colônia Z-7, o senhor P10, estendendo-se por quase duas horas.

Por fim, outros meios institucionais serão divulgados por meio de publicação da dissertação no repositório institucional da UFNT, garantindo que a pesquisa seja acessada integralmente para o público de forma gratuita. A divulgação visa fortalecer o diálogo entre a sociedade, universidade e a comunidade em geral, garantindo que as informações produzidas não permaneçam somente no meio acadêmico, mas que possam contribuir de alguma forma para o reconhecimento dos direitos da Colônia Z-7, e que seus saberes tradicionais sejam apresentados à sociedade em geral.

1.5 – Entre o teórico e o empírico: Colônia de Pescadores Z-7 em perspectiva

Em síntese, as populações tradicionais precisam ter suas identidades culturais preservadas e também reconhecidas. É indispensável verificar sua habilidade de produzir ferramentas e técnicas para tornar eficiente a sua ligação com o meio que habita, sendo indispensável observar o seu comportamento no que diz respeito aos padrões sociais que fundamentam essas comunidades, tanto do físico, social e também ambiental, onde estão inseridos.

As entrevistas permitiram compreender como se constitui a relação da comunidade de pescadores com o território e com o Rio Tocantins, destacando o rio como recurso natural e essencial para as práticas culturais, sociais e simbólicas. O referencial teórico oferece subsídios para a compreensão crítica dos fenômenos culturais, sociais e ambientais que permeiam a vida dos pescadores artesanais, enquanto a pesquisa possibilita a análise dos conceitos que materializam o cotidiano da comunidade.

Diversas dimensões envolvem a Colônia de Pescadores Z-7, tanto simbólica quanto política. O território vai além de um espaço onde a comunidade está localizada, sendo também um lugar repleto de memórias, identidades e resistências dos pescadores. Little (2002) evidencia que, para as comunidades tradicionais construir a territorialidade, deve-se enraizar seus vínculos simbólicos e culturais como reprodução social.

Os conceitos relacionados às comunidades tradicionais, povos tradicionais, formas de organização social dos pescadores artesanais e os impactos ambientais fundamentaram-se nos estudos de autores que forneceram a compreensão das dinâmicas citadas. Wagley (1957) apresenta uma perspectiva sobre comunidades tradicionais, construção de identidades e modo de vida ligadas ao território. Já Silva (1988) discute sobre a organização social de pescadores e suas práticas cotidianas.

Fernandes (2023) traz a discussão sobre os impactos socioambientais no território da Colônia Z-7, decorrente da UHEE, afetando não só os pescadores, mas também seus aspectos identitários e culturais. A vida social dessa comunidade dos pescadores é constituída em torno do Rio Tocantins, ressaltando que o rio não é apenas uma fonte de subsistência, mas também uma representação simbólica na construção do modo de vida dos pescadores.

Os relatos e as evidências empíricas indicam que o rio representa para a comunidade mais do que um recurso natural, ele cria a relação de convivência, espiritualidade, memória e identidade com o local onde estão agregados. Esses relatos dão a precisão de interpretar as significações a serem concebidas pelos sujeitos da pesquisa referente às práticas, vivências, memórias e as percepções críticas da realidade dos pescadores da comunidade tradicional. Os autores citados oferecem fundamentos metodológicos científicos para a interpretação das realidades dos pescadores da Colônia Z-7.

Este estudo tem por objetivo compreender o modo de vida da comunidade de pescadores Z-7, localizada na margem esquerda do Rio Tocantins, na zona urbana do município de Tocantinópolis. O rio é um elemento central e essencial na vida dos pescadores artesanais, pois contribui diretamente para a construção da identidade cultural, fornecendo, por meio de suas águas, a subsistência por meio da pesca. A pesquisa buscou apresentar ao longo do estudo as estratégias de resistência diante dos impactos socioambientais gerados pela Usina de Estreito.

Para a coleta de dados, foi utilizado um conjunto de formulários: Apêndice B e Apêndice C) para os pescadores e pescadoras da Colônia Z-7 e Secretários Públicos⁵ da prefeitura de

⁵ As entrevistas previstas com os Secretários Municipais de Meio Ambiente e de Cultura não foram realizadas devido à indisponibilidade desses gestores para agendamento. Por esse motivo, não foi possível obter informações

Tocantinópolis. Os questionários de entrevistas foram construídos especificamente adaptados a partir de consultas sobre o tema em estudo. Destaca-se ainda que, o formulário de entrevistas é um dos instrumentos essenciais para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado (MARCONI; LAKATOS, 2007).

Com base no Apêndice B da pesquisa, foram apresentados os roteiros de entrevistas destinados aos pescadores da Colônia Z-7. Sua estrutura tem como finalidade levantar informações sobre o perfil socioeconômico, as práticas culturais, ao mesmo tempo em que busca compreender os impactos vivenciados pós-instalação da UHEE, evidenciando de perto as transformações e as percepções individuais de cada entrevistado.

Os formulários aplicados para os pescadores foram divididos com o intuito de apresentar o perfil socioeconômico por meio das questões de 1 a 3, descrevendo a idade, sexo, naturalidade, tempo de atuação como pescador, fonte principal de renda (pesca, agricultura, programas sociais etc.), faixa de renda mensal, tempo de filiação à Colônia Z-7. As questões de 4 a 5 evidenciam a dimensão cultural e simbólica, ao mesmo tempo em que descrevem como era a vida antes mesmo da instalação da UHEE. Já as questões de 6 a 7 são referentes aos impactos da UHEE e visam a compreender as formas de adaptação.

As questões 8 e 9 abordaram as políticas públicas e o apoio institucional. Os questionamentos quanto às áreas prioritárias para melhorias são: educação, saúde, apoio à pesca, preservação ambiental. Por fim, o fechamento do questionário com a questão 10, direcionada tanto para os pescadores e pescadoras artesanais quanto aos secretários municipais. A última questão de ambos os formulários se abre espaço para que os participantes expressem livremente suas percepções e experiências sobre a realidade vivenciada no território pesquisado.

O Apêndice C refere-se ao roteiro de entrevistas direcionado para os secretários públicos da prefeitura de Tocantinópolis. O apêndice procura entender de perto a visão institucional e política da prefeitura acerca da Colônia Z-7. Desse modo, o questionário entende o perfil do entrevistado na questão 1, conhecendo o cargo ocupado pelo secretário na prefeitura e a quem responde, considerando que cada secretaria possui atribuições e responsabilidades específicas.

Ademais, as questões 2 e 3 visam compreender como ocorre a valorização cultural e institucional da Colônia de Pescadores Z-7, buscando verificar se a Prefeitura reconhece e valoriza o modo de vida dessa comunidade tradicional. O objetivo consiste em avaliar o reconhecimento político e cultural atribuído aos pescadores artesanais. No que se refere às

sobre as políticas públicas ou programas municipais voltados ao apoio aos pescadores e pescadoras artesanais após a implantação da UHE Estreito.

políticas públicas, as questões 4, 5 e 6 têm por finalidade identificar a existência de ações, programas ou iniciativas de apoio à comunidade tradicional após a construção da UHEE.

As questões relacionadas à organização social e ao diálogo institucional, a saber, as questões 7 e 8, buscam identificar as mudanças na organização territorial, social e cultural da Colônia Z-7, bem como verificar se tem algum diálogo entre a Colônia Z-7 e empresa responsável pela UHEE. Por fim, nas questões 9 e 10 verificam se há medidas para minimizar ou reparar os danos causados pela UHEE. Para isso, é disponibilizado espaço para que o secretário municipal apresente suas considerações finais.

1.6 – Colônia de Pescadores e o Reconhecimento como Utilidade Pública Municipal

Tocantinópolis é um município localizado às margens do Rio Tocantins, caracterizado pela presença da comunidade ribeirinha, que mantém um vínculo histórico com o rio. A criação da Colônia de Pescadores surgiu a partir de uma necessidade local. Como não havia muitas estradas que facilitassem o acesso ao Tocantins e ao Maranhão, a navegação pelo rio Tocantins era a principal forma de deslocamento.

A primeira colônia de pescadores da região foi criada em Imperatriz, no Maranhão. Diversos pescadores experientes tinham a necessidade de se deslocarem de Tocantinópolis para tirar a carteira de pescador em Imperatriz. Antes de fundarem a Colônia 7, a Colônia de Pescadores de Estreito foi a primeira a ser fundada e muitos pescadores migraram ao deixarem Imperatriz. Com a necessidade de fundação de uma colônia mais próxima, os pescadores mais antigos reuniram-se com representantes políticos locais, na época em que a região do Tocantins pertencia a Goiás. As reivindicações dos pescadores artesanais foram encaminhadas para Brasília, Distrito Federal. No ano de 1997, os pescadores conseguiram a concessão para a criação e reconhecimento oficial da Colônia de Pescadores de Tocantinópolis.

Além da importância econômica, a Colônia Z-7 também exerce o papel importante quanto à manutenção dos saberes tradicionais. De modo geral, os pescadores artesanais desenvolvem técnicas específicas de captura, navegação e práticas dos recursos pesqueiros, resultado de anos de convivência com o rio Tocantins. O fortalecimento institucional da colônia ajuda na preservação das práticas tradicionais e na garantia da transmissão dos conhecimentos para as futuras gerações. A Lei Municipal nº 650, de 20 de agosto de 1998 (Figura 1), representou um marco fundamental para a categoria dos pescadores, fortalecendo e ampliando a sua organização e representação institucional na defesa de seus interesses.

Figura 1 – Lei nº 650/1998 Reconhecimento da Colônia Z-7 como Utilidade Pública



ESTADO DO TOCANTINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS

— Adm. 1997 a 2000 —

LEI Nº 650 DE 20 DE AGOSTO DE 1.998.

**"Torna de Utilidade Pública a Colônia'
de Pescadores de Tocantinópolis Z - 7"**

O PREFEITO MUNICIPAL,

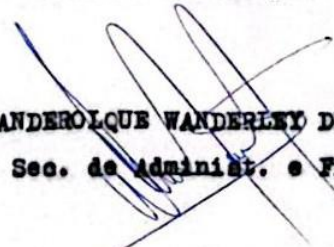
FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Tocantinópolis, Estado do Tocantins, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Torna de Utilidade Pública a Colônia de Pescadores de Tocantinópolis Z -7.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS, Estado do Tocantins, aos 20(vinte) dias do mês de agosto(08) de 1.998.


JOSÉ BONIFÁCIO G. DE SOUZA
- Prefeito Municipal -


WANDEROLQUE WANDERLEY DE SOUSA
- Sec. de Administ. e Finanças

RUA PEDRO LUDOVICO, 46 - CEP 77900-000 - CGC 01.224.716/0001-35

O título de utilidade pública conferido à Colônia Z-7 demonstra que o poder público municipal compreendeu a relevância da instituição para o desenvolvimento local. Com o título, a colônia ganha legitimidade diante dos órgãos governamentais e instituições parceiras, facilitando o acesso a recursos para projetos sociais, ambientais e econômicos direcionados aos pescadores.

A Colônia de Pescadores é composta por trabalhadores que, há muitas gerações, dependem da pesca artesanal como principal fonte de renda e subsistência. Os pescadores mantêm uma relação profunda com o rio Tocantins, utilizando seus conhecimentos tradicionais de geração em geração para exercer a atividade pesqueira. Dessa forma, a colônia representa sua função como um espaço de organização social, fortalecendo a comunidade e preservando a sua cultura.

Neste sentido, a Lei nº 650/1998 tem um significado especial para os pescadores artesanais com relação ao território, que envolve sentimentos de ligação ao pertencimento, identidade e uso dos recursos naturais. O rio Tocantins é o elemento essencial do referido território, pois é dele que os pescadores e pescadoras tiram seu sustento, constroem seu modo de vida, experiências e desenvolvem suas práticas culturais.

Sobretudo, a representação da Colônia de Pescadores vai além de um ato administrativo, valorizando a organização institucional na defesa dos interesses dos pescadores artesanais e na preservação dos modos de vida tradicionais vinculados ao rio Tocantins. Neste sentido, o reconhecimento da colônia ganha força na luta pela valorização do território pesqueiro e dos conhecimentos tradicionais relacionados à atividade da pesca.

Em síntese, a Lei Municipal nº 650/1998 é um importante reconhecimento da relevância social da Colônia de Pescadores Z-7. Ela destaca o papel da instituição na organização da categoria, na preservação dos modos de vida tradicionais e na defesa dos pescadores que dependem do rio Tocantins. O reconhecimento simboliza a valorização da instituição que contribui para a identidade cultural, o desenvolvimento local e a resistência dos pescadores artesanais diante dos grandes desafios socioambientais na região.

O capítulo II discute os conflitos de poder, a atuação do Estado, do empreendedor sobre as populações atingidas pelo empreendimento. Destacam-se as transformações advindas da instalação da UHEE, bem como os impactos socioambientais que geraram inúmeras alterações no seu território, afetando a pesca artesanal, a reprodução cultural, sobrevivência e a realidade dos pescadores. Nesse sentido, surgem as reflexões iniciais quanto ao território e resistência dos pescadores da Colônia Z-7, manifestando suas práticas culturais e suas estratégias frente à perda de sua autonomia perante as mudanças impostas pela UHEE.

2 – ENTRE O ESTADO E O EMPREENDEDOR: OS ATINGIDOS

O capítulo II tem por objetivo esclarecer as características quanto ao histórico do sistema elétrico brasileiro, como também apresentar os impactos sociais, ambientais e econômicos gerados para a sociedade, principalmente, para as que habitam em áreas escolhidas para a construção de usinas hidrelétricas. Portanto, discutiu-se o papel do Estado e do empreendedor como detentores do poder, diante de grandes projetos energéticos, sobretudo a construção e operação da UHEE.

A compreensão do conceito de “atingido por barragens” é bem mais do que uma opinião de sujeitos que são diretamente afetadas por perda de um determinado território, para empreendimento hidrelétrico que logo são inundados, dando origem a um novo lugar e paisagem. As populações que habitam as áreas são atingidas de tal forma que acabam perdendo seus bens materiais juntamente com os modos de vida construídos no território. Da mesma forma, considera que “[...] populações atingidas por barragens são todas aquelas que, de algum modo, sofrem alterações em seus modos de vida por força de empreendimentos que envolvem barragens” (UCHIMURA, 2022, p. 31).

Santos (2015) afirma que o termo atingido por barragens é uma categoria que ganha espaço dentro no Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). A categoria é usada em diferentes contextos sociais e políticos que, por um lado, está relacionado com a reivindicação de direitos; por outro, pelo reconhecimento dos danos causados pela construção de empreendimentos hidrelétricos, e que nem sempre conseguem uma indenização justa. Conforme afirma Santos (2015).

O termo atingido e disputado em diferentes instancias: (i) no campo da afirmação de direitos, do reconhecimento de violações, rebatendo sobre processos indenizatórios, (ii) no seio dos movimentos sociais como identidade política coletiva e na disputa por contra-hegemonia na sociedade; (iii) no meio acadêmico, na busca por sua afirmação como conceito. Para compreender como se constitui a disputa pela utilização do termo, foi necessário resgatar o processo histórico de formação, no contexto mais amplo do desenvolvimento do país, do sujeito político que o formula inicialmente, o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) (Santos, 2015, p. 116).

Os movimentos sociais, especialmente o MAB, constroem juntamente com os atingidos pelos empreendimentos, uma identidade política coletiva para resistir aos impactos desses projetos. Do mesmo modo, que o conceito é tema de debates acadêmicos, em que os pesquisadores consolidam o termo “atingidos” para analisar e compreender os impactos sociais, territoriais, culturais e econômicos enfrentados pelas populações afetadas. Dessa forma, o

conceito de atingido está ligado às lutas das populações por reconhecimento, cidadania e por justiça social.

A construção de grandes empreendimentos hidrelétricos, como a UHEE, apresenta conflitos entre o poder, direcionado ao Estado, o empreendedor (setor privado) e as populações atingidas. Em contrapartida, os conflitos surgem diante do processo de decisão de planejamento e também no implemento de obras que acabam reconfigurando o território e, por sua vez, impactando os modos de vida dos povos indígenas e populações tradicionais.

Nessa perspectiva, o Estado é reconhecido como um agente empreendedor, juntamente com o CESTE, e juntos gerenciam a barragem de Estreito, que fica a cargo de gerar a energia elétrica para a região. Tais projetos energéticos enriquecem tanto o Estado como também o CESTE. Os impactos sobre os ecossistemas e a biodiversidade são evidenciados. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) procura evidenciar não exclusivamente a luta desses grupos tradicionais, mas a garantia de que suas identidades e sentimentos de pertencimento sejam preservados em seus territórios.

Por sua vez, o Estado assume o papel de regulador e detentor do desenvolvimento. Com relação ao empreendedor, este defende seus interesses econômicos de acordo com o ritmo do mercado. Tanto povos como as populações atingidas lutam pela permanência de seus territórios, suas identidades culturais e modos de vida. Essas comunidades estão cada vez mais se sentindo ameaçadas pelos surgimentos de grandes empreendimentos, que acabam ameaçando suas permanências nos lugares em que estão habitados e, assim, acabam tendo menos visibilidade e vozes no que diz respeito aos processos decisórios de sua continuidade no território.

2.1 – Atuação do Estado no setor Elétrico

Observa-se que o Estado passa a atuar não apenas como fiscalizador para investir na produção de energia. Os estudos de Vainer e Araujo (1992), Carneiro (2000), Sieben (2012) e Lima (2013) foram fundamentais para a compreensão das discussões relacionadas a grandes empreendimentos energéticos, principalmente no que diz respeito aos interesses das empresas estatais e das articulações entre os setores político e econômico. Estas práticas reafirmam a tendência global de instalar usinas hidrelétricas de grande porte, com reservatórios cada vez maiores e contendo regularização plurianual, conforme assegura Carrreiro (2000) na citação abaixo:

O poder estatal pautava suas ações no campo econômico, de um modo geral, e na esfera do setor elétrico, em particular, pelo compromisso com a garantia de condições

remuneradoras para o capital, que dispunha de relativa autonomia não apenas para estabelecer a tarifa da energia, mas para decidir sobre questões relativas à quando e em que circunstâncias oferecer o serviço. A exceção de eventuais imposições estabelecidas nos contratos de concessão, não existiam mecanismos político-institucionais voltados a assegurar a qualidade dos serviços prestados a população, numa adesão tácita ao suposto de eficiência alocativa do mercado, isto é, de que as decisões das empresas concessionárias, movidas por seus interesses, seriam convergentes com as preferências e necessidades da sociedade (CARNEIRO, 2000, 93)

Assim, “[...] as hidrelétricas compreendem um complexo jogo de interesses estatais e imperialistas” (SIEBEN, 2012, p. 63). Entende-se, com isso, que a construção e operação de hidrelétricas não se limita apenas às decisões técnicas ou pelas necessidades locais de geração de energia, ou seja, envolve interesses tanto políticos quanto econômicos.

Por outro lado, “[...] no âmbito do processo de licenciamento ambiental, na fase de apresentação do EIA/RIMA, foi criado um espaço de participação da sociedade, por meio da Resolução Conama 009/1987” (LIMA, 2013, p. 60). A seguinte Resolução prevê a participação da população durante a audiência pública quando os estudos ambientais são anunciados, se os mesmos podem afetar o meio ambiente no qual a população atingida está habitada.

Outro ponto é a democratização das decisões relacionadas à instalação de novas usinas. “[...] considerando os diferentes contextos políticos e diferentes estratégias adotadas no tratamento dos atingidos, é possível identificar a falta de participação da população no processo decisório” (LIMA, 2013, p. 83). A participação da sociedade deve ser assegurada por meio de audiências públicas, consultas populares, estudos de impactos ambientais de forma rigorosa e transparente, para ter um bom diálogo com as comunidades diretamente afetadas. Nesse sentido, o MPP declara:

Por essa razão, os movimentos sociais têm exigido do Estado a criação de “Unidades de Conservação da Natureza” que guardem relação com seus modos de vida, a exemplo das Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). São espaços territoriais onde a biodiversidade e os ecossistemas devem ser protegidos, criados por meio de uma lei específica. A Constituição diz que não é permitida qualquer utilização desses espaços protegidos que comprometam a finalidade para que foram criados (art. 225, III da Constituição Federal), para preservar a natureza e o patrimônio do povo brasileiro (MPP, 2012, p. 10).

A instalação da UHEE destacou-se como um projeto de grande empreendimento, sendo uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), demonstrando desempenho e estratégia do Estado para a promoção do desenvolvimento econômico. Com isso, projetos articulados por meio do poder público, empresas nacionais e multinacionais representam a união voltada para investimentos da economia nacional. Tal relação ratifica como as ações estatais beneficiam interesses corporativos, tornando-se instrumentos de políticas que

nem sempre analisam os impactos sociais e ambientais que um grande empreendimento pode gerar às populações atingidas por uma usina hidrelétrica (SIEBEN, 2012). Para Terrin (2019),

Quando se trata do tema “Usinas Hidrelétricas”, ao se observar os aspectos negativos de sua construção e de seu funcionamento, os impactos no meio ambiente são os mais destacados e criticados. Talvez diante do importante bem tutelável, o qual se faz necessário às presentes e futuras gerações. Um dos grandes impactos ambientais ocasionado pela instalação de uma usina hidrelétrica são os alagamentos que ocorrem com a construção de grandes reservatórios para a acumulação de água e regularização de vazões. Advindo das inundações, ocorrem alterações no regime das águas e formação de microclimas, prejudicando a diversidade biológica ali presente, podendo inclusive extinguir certas espécies de sua fauna e flora (TERRIN, 2019, p. 52)

A UHEE ocasiona várias transformações territoriais, sobretudo na comunidade tradicional. Em meio aos desafios diários, esses trabalhadores procuram manter a principal atividade econômica, bem como suas práticas culturais frente às mudanças ambientais atribuídas pelo empreendimento. Entretanto, a UHEE,

mesmo instalada e licenciada pelos instrumentos legais de gestão ambiental, gera vários conflitos e desafios para as populações atingidas pelo empreendimento.

2.2 – Lado Invisível da Energia: Atingidos e Impactos Sociais

A conceituação do termo “atingidos” é bastante abordada quando se trata de construções de usinas hidrelétricas. Entretanto, reconhece-se o sujeito como afetado por algum empreendimento. Essa tem sido a realidade das populações que acabam sendo prejudicadas e expropriadas de seus territórios, o que ocasiona a desterritorialização de várias famílias. Contudo, “[...] a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território [...] e a reterritorialização [...] o movimento de construção do território [...]”. (HAESBAERT, 2006, p. 127). Por outro lado, essas populações, quando são reassentadas, acabam indo para outras áreas, ficando distantes de seus locais de origem, o que causa implicações negativas com a perda de seu modo de vida tradicional. Na opinião de Vainer; Araújo (1992),

As grandes hidrelétricas constituem – por sua dimensão, natureza, modo de implantação, objetivos – um caso típico de Grande Projeto de Investimento (GPI). Sua multiplicação, a partir dos anos 60 e 70, consolida uma política nacional de exploração energética de recursos hídricos marcada por duas características principais: absoluto predomínio do Estado como agente empreendedor e afirmação das unidades de grande porte como sustentáculo essencial de planejamento e expansão do sistema de geração de eletricidade (VAINER; ARAUJO, 1992, p.51).

A construção de hidrelétricas não prejudica exclusivamente o meio ambiente, mas também a vida das populações que vivem nas áreas atingidas pelo empreendimento. Assim, “[...] à inundação de áreas povoadas para formação do reservatório provocam o deslocamento

compulsório e a ruptura social; a mudança no bioma com interferência na cadeia alimentar” (QUEIROZ; MOTTA-VEIGA, 2012, p. 03).

Sobre isso, muitas famílias são retiradas e alocadas em outras regiões diferentes das quais, por várias gerações, cultivou uma terra, construiu seus laços de família, vizinhança e desenvolveu suas práticas culturais ligadas ao território em que habitavam. Quando de repente tudo muda de uma hora para outra, é uma situação que pode ocorrer na realidade das comunidades tradicionais, que por vezes são obrigadas a deixarem suas casas para darem espaço à construção de grandes projetos políticos. Para Fernandes (2023),

As mudanças decorrentes dos grandes projetos e do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil afetam significativamente as populações tradicionais. As hidrelétricas são um modelo hegemônico de produção de energia, cujos principais impactos afetam as comunidades devido aos alagamentos provocados pelas barragens (FERNANDES, 2023, p. 91)

Situação mais grave ocorre quando as famílias não têm a oportunidade de serem reassentadas em um local adequado, semelhante àquele de onde foram expropriadas. Assim, podem acabar impossibilitadas de manifestar as suas práticas culturais e modos de vida tradicionais do qual, o novo lugar de moradia não o possibilita continuar a desenvolver suas práticas culturais. Contudo, os atingidos acabam sendo obrigados a deixar as terras antes consideradas férteis para ocupar outras que, às vezes, não são tão férteis, mudando completamente a sua forma de subsistência e o seu convívio. Segundo Haesbaert (2006, p.138): “[...] a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos”.

Com o deslocamento, às vezes forçado, as pessoas acabam rompendo os seus vínculos culturais, sociais e afetivos, gerando grandes perdas, ao mesmo tempo materiais e imateriais, consideradas de difícil reparação. Desse modo, os novos espaços de moradas nem sempre oferecem ou garantem condições adequadas para que essas pessoas continuem com suas práticas tradicionais, conforme afirma Terrin (2019):

Há ainda um grande impacto negativo no que tange ao aspecto social. A construção de uma Usina Hidrelétrica provoca um dano significativo na população [...] que vive nos entornos das cidades que abarcam essas obras. Os principais problemas sociais gerados pela construção das hidrelétricas são: Deslocamento de populações em escalas variáveis conforme a topologia; Inundação de áreas agricultáveis ou utilizáveis para pecuária ou reflorestamento; [...] Danos ao patrimônio histórico e cultural; Efeitos sociais intangíveis da relocação indiscriminada de grandes populações, especialmente agrupamentos indígenas, quilombolas ou comunidades tradicionais; [...] Perda de benfeitorias, plantações e áreas agricultáveis ou alagadiças. Além disso, devemos considerar os impactos socioambientais causados durante a construção da barragem e hidrelétrica. [...] Extinção de inúmeras propriedades rurais

– provocou o deslocamento das comunidades rurais para as cidades do entorno, aumentando as aglomerações urbanas [...] (TERRIN, 2019, p. 53).

Uma das maneiras de mascarar os impactos sociais sobre as populações atingidas é trazer a sustentabilidade associada para a geração de energia. Mas essas medidas exigem não apenas avanços tecnológicos, mas também responsabilidade social e o compromisso com a justiça ambiental. Dessa forma, é possível garantir que o desenvolvimento energético atenda às necessidades das populações presentes sem ter que comprometer o direito das futuras populações a um ambiente considerado equilibrado, tendendo assim à preservação de seus modos de vida.

Com relação à formação de reservatórios, a usina ainda pode inundar áreas de populações tradicionais, como, por exemplo, nas comunidades ribeirinhas, povos indígenas, camponeses e pescadores, que acabam sendo expropriados de seus territórios por conta dos alagamentos. Os atingidos percebem a “[...] sensação de perda de seu território, de seu lugar, de sua paisagem e da mudança no modo de vida que estava por vir” (SIEBEN, 2012, p. 157).

As populações habitantes de áreas em processo de construção ou operação de usinas hidrelétricas sofrem a perda de territórios tradicionais e, conseqüentemente, alterações no modo de vida dessas populações que dependiam diretamente do rio, a exemplo disso, os pescadores da colônia Z-7 de Tocantinópolis. Neste sentido, as populações e povos tradicionais tiveram que se adaptar às novas realidades tanto sociais quanto econômicas, enfrentando inúmeras dificuldades para manterem as suas práticas tradicionais e culturais.

2.3 – Impactos socioambientais: transformações no território diante da UHEE

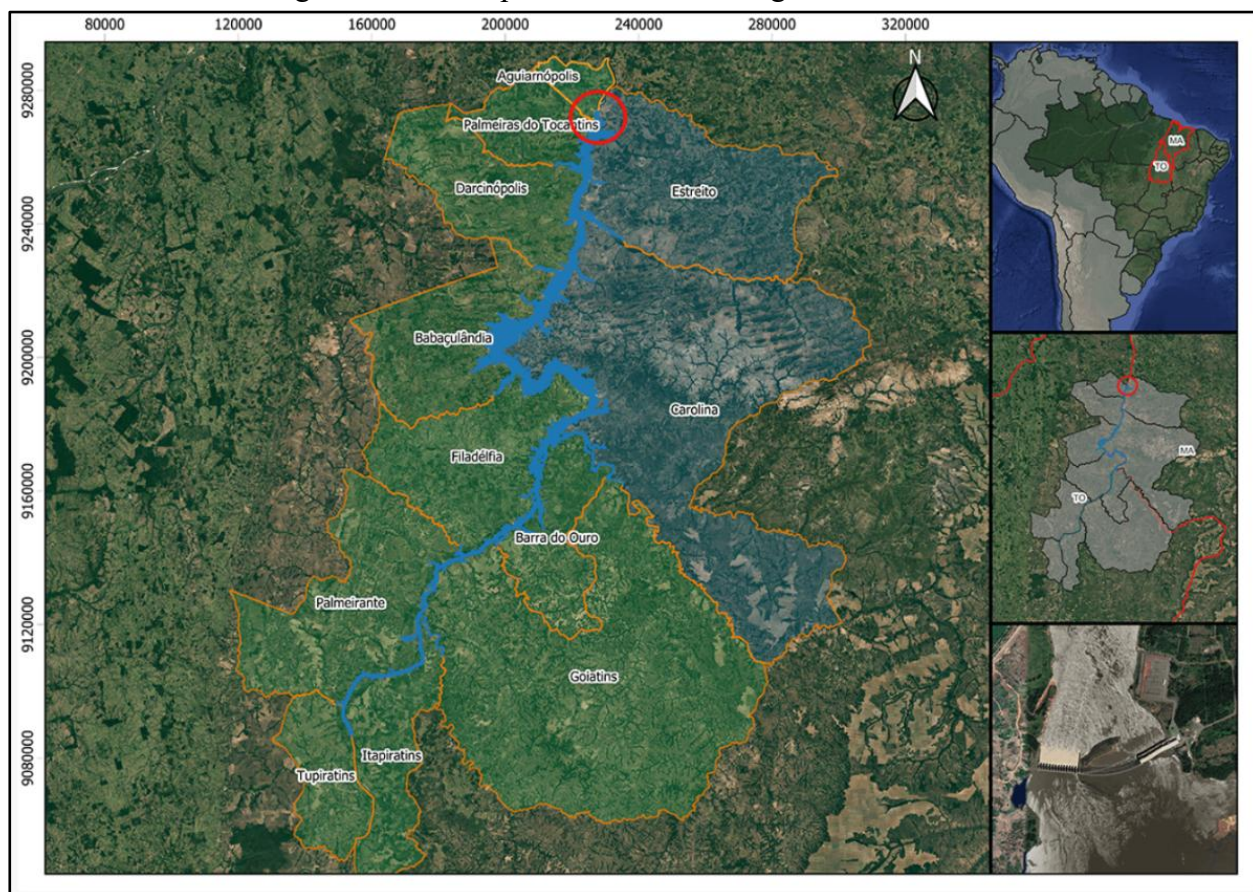
As usinas hidrelétricas são fontes renováveis de energia, ainda assim, proporcionam várias desvantagens, incluindo inúmeros impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos. “As hidrelétricas são vistas, de forma geral, no país, como a principal fonte de geração de energia elétrica” (SIEBEN, 2012, p. 14). Evidenciando as transformações e desafios após a operação da UHE Estreito, os problemas dificultam a pesca artesanal e, assim, põem em risco a continuação dessa atividade tradicional desenvolvida pelos pescadores da Colônia Z-7.

A análise concentrou-se na compreensão das estratégias de resistência diante das mudanças socioeconômicas e ambientais. A comunidade tradicional possui modo de vida específico e fortemente vinculado ao Rio Tocantins, que lhes proporciona recursos naturais para sua subsistência. No entanto, existem desafios que consistem em preservar o modo de vida

tradicional dos pescadores, ao mesmo tempo que tenta preservar os recursos naturais disponibilizados pelo rio.

A UHEE alcança diretamente doze municípios distribuídos ao longo do Rio Tocantins. Nota-se que, em outro momento, porém, o CESTE (2011) não cita os doze municípios. Observe a abrangência dos na figura 2.

Figura 2 – Municípios da área de abrangência da UHEE



Fonte: CESTE, [s.d.]

Entre os municípios tocantinenses atingidos estão: Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Tocantins, e por fim, municípios abrangentes no estado do Maranhão: Carolina e Estreito. Nessas áreas, a vida de parte da população está intensamente ligada ao Rio Tocantins, não apenas pelo aspecto econômico, mas também no âmbito sociocultural, cuja existência e modos de vida dependem do rio.

A implantação da UHEE resultou em uma reconfiguração das dinâmicas territoriais dos doze municípios abrangidos. Observam-se mudanças significativas na composição e no modo de vida das populações locais, acompanhadas de impactos perceptíveis sobre práticas tradicionais, como a pesca artesanal. Assim, a influência da usina estende-se muito além da área

diretamente inundada, alcançando diversos municípios que mantêm entre si vínculos históricos, ambientais e econômicos ancorados no Rio Tocantins.

Mesmo que uma determinada hidrelétrica constitua um grande empreendimento, o planejamento exige tecnologias avançadas e um alto custo financeiro. As consequências ambientais surgem desde a sua construção até a fase de operação. Os impactos da UHEE foram iniciados ainda na fase de construção, sendo necessário para a realização de abertura de estradas, desmatamentos em algumas áreas e, conseqüentemente, escavar e transportar as matérias do terreno. Tais ações provocam grandes alterações e perdas tanto no ecossistema local quanto na biodiversidade, como se observa na declaração abaixo:

Com 555 quilômetros quadrados de área, incluindo a calha natural do rio, e 260 quilômetros de extensão, o reservatório da Usina de Estreito abrangerá 11 municípios, sendo dois no Estado do Maranhão e nove no Tocantins. São eles: Carolina e Estreito (MA), Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins (TO). O Município de Aguiarnópolis não será interferido pelo reservatório, uma vez que a área no município compreende apenas parte do canteiro de obras da usina. A previsão é que o enchimento do reservatório leve aproximadamente três meses para completar seu nível máximo, alcançando a cota de 156 metros acima do nível do mar, o que dependerá do período de chuvas e das vazões afluentes (CESTE, 2011, s. p.).

Nota-se que o relatório do CESTE (2011) delimitou a área de abrangência da UHEE com onze municípios diretamente impactados pelo reservatório, dois situados no estado do Maranhão e nove no estado do Tocantins. Segundo o documento, o principal critério utilizado foi a extensão das áreas diretamente inundadas pelo lago da usina. Por essa razão, municípios como Aguiarnópolis ficaram de fora desse recorte, mesmo afetado pelo funcionamento do canteiro de obras.

Observa-se ainda que o município de Tocantinópolis, ainda que esteja localizado às margens do Rio Tocantins, a jusante da barragem da UHEE, não aparece entre os municípios considerados impactados pelo relatório oficial do CESTE (2011). O recorte ignora impactos indiretos provocados pela regulação do fluxo do rio, como as mudanças no regime hidrológico, ausências de algumas espécies de peixes, dificuldades de navegação, diminuição da atividade de pesca artesanal e outras transformações nos modos de vida das populações tradicionais. A escolha do município de Estreito para a construção da UHEE, ocorreu por vários motivos, desde os critérios considerados territoriais, técnicos e também logísticos.

[...] O local foi designado pelas feições geológicas e pelo estreitamento do canal do Rio Tocantins. Além disto, é o encontro das rodovias federais 226 (trecho Belém-Brasília), com a BR-230 e a BR-010 (trecho Transamazônica) e da ferrovia Norte-Sul. Isto possibilitará o futuro transporte multimodal entre rodovia, ferrovia e hidrovía (SIEBEN, 2012, p. 24)

Grande parte dos pescadores questionam a escolha do local para a construção da hidrelétrica. Para os pescadores e moradores da região, ela jamais deveria ter sido feita ali. Se a legislação ambiental fosse respeitada, a obra teria sido executada de outra forma, ou sequer, autorizada naquela área.

A UHEE está ligada a uma das principais obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. O empreendimento teve investimentos de R\$ 3,6 bilhões. “[...] a UHE Estreito é um dos maiores projetos de geração de energia elétrica em construção no país e uma das obras prioritárias do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal” (CESTE, 2010, s.p.). No entanto, o projeto consiste na expansão do capital energético, formado pelos grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

Torna-se essencial o investimento em tecnologias que reduzam os impactos negativos das usinas hidrelétricas e em alternativas que diversifiquem a matriz energética, como a energia solar, eólica e biomassa. Essas fontes renováveis podem complementar a geração hidrelétrica, reduzindo a dependência de grandes barragens e minimizando os danos ambientais e sociais. A declaração da CNEC transcrita abaixo confirma essa necessidade.

As Fontes Alternativas de Energia, como a eólica, a solar, maremotriz, geotérmica e biomassa vegetal (bagaço de cana, palha de arroz, gaseificação da madeira, lixo doméstico, entre outras fontes), a curto e médio prazo, apresentam-se como uma alternativa suplementar e estratégica, que pode se tornar uma oportunidade de negócio que atraia os interesses da iniciativa privada (CNEC, 2001, p. 7).

A UHEE, mesmo sendo uma fonte renovável de energia, proporciona várias desvantagens, incluindo inúmeros impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos. “As hidrelétricas são vistas, de forma geral, no país, como a principal fonte de geração de energia elétrica” (SIEBEN, 2012, p. 14). Evidenciando as transformações e desafios após a operação da UHE Estreito, os problemas podem dificultar a pesca artesanal e, assim, pôr em risco a continuação dessa atividade tradicional desenvolvida pelos pescadores da Colônia Z-7.

No contexto sócio territorial, a compreensão da organização social dos pescadores e pescadoras em suas comunidades tradicionais requer a consideração dos impactos ambientais gerados em seus principais meios de subsistência, ou seja, os rios. No entanto, devido ao aumento do número de projetos de produção de energia com base em hidrelétricas, é possível observar impactos significativos nas comunidades pesqueiras e ribeirinhas, afetando diretamente seus territórios de trabalho, vida e cultura identitária. Esses grandes projetos foram implementados na região Amazônica com mais intensidade após a redemocratização, promovendo a exploração de seus recursos naturais e gerando novos conflitos e formas de organização do espaço (FERNANDES, 2023, p. 87)

Faz-se necessário destacar que a barragem da Estreito causou transformações significativas na paisagem e também no ecossistema local. Tais modificações no processo

hídrico impactaram diretamente a fauna e a flora da região. No entanto, a atividade mais afetada por esse impacto foi a pesca artesanal, prejudicando não só os peixes, mas também outros tipos de espécies de animais que dependem do equilíbrio do rio para sobreviver.

A redução da vazão do rio durante certas épocas do ano, acaba afetando a sobrevivência e reprodução de algumas espécies aquáticas. Assim, a degradação das margens do rio contribui negativamente para o desaparecimento de algumas áreas, que antes eram utilizadas para plantio de alimentos e também para outras práticas tradicionais da comunidade.

A redução ou desaparecimento dessas espécies de peixes não apenas prejudica os pescadores e pescadoras artesanais, mas também provoca desequilíbrios ecológicos. A ausência de predadores naturais e a falta de controle populacional das espécies remanescentes podem levar ao aumento de outras espécies indesejáveis, afetando ainda mais a diversidade e a sustentabilidade do ecossistema aquático. A perda de espécies de peixes e os problemas ambientais decorrentes da construção das UHEs afetam diretamente a vida e o planejamento social das comunidades tradicionais de pescadores e pescadoras de Tocantinópolis, que vivem parcial ou exclusivamente da atividade pesqueira (FERNANDES, 2023, p. 101)

A degradação da margem do rio, agravada tanto pela erosão, assoreamento e poluição, modifica fortemente o que antes era uma paisagem natural para uma impactada, afetando não apenas o ecossistema, mas também o modo de vida da comunidade. Neste sentido, “o relato também aponta para a injustiça vivida pelos pescadores, que são frequentemente culpados pela poluição e impactos ambientais, mesmo sendo vítimas das ações do próprio governo que incentiva a construção de hidrelétricas” (FERNANDES, 2023, p. 92). Esse cenário reforça a necessidade de discutir políticas públicas para a conservação da margem do rio, estimando os saberes e as práticas das populações pesqueiras, que sempre viveram tirando sustento por meio de atividades ligadas ao rio.

Com relação aos impactos, a erosão das margens do rio provocada pelas variações no nível da água acaba ocasionando os deslizamentos de ribanceiras, comprometendo ainda mais áreas que antes eram utilizadas pelos pescadores artesanais para sua moradia e agricultura de subsistência, tornando-se áreas de risco, e por sua vez, obrigando a defesa civil a retirar essas populações desses locais. “Com o acúmulo de sedimentos no reservatório da barragem, as terras a jusante e os leitos não possuem a fertilidade necessária, podendo gerar erosões e assoreamentos” (FERNANDES, 2023, p. 99).

Segundo a TV Anhanguera (2017), outras modificações também foram relatadas, no que se refere à estiagem do rio, sendo um fenômeno que ocorre com intensidade desde a operação da usina hidrelétrica. Diante das mudanças climáticas, inundações e estiagem do Rio Tocantins, aumenta a vulnerabilidade dessas populações, que procuram por outras soluções para sobreviverem durante esse período. Com isso, às vezes, são obrigadas a se distanciarem

de locais que antes eram de costume de capturar os peixes com facilidades, e com a estiagem, deslocam-se para outros locais mais distantes, e nem sempre conseguem uma boa quantidade de pescados e acabam tendo prejuízos.

A atividade da pesca está cada vez mais difícil, e os pescadores artesanais devem sempre estar preparados para as variações no curso natural do rio, e também para outros desafios considerados burocráticos. Antes, para conseguir a autorização de pesca, era necessário ter a documentação exigida de Brasília. Hoje em dia, muitos pescadores da região precisam deslocar-se por terra em seus veículos adaptados com reboques improvisados para buscarem o pescado em outras localidades, quando a pesca local está muito difícil ou escassa. Os pescadores deslocam-se para outras localidades do rio, como no caso do Xingu, e nos chamam a observar o quanto o esforço é imenso para garantir o sustento da família.

Por fim, outras formas encontradas de adaptações pelos pescadores e pescadoras para resistir às mudanças foi investir em capacitações para beneficiamento do processamento do pescado, acrescentando estufa para a produção, ainda que de forma rotativa. Tais elementos comprovam que as adaptações não limitam a área técnica, mas acabaram mudando as estruturas no modo de vida, demonstrando o cenário de resistências frente aos impactos socioambientais e sociais provocados pela UHEE.

2.4 – Reflexões Iniciais: Território e Resistência da Colônia Z-7 frente à UHEE

A Colônia Z-7 representa, por meio dos pescadores, os saberes, a memória, a cultura e o modo de vida. A pesquisa é relevante não apenas para compreender os impactos gerados à comunidade, mas também para identificar os fatores que influenciam diretamente para a causa. Do ponto de vista acadêmico, o estudo tem como destaque a interação entre o território, o Rio Tocantins, a UHEE e o modo de vida dos pescadores da Colônia Z-7, sendo este um dos aspectos fundamentais para estudos voltados para a Geografia, envolvendo conflitos, resistências e dinâmicas territoriais.

Porém, as transformações ocorridas no território pesqueiro alteraram profundamente os modos de vida dos pescadores. No entanto, as articulações são suficientes para ultrapassarem as fronteiras estaduais. A colônia amplia sua abrangência institucional, criando assim novas possibilidades de resistência e de organização social dos sujeitos, abrindo caminhos para a visibilidade da comunidade pesqueira. Como afirma o MPP (2012),

Na verdade o território pesqueiro é o espaço fundamental para que as comunidades tradicionais pesqueiras possam continuar a existir enquanto grupo social diferenciado, para que as futuras gerações possam exercer a pesca e continuar a transmitir seus

conhecimentos tradicionais sobre as marés, os rios, os astros, os diversos pescados, enfim sobre a vida dos pescadores. Para que os conhecimentos tradicionais dos pescadores e pescadoras sejam preservados. O território envolve as áreas de pesca e coleta, as áreas de moradias, os locais de embarque e os trajetos com seus barcos, os locais sagrados e as áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo (MPP, 2012, p. 19).

Com isso, a comunidade tradicional dedica-se às suas atividades econômicas de pequeno porte, como pesca, agricultura, colheita, costura e a produção de artesanato em crochê, voltadas para a subsistência familiar e para o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis. Cada transmissão de saberes é fortemente marcada pela oralidade e participação direta de crianças e jovens nas atividades cotidianas, perpetuando o presente e futuro da pesca local, constituindo-se em um aspecto que se destaca nessa organização de saberes relacionada entre o pescador e o território pesqueiro.

A pesquisa visa estabelecer uma relação entre os conceitos acadêmicos, ao mesmo tempo em que apresenta as experiências dos pescadores da Colônia Z-7. Desse modo, buscar a compreensão da dinâmica da comunidade em estudo é indispensável, para assim, ir além das teorias abstratas e mergulhar nas práticas cotidianas e nas relações constituídas da comunidade com o Rio Tocantins.

Foram utilizados autores dedicados à compreensão do conceito de território, comunidades tradicionais e de dinâmicas de poder que os instituem. A interatividade entre a teoria, embasada em autores, e a prática desenvolvida durante a pesquisa é fundamental para compreender como a comunidade foi afetada pelos impactos da UHEE, seja no território, nas estratégias de resistência, na constituição da identidade e sentimento de pertencimento. No entanto, no caso da Colônia de Pescadores Z-7, os questionamentos ganharam força, pois envolvem dimensões tanto simbólicas quanto políticas. O território não é somente um espaço onde a comunidade vive, mas um lugar carregado de memórias, identidades e formas de resistência.

Para tanto, a relevância da abordagem em estudo está fundamentada nos autores que debatem questões territoriais, incluindo disputas entre povoações e políticas, ambos relacionados ao território. Saquet (2013), a exemplo, apresenta diferentes abordagens sobre o território, uma vez que o conceitua e o evidencia em distintas áreas de estudo. Essas concepções teóricas oferecem maneiras de compreender o tema articulado, principalmente em se tratando de conceitos de territorialização, como está representado na citação abaixo:

[...] significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; idéia e matéria; identidades e representações; apropriação e dominação e controle; e descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relação de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência

de interações *no* e *do* processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de des-continuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais (SAQUET, 2013, p. 24).

Através do território, é possível compreender diversos problemas surgidos das mais diferentes perspectivas geográficas, relacionadas tanto no passado quanto no presente. Diversos teóricos de distintas áreas do conhecimento buscam apresentar conceitos relevantes sobre o território, sendo uma das temáticas mais complexas de se delimitar.

Nos últimos tempos, o conceito de território tem-se destacado no âmbito geográfico, ganhando novos significados. Esse progresso é graças à sociedade, que contribuiu para o surgimento de outros termos relacionados ao território, como, por exemplo, territorialização e territorialidade. Esses conceitos estão ligados às políticas sociais, refletindo as dinâmicas de poder, identidade e relações territoriais. Para tanto, alguns autores contribuíram para o enriquecimento dos debates sobre o tema, em especial Raffestin (1993), Haesbaert (2002; 2006), Saquet (2009), e dentre outros autores.

Empiricamente, nota-se que o território da Colônia Z-7 vai além de um local, é um lugar de memórias, identidades e de práticas culturais fortemente relacionadas com o Rio Tocantins. Para tanto, Fernandes (2023, p. 85) afirma que “Apesar dos desafios e obstáculos enfrentados para manter suas atividades tradicionais, eles buscam criar e adaptar mecanismos que permitam reafirmar a importância da pesca artesanal e a transmissão de conhecimentos [...]”. Com o avanço da usina hidrelétrica, as comunidades atingidas pelo empreendimento se deparam com vários obstáculos, estes que ameaçaram a preservação do território e a continuidade de suas tradições.

De fato, torna-se fundamental discutir os principais desafios vividos pelas comunidades atingidas e as estratégias de resistência criadas pelas comunidades atingidas em resposta aos grandes impactos gerados aos seus modos de vida. Os apontamentos sobre território apresentam a categoria materialista, e alguns autores materialistas veem o território constituído como uma produção influenciada por meio das relações de poder e pela dinâmica do capitalismo. O espaço pode ser apropriado, produzido e controlado pelas estruturas materiais que manipulam as relações. A respeito, Raffestin (1993) expõe que o território é a projeção das referidas relações de poder por meio do espaço, sendo comparado como produto para apropriação material/simbólica.

A palavra “território” é complexa e, por esses motivos, envolve também dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais. O termo pode ser interpretado de diferentes formas, pois cada área tem sua própria forma de abordagem, e com o passar dos tempos torna-se mais difícil defini-lo, pois, cada contexto histórico gera suas interpretações sobre o que pode constituir um território. “Entretanto, há que se atentar para o fato de que território pode ser entendido de diferentes maneiras, a depender da área de investigação. Dessa maneira, ele pode servir a diversas formas de utilização” (RICETO; SILVA, 2008, p. 146).

Sobre esta linha de pensamento, Little (2002, p. 260) afirma: “Ao canalizar as múltiplas formas de apropriação do território de um grupo, a cosmografia representa uma peça fundamental na definição e na exploração dos recursos naturais”. A relação pode ser considerada tanto física, simbólica quanto cultural. Sendo assim, essa identidade é construída da maneira que os sujeitos expressam seu modo de vida, cultura e maneira de perceber o mundo à sua volta. As mudanças impactaram as práticas sociais, culturais e de subsistência da comunidade pesqueira, tornando essencial compreender como elas resistiram a essas transformações ao longo do tempo. Os conflitos territoriais evidenciaram ainda mais a luta das populações tradicionais pela garantia de seus direitos.

Os apontamentos sobre território apresentam uma categoria materialista, alguns autores veem o território constituído como uma produção influenciada por meio das relações de poder e pela dinâmica do capitalismo. Assim, o espaço pode ser apropriado, produzido e também controlado pelas estruturas materiais que manipulam estas relações. A respeito, Raffestin (1993) afirma que o território é a projeção das referidas relações de poder por meio do espaço, sendo comparado como produto para apropriação material/simbólica.

Segundo Little (2002, p. 264), “... a categoria de identidade pode se ampliar à medida que a identidade de um grupo passa, entre outras coisas, pela relação com os territórios construídos com base nas suas respectivas cosmografias”. O autor ressalta que a identidade de um determinado grupo social não é delimitada somente por perspectivas individuais, porém está intensamente relacionada com o território em que o grupo habita. Portanto, as cosmografias, como são citadas, referem-se a saberes ambientais, identidades e ideologias criadas pelo grupo social, para assim, manter seus vínculos afetivos com o território que habita.

O Rio Tocantins é um elemento central e essencial na vida dos pescadores artesanais, pois contribui diretamente para a construção da identidade da comunidade, fornecendo de suas águas a subsistência por meio da pesca. A vida social dos pescadores é constituída pelo rio, que não serve apenas como uma fonte de sustento, mas como uma representação simbólica na vida dos pescadores. Os relatos dos pescadores evidenciam que o rio representa mais do que um

recurso natural, sendo uma relação de convivência, espiritualidade, memória e identidade com o local em que estão inseridos.

Enfim, as relações territoriais e socioculturais também contribuíram para o avanço das discussões acadêmicas na área de geografia humana. Com isso, a comunidade pesqueira de Tocantinópolis, apesar dos efeitos da UHE Estreito, persiste na batalha pelo direito e manutenção de suas tradições culturais. A resistência é de fato a afirmação do valor de suas identidades, por meio de estratégias e da valorização dos conhecimentos locais.

2.5 – Organização social e institucional da Colônia de Pescadores Z-7

A história começa com a criação da Colônia de Pescadores Z-35⁶ de Estreito (MA). Após algum tempo, os pescadores mais antigos de Tocantinópolis buscaram apoio por meio de representantes políticos da região. A colônia vai além da representação institucional, ocupando demandas que abrangem o controle da reprodução pesqueira até o recadastramento anual de seus associados. A instituição dos pescadores é responsável por emitir documentos e atuar como meio no acesso a políticas públicas, como garantir o direito aos benefícios do Seguro Defeso e outros relacionados à Previdência Social. Além disso, a colônia fortalece a ligação entre os pescadores e o Estado, organizando ações, direcionando reivindicações e promovendo conquistas de direitos para a categoria pesqueira.

A Colônia de Pescadores Z-7, localizada em Tocantinópolis, é uma base essencial para a vida social, econômica e política dos pescadores e pescadoras artesanais da região. Segundo informações da própria Colônia de Pescadores Z-7, a mesma foi fundada no ano de 1997, surgida pela necessidade de organizar a atividade pesqueira local. Vale destacar que, anteriormente, os pescadores mais antigos dependiam de outras colônias localizadas em outros municípios, como na Colônia de Pescadores de Imperatriz Z-29 (CPI Z-29)⁷ com o objetivo de conseguir o registro profissional.

A história e organização da comunidade pesqueira adquiriu identidade a partir do modo de vida entrelaçado com o Rio Tocantins. Com a construção do empreendimento energético,

⁶ A Colônia de Pescadores Z-35 de Estreito (MA) foi fundada em 07 de fevereiro de 1988, ocupando a trigésima quinta Zona a ser criada no Estado do Maranhão. A colônia representa os pescadores artesanais da região. Disponível em: <https://www.cmestreito.ma.gov.br/portal2021/projeto/public/upload/leis/97647.pdf>. Acesso em 27 de abr., 2026.

⁷ Foi fundada em 30 de dezembro de 1978 a Colônia de Pescadores de Imperatriz Z-29 (CPI Z-29), ocupando a Vigésima nona Zona a ser criada no Estado do Maranhão, sob a Lei Municipal nº 236/1981. Disponível em: <https://imperatriz.ma.gov.br/blog/nossa-memoria/mercado-do-peixe-sonho-de-40-anos-memoria.html>. Acesso em 27 de abr., 2026.

vieram acompanhados de inúmeros problemas ambientais e sociais, que contribuíram para a desestruturação do modo de vida tradicional da comunidade pesqueira.

A organização da classe trabalhadora pesqueira em Tocantinópolis (TO) se dá por meio da Colônia de Pescadores Z-7, fundada em 23 de novembro de 1997. Com a criação da Colônia, os pescadores passaram a se articular em suas comunidades para registrar seus associados e defender seus direitos trabalhistas. A sede própria está localizada na orla do município de Tocantinópolis. A comunidade pesqueira de Tocantinópolis (TO) é essencialmente artesanal e em geral se dedica ao abastecimento de carne de peixe, que é comercializada nas feiras do município, contribuindo para o fortalecimento da base econômica da cidade (FERNANDES, 2025, p. 2)

O termo “zona” faz referência ao número de registro, apresentando a ordem de criação da colônia. Ao relembrar a trajetória da associação, é fundamental mencionar o primeiro presidente, o senhor “José de Ribamar Martins Fernandes”, que no ano de 1997 assumiu a função. Outro nome que merece destaque é o do ex-presidente o senhor “João Haroldo Gomes de Almeida (*in memoriam*)”, sua dedicação continua viva na memória dos pescadores de Tocantinópolis e nas regiões circunvizinhanças, deixando seu legado de respeito e de dedicação à comunidade pesqueira. Segundo relatos dos pescadores, a liderança de João Haroldo foi marcada pelo compromisso e pela dedicação, perante os interesses da categoria frente à federação de pescadores, órgãos municipais, estaduais e também federais.

A logo da Colônia de Pescadores Z-7 de Tocantinópolis, figura 3, apresenta as cores: azul, verde e amarelo, que revelam aspectos relacionados com o modo de vida dos pescadores. A cor azul representa o rio, o verde a natureza ao redor do rio, e por fim, a cor amarela que faz referência à identidade nacional. A logo traz aspectos que contam um pouco da história e do dia a dia dos pescadores artesanais da região.

Figura 3 – Logo da Colônia dos Pescadores Z-7 de Tocantinópolis



Fonte: Colônia de Pescadores Z-7 (mai. 2022).

A análise visual da logomarca evidencia que o elemento central corresponde à representação de um peixe da espécie bagre. Visivelmente, a figura do peixe aparece fígada por um anzol de pesca, um dos instrumentos mais utilizados, destacando assim o trabalho tradicional perante a rotina dos pescadores artesanais. De acordo com o relato dos representantes da colônia, a logo teve origem em uma iniciativa interna da própria Colônia Z-7, apresentada para avaliação na assembleia geral, sendo está a selecionada para a versão considerada mais adequada para representar a colônia de pescadores.

O símbolo do peixe presente no logo representa a principal fonte de renda e trabalho dos pescadores artesanais, ressaltando a importância da atividade pesqueira para a subsistência e a identidade da comunidade tradicional. A logomarca também apresenta a imagem de Nossa Senhora dos Navegantes, sendo a padroeira da cidade de Tocantinópolis, representando a religiosidade símbolo de fé para os que acreditam. A distribuição demonstra o papel de grande relevância da colônia, que se concretiza como uma organização de representação e apoio aos pescadores artesanais, vinculando diferentes contextos socioespaciais.

Nessa perspectiva, a comunidade ultrapassa limites administrativos estaduais, fortalecendo a união coletiva dos pescadores que fazem parte da Colônia Z-7. Assuntos relacionados às dinâmicas políticas da Colônia Z-7 estão diretamente ligados a mecanismos com base na participação dos membros associados à instituição, para acontecer a escolha de suas lideranças para o processo eleitoral. O processo é conduzido pela Federação Tocantinense dos Pescadores (FETOPESCA) e pela Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), entidades responsáveis pela garantia da integridade e organização das eleições, a partir da publicação do edital até a apuração dos votos.

A publicação do edital eleitoral ocorre com a antecedência de 60 dias, dividido entre o período de inscrição das chapas concorrentes até o período de concentração dos candidatos à eleição. O formato assegura a participação e a concorrência entre diferentes grupos, mesmo que na prática não tenha outras chapas para concorrer às eleições, mesmo com o edital publicado com antecedência.

As eleições podem ocorrer por meio de voto secreto com a utilização de urnas eletrônicas para o registro do voto, isso quando há mais de uma chapa concorrente, e quando não há, o voto é por Aclamação⁸. Isso significa que, em alguns casos, é registrada apenas uma

⁸ Segundo o Presidente da Colônia instituição, O voto por aclamação é um método de decisão utilizado quando há consenso entre os participantes da colônia. Assim, a escolha ocorre por unanimidade e é manifestada de modo coletivo, seja por de aplausos ou pelo silêncio, o que demonstra a aceitação geral. Essa prática costuma ser adotada quando existe apenas uma chapa concorrendo a eleição.

chapa para concorrer à eleição. Na última eleição de 2025, a escolha ocorreu por aclamação, quando o voto por aclamação acontece por consenso dos associados. As relações políticas não se restringem apenas às disputas formais, são fortemente abarcadas pelos vínculos sociais, por trajetórias individuais e pelo reconhecimento coletivo. A legalidade das lideranças está associada não só ao processo eleitoral, mas à confiança construída no cotidiano da colônia.

A cultura presente na categoria de pescador, atua como uma forma de identificar como são representados. “[...] não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, [...] como pertencendo à mesma e grande família nacional” (HALL, 2006, p. 59).

No que diz respeito ao Registro Geral de Atividade Pesqueira (RGP), a colônia também proporciona apoio durante o processo, sendo etapas imprescindíveis para a regularização dos profissionais da pesca. Uma das formas de representatividade concretiza-se no fortalecimento das práticas, cultura e modo de vida dos sujeitos locais. Segundo informações da própria Colônia Z-7, as principais conquistas para a categoria vêm da participação coletiva dos pescadores e pescadoras, ambos em busca de apoio para terem melhores condições de trabalho.

Sobre a organização da Política dos Pescadores Artesanais, na Colônia de Pescadores Z-7 de Tocantinópolis os pescadores e pescadoras estão distribuídos entre doze municípios entre os estados do Tocantins e do Maranhão. As atividades da colônia atuam nas seguintes localidades: Aguianópolis, Ananás, Angico, Araguaína, Darcinópolis, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia, Nazaré, Palmeiras e Tocantinópolis. A colônia atende o município de Porto Franco, do estado do maranhão, apresentada no quadro 2.

Quadro 2 – Municípios atendidos pela Colônia de Pescadores Z-7

MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA COLÔNIA Z-7	ESTADO
Aguianópolis	Tocantins
Ananás	Tocantins
Angico	Tocantins
Araguaína	Tocantins
Darcinópolis	Tocantins
Itaguatins	Tocantins
Luzinópolis	Tocantins
Maurilândia	Tocantins
Nazaré	Tocantins
Palmeiras	Tocantins
Porto Franco	Maranhão
Tocantinópolis (Sede da Colônia de Pescadores Z-7)	Tocantins

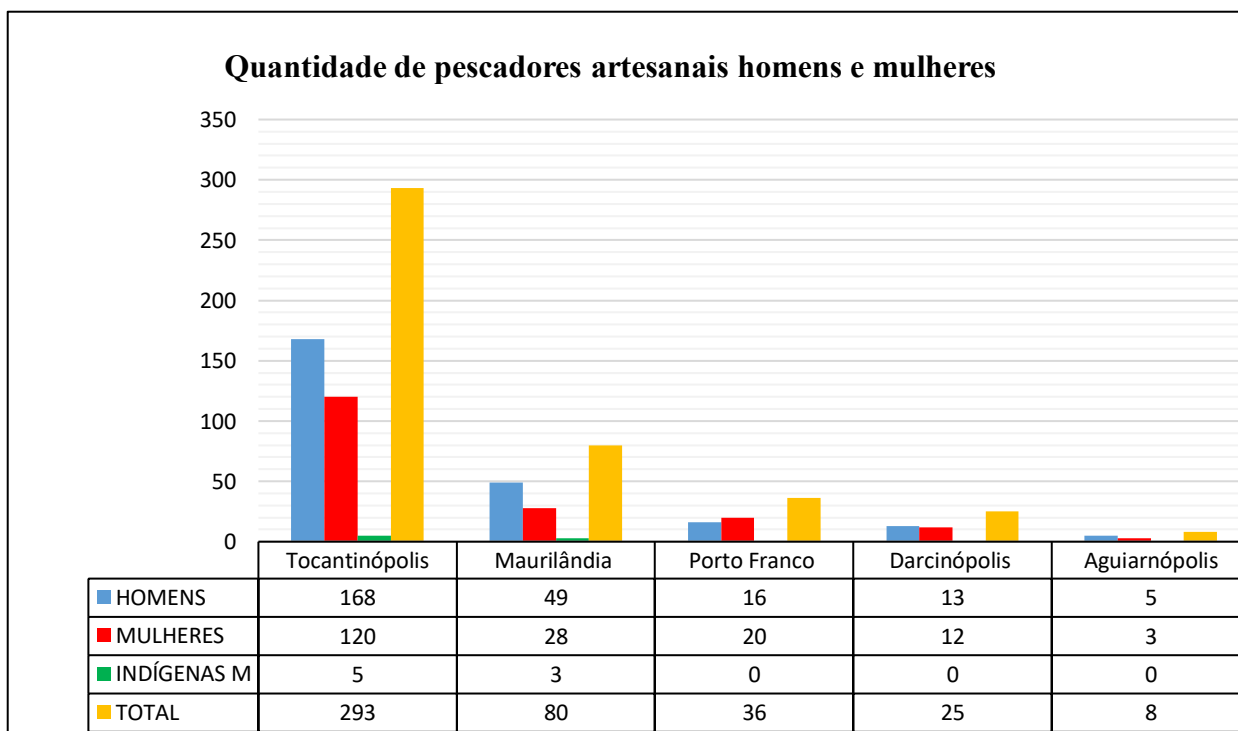
Fonte: Elaborado pela autora (mar. 2026).

Os relatos vão além das mudanças ambientais e econômicas apontadas pelas transformações nas técnicas e nos instrumentos de pesca. O pescador P6 (2026) relembra que anteriormente, a pesca era realizada de forma mais tradicional do que atualmente, antes usavam canoas e remo, enquanto atualmente há maior utilização de embarcações motorizadas. Essa modificação no modo de vida do pescador indica uma adaptação para as novas condições impostas pelas transformações no rio.

Com o suporte da instituição, garante-se a aquisição de novos equipamentos de trabalho, como canoas e também motores, beneficiando a produtividade de pesca. A maioria das demandas da colônia, estão voltadas para questões de legitimidade no cadastramento e recadastramento referente à carteirinha de pesca. Além disso, quando necessário, a instituição busca para o seu associado apoio jurídico quando se faz necessário.

Ao todo, são 442 pescadores e pescadoras artesanais registrados na Colônia Z-7, conforme apresentados por quantidades no gráfico 1, com base nos dados fornecidas pela sede da Colônia de Pescadores Z-7 de Tocantinópolis. Os municípios vizinhos e mais distantes, como Ananás, Angico, Araguaína, Itaguatins, Luzinópolis, Nazaré e Palmeiras, estão inclusos com os grupos de pescadores e pescadoras do município de Tocantinópolis.

Gráfico 1 – Distribuição de pescadores homens e mulheres por município (2026).



Fonte: Elaborada pela autora com base em dados fornecidos pela Colônia de Pescadores Z-7 (Relatório de 18 mar. 2026).

Conforme os dados disponibilizados pelo Colônia, a entidade apresenta-se como uma organização que vai além de divisões administrativas tradicionais, mais que por meio de práticas vivenciadas no cotidiano dos pescadores ao longo do rio. Sobretudo, fica evidente como os pescadores artesanais constroem seus laços históricos, culturais e econômicos a partir dos recursos do Rio Tocantins para sobreviver. A abrangência da colônia nos municípios tocantinenses e maranhenses confirma uma estratégia de resistência coletiva diante dos impactos trazidos pelo empreendimento da Usina Hidrelétrica de Estreito.

Segundo P5 (2026), secretário da colônia, para facilitar a organização e os arquivamentos das documentações, foram agrupados com os pescadores de Tocantinópolis, tendo em média de uma (1) ou duas (2) pessoas por município. Já os municípios de Aguiarnópolis, Darcinópolis, Maurilândia e Porto Franco, possuem grupos com maiores quantidades de pescadores e pescadoras, são organizados separadamente.

Conforme já afirmamos anteriormente, esta pesquisa tem como objetivo compreender o modo de vida da comunidade pesqueira da Colônia Z-7 que habita a margem do Rio Tocantins, bem como as suas estratégias de resistência e os desafios enfrentados diante das transformações ocorridas ao longo dos tempos, considerando a importância do rio, como o agente que traz a partir de suas águas a complementação do alimento das famílias e fonte de renda como sustento, fortalecendo cada vez mais a identidade cultural.

O Rio Tocantins é o principal meio de subsistência da população pesqueira da comunidade Z-7 em Tocantinópolis (TO), pois é o maior e mais importante rio que atravessa o município. Assim como em outros municípios afetados pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, todo o ciclo natural e econômico da população pesqueira local foi afetado. Neste estudo, pode-se observar os impactos gerados no cotidiano dessa população, fornecendo um acervo bibliográfico para a análise dos problemas comuns aos atingidos por grandes projetos, como o da Usina Hidrelétrica de Estreito (FERNANDES, 2023, p. 90)

O enfoque está na luta territorial da comunidade pesqueira, enquanto ressalta as estratégias de resistência frente aos desafios encontrados após a construção da Hidrelétrica de Estreito. O grande empreendimento tem gerado vários impactos tanto ambientais como socioeconômicos para a comunidade pesqueira de Tocantinópolis. Com a construção de barragens, esses impactos ocasionaram as alterações no fluxo das águas do Rio Tocantins, causando transformações no território e no modo de vida da comunidade tradicional.

Diegues (2008) apresenta uma caracterização abrangente das comunidades tradicionais e sua relação com o território, a natureza e os processos socioculturais. O autor destaca a dependência dessas comunidades dos ciclos naturais e dos recursos renováveis, evidenciando um conhecimento profundo do meio ambiente, transmitido oralmente entre gerações. Esse saber

tradicional reflete-se em estratégias de uso sustentável dos recursos naturais, fundamentais para a subsistência e reprodução social dessas populações.

Além disso, Diegues (2008) ressalta o território não apenas como um espaço físico, mas também como um local de reprodução econômica, social e cultural, o que fortalece a identidade comunitária e a continuidade das práticas tradicionais. Mesmo diante de processos migratórios ocasionais, a ligação com a terra ancestral permanece como um elemento central na estruturação social e simbólica dessas comunidades.

Diegues (2008) destaca características sobre as comunidades tradicionais, bem como a sua relação com o território, meios em que essa comunidade vive e os seus processos socioculturais. São elas:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constroem um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transmitido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentescos ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k) autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2008, p. 89).

Segundo Diegues (2008), as comunidades vivem sob a dependência dos ciclos tanto naturais quanto dos recursos renováveis, apresentando um conhecimento aprofundado do meio ambiente, transmitido por experiências entre suas gerações. O saber tradicional revela suas estratégias de utilizar os recursos naturais de forma sustentável, garantindo a subsistência dessas populações. Além disso, o autor ressalta que o território não é só um espaço físico, mas também um local onde ocorre a reprodução econômica, social e cultural, o que garante a identidade coletiva e a continuidade de suas práticas tradicionais.

Com isso, as populações tradicionais, ao longo dos tempos, chegaram a abandonar as atividades milenares, como, por exemplo, a caça, pesca e agricultura. Nesse meio tempo,

iniciaram-se outras atividades pertinentes ao centro urbano. Nessa perspectiva, Ferraz e Gonçalves (1998) afirmam que:

Ocurrió um rápido y continuo proceso de modificación de las estructuras económicas y sociales, con alteraciones en el modo tradicional de vida: paso de la actividad agrícola y de pesca al predominio de la actividad comercial de fines de semana (bares y restaurantes) (...) disminución de la productividad agrícola (lo que podría servir como detonante para el consumo de alimentos industrializados); modificación en los hábitos alimenticios; surgimiento de nuevas enfermedades; modificaciones en la organización social, anteriormente basada en la familia extensa y en el parentesco; disminución de la cohesión de la comunidad; modificaciones de los valores y espiritualidad; facilidad y rapidez de transportes; y posibilidad de trabajar en otros barrios (FERRAZ E GONÇALVES 1998, p. 22).

Surgem as primeiras modificações no modo de vida tradicional, obrigadas a procurarem outras possibilidades de sobrevivência. Alguns fatores mostraram-se determinantes tanto nas mudanças geográficas, como nas econômicas e sociais da cidade. As alterações nos modos de vida levam à desestruturação de vínculos e, consecutivamente, à perda da identidade territorial dos atingidos que habitam próximos do rio. Além disso, a degradação ambiental contribui para a vulnerabilidade deles, que têm no rio não só sua fonte de renda, mas também as práticas culturais. A diminuição da qualidade da água, as mudanças climáticas locais e a devastação de áreas naturais impactam diretamente a relação dos pescadores com o território.

A estiagem do Rio Tocantins causa graves danos a atividade da pesca, praticada pelos pescadores ao longo dos anos. Acostumados a pescar perto da margem, muitos são obrigados a percorrer grandes distâncias em busca de peixes. A mudança imposta dificulta a exploração de áreas anteriormente submersas, afetando negativamente a sobrevivência e o modo de vida dessa comunidade.

Por outro lado, a temporada de cheias traz outros problemas para os pescadores da cidade de Tocantinópolis, quando o nível das águas sobe assustadoramente, o que os deixa em estado de alerta. As cheias, já atingiram por algumas vezes o cais da cidade, ameaçando quiosques a ficarem submersos pelas águas do rio. Quando o nível das águas se aproxima de suas portas, os proprietários enfrentam a necessidade de evacuar seus quiosques levando seus pertences, caso as chuvas persistam e, consecutivamente, os níveis de água aumentem.

Essas oscilações sazonais entre seca e cheia revelam a vulnerabilidade da comunidade pesqueira e a necessidade de estratégias de adaptação para mitigar os impactos das mudanças nas condições hídricas do Rio Tocantins. Portanto, a ecologia pode ser uma proposta de grande importância, sendo uma alternativa viável para promover o desenvolvimento econômico nas áreas de agricultura e pesca.

Os dados obtidos indicam que os modos de vida estão ameaçados com o envelhecimento dos pescadores e pescadoras mais experientes da colônia Z-7. Com a redução da atividade pesqueira, as alterações no comportamento das espécies e as transformações nas ocorridas na vida dos pescadores apresentam o enfraquecimento das práticas tradicionais construídas às margens do Rio Tocantins. Como estratégia de valorização cultural, sugere-se a criação do Museu dos Pescadores Artesanais de Tocantinópolis, como uma estratégia apropriada para a valorização, preservação e transmissão da memória cultural da comunidade pesqueira.

As transformações ocorridas ao longo dos anos impõem um modelo de desenvolvimento que, frequentemente, desvaloriza os conhecimentos tradicionais e a relação simbólica entre a comunidade da Colônia Z-7 e o Rio Tocantins. A cultura da pesca é baseada no conhecimento passado de geração a geração e está ameaçada, tendo impacto no modo de vida dos pescadores, afastando-os das práticas culturais tradicionais. As modificações no estilo de vida dessas comunidades acabam perdendo a sua identidade territorial, sendo um dos maiores desafios na preservação do patrimônio cultural da comunidade tradicional.

Segundo Diegues (2004), as formas e tipos de produção pesqueira está dividida em quatro fatores: (a) a produção pesqueira de auto-subsistência ou primitiva; (b) a produção pesqueira realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil e por fim, (c) a produção pesqueira capitalista. Destaca-se que a Colônia de pescadores está organizada em dois fatores, a pesca de auto-subsistência e pesca realizada dentro da pequena produção mercantil.

A pesca de auto-subsistência ou primitiva, está relacionada com a prática de organização social das tribos indígenas ou de pequenos agrupamentos ribeirinhos, nesta classificação pescadores sem registro de carteira de pesca e com registro que pescam apenas para a sua própria subsistência, como é o caso dos pescadores afastados por, sem fazer a venda do pescado. Neste caso “Em nenhum momento há a mediação da moeda nas trocas existentes” (DIEGUES, 2004, p. 153)

A Colônia ressalta ainda que as pessoas aposentadas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), no popular, por invalidez, não podem vender o pescado. Assim, “Eles possuem as carteirinhas, eles continuam com as carteirinhas. Daí só pode pescar para subsistência” (P10, 19/03/2026, 47 anos). Porém, podem pescar para a sua subsistência. O pescador não pode estar recebendo o auxílio BPC e ao mesmo tempo estar pescando para vender, já que o benefício descreve sua invalidez, significando que ele está inválido, impossibilitando o pescador de exercer a atividade da pesca.

Em se tratando da pesca realizada dentro da pequena produção mercantil, nessa forma de produção encaixam-se os pescadores artesanais, que possuem carteira de registro de pesca,

e o pescado capturado (Fotografia 5) é vendido na própria beira rio, na sua residência, feira do mercado municipal de Tocantinópolis. A principal característica da forma de organização é a produção do valor de troca em maior ou menor intensidade.

Fotografia 5 – Peixes capturados no Rio Tocantins por pescadores da Colônia Z-7



Fonte: Fotografias disponibilizada pela pescadora P3 (mar. 2026).

Face aos desafios enfrentados, a comunidade pesqueira tem adotado algumas estratégias de resistência, como a busca por políticas governamentais voltadas para a compensação e amenização dos efeitos negativos. Além disso, medidas de sustentabilidade, como o estímulo à pesca artesanal e ao fortalecimento da agricultura familiar, têm sido táticas empregadas para minimizar os efeitos adversos da usina.

Para tanto, é necessário cada vez mais entender esses efeitos negativos ao modo de vida dos pescadores artesanais, sendo essencial para a criação de políticas públicas mais adaptadas às particularidades dessa comunidade tradicional, assegurando o desenvolvimento sustentável e o respeito às culturas tradicionais. Além disso, é fundamental lutar pelo reconhecimento de comunidades tradicionais para garantir seus direitos e preservar seu modo de vida.

Diante desses desafios enfrentados pela comunidade pesqueira Z-7, é essencial avaliar as estratégias de resistência e adaptação adotadas pelos pescadores, bem como analisar as políticas públicas voltadas para suavizar os impactos causados pela Hidrelétrica de Estreito. As dificuldades socioeconômicas são vivenciadas diariamente pelos pescadores artesanais, já as transformações ambientais acabam ameaçando a identidade cultural dessas comunidades, pois grandes projetos de infraestrutura como a Usina de Estreito podem comprometer facilmente a sustentabilidade e a continuidade do modo de vida tradicional.

Portanto, torna-se imprescindível a implementação de políticas públicas que amenizem os impactos causados e garantam melhores condições de vida para as populações tradicionais, para assim continuarem vivendo em harmonia com o Rio Tocantins, para assim garantir a

preservação ambiental e a justiça social de comunidades tradicionais, como a Colônia Z-7. No entanto, é necessário reconhecer o papel desses pescadores artesanais para a conservação/preservação da biodiversidade aquática e o subsídio alimentar.

Outro aspecto considerado importante é a destruição simbólica e cultural do que é a figura do pescador artesanal frente aos grandes desenvolvimentos promovidos tanto pelo Estado como também pelo capital. Por isso, “[...] ainda que existam representações simbólicas e, sobretudo, míticas que perpassam as distintas culturas e formas de organização social, cada uma dessas últimas tem sua maneira própria de representar, interpretar e agir sobre o meio natural” (DIEGUES, 2008, p. 65).

A afirmação de Diegues (2008, p. 65) destaca que as partes das sociedades acabam criando formas de compreender a interação do homem com a natureza. Assim, o autor acaba evidenciando que o ambiente natural não é só um local físico, simbólico ou cultural, sendo interpretado com base em saberes e vivências de cada comunidade.

Outro problema corriqueiro é a presença de pescadores ilegais que pescam com arpões, considerada pelos pescadores artesanais como pesca predatória. No ato da pesca, os pescadores ilegais mergulham para capturar os peixes maiores, o que compromete a reprodução das espécies aquáticas. Com os arpões, esses pescadores predatórios no período da noite vão à procura dos grandes peixes facilmente capturados quando a luz da lanterna deixa os mesmos imóveis.

Esse tipo de pesca, contribui para o desequilíbrio do ecossistema, já que os peixes considerados adultos e em fase propícia para a reprodução são capturados, o que causa problemas entre os pescadores legais e os ilegais. Vale destacar que a fiscalização para essa atividade é falha, e o efetivo do Estado do Tocantins é considerado falho. Às vezes, os próprios pescadores artesanais têm medo de entrar em conflito direto, pois temem o risco de violência.

Outra preocupação dos pescadores está ligada à piracema⁹, um período em que os peixes se reproduzem, durando cerca de quatro meses, o que representa um grande desafio para os pescadores artesanais. Boa parte dos pescadores recebe um auxílio financeiro durante esse período, conhecido como benefício seguro-defeso, cujo valor pago é de um salário mínimo pelo governo federal, sendo uma maneira de garantir o sustento enquanto a atividade de pesca é proibida, como forma de preservação das espécies.

⁹ A piracema refere-se à fase de reprodução dos peixes migratórios, tempo em que são aplicadas limitações à pesca, chamado de período de defeso, visando assegurar a reprodução das espécies e preservar os estoques pesqueiros. (BRASIL, 2009).

Além de sua função representativa, a Colônia de Pescadores Z-7 exerce papel fundamental na articulação social, econômica e institucional das comunidades pesqueiras da região. A entidade atua no apoio ao acesso a direitos previdenciários, regularização documental dos pescadores, encaminhamento de demandas sociais e fortalecimento das práticas tradicionais relacionadas à pesca artesanal. Neste sentido, a organização institucional da Colônia também contribui para a mediação entre os pescadores e os órgãos públicos, promovendo participação social em debates relacionados à gestão dos recursos pesqueiros, preservação ambiental e desenvolvimento regional.

Nesse contexto, a Colônia de Pescadores Z-7 constitui importante instrumento de representação coletiva, fortalecendo a identidade sociocultural das populações ribeirinhas e pesqueiras abrangidas por sua atuação. Destaca-se, ainda, que a estrutura organizacional da entidade favorece a integração entre diferentes municípios da área de influência, ampliando a capacidade de mobilização social e de defesa dos interesses da categoria profissional dos pescadores artesanais.

Diante dos desafios identificados, a comunidade busca novas estratégias e ações junto às autoridades locais para solucionar os problemas que inquietam o seu modo de vida. Os representantes da Colônia de Pescadores Z-7 procuraram a prefeitura para buscar recursos e políticas públicas direcionadas para a pesca artesanal. No entanto, as ações são voltadas para a criação de peixes em tanques, enquanto os pescadores tradicionais seguem suas vidas como cidadãos invisíveis e desamparados.

2.6 – Contradições das políticas públicas e os desafios dos pescadores artesanais

Diante desse cenário, os programas destinados aos pescadores sofrem muito com os cortes orçamentários, o que acaba dificultando a fonte de renda e a subsistência de boa parte desses pescadores, já que os mesmos passam quatro meses assegurados pelo programa Seguro-Defeso no período da piracema. Os pescadores e suas famílias dependem do programa para se manterem até o período de reprodução dos peixes, pois a pesca é proibida por lei, para assim garantir a preservação e a renovação das espécies de peixes.

Os pescadores podem ser prejudicados quando o assunto está relacionado com empresas privadas ou órgãos públicos, ocorrendo desvantagem frente à desinformação dos pescadores e acelerando a ocorrência nos processos de licenciamento, provocando conflitos e resistências comunitárias. A análise permitiu evidenciar as contradições históricas que marcam as relações

entre o Estado e os pescadores artesanais, promovendo justiça social, soberania alimentar e sustentabilidade ecológica.

De certa forma, os pescadores têm se organizado cada vez mais em criações de colônias, associações ou quaisquer outros movimentos sociais, que lutam pela legitimação de seus direitos e também pela valorização de suas práticas enquanto pescadores artesanais. Esses movimentos sociais têm um importante papel na vida dos pescadores, podendo fazer denúncias quando necessário para assegurar o bem-estar dos registrados nas colônias. Conforme o MPP (2012),

Com a aprovação da Constituição de 1988, as Colônias de Pescadores foram equiparadas, em seus direitos sociais, aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Abriu-se possibilidade das Colônias elaborarem seus próprios estatutos, adequando-os à realidade de seus municípios. A Constituição reconheceu o direito à livre associação sindical, o que significa que ninguém é obrigado a se sindicalizar para ter seus direitos sociais reconhecidos pelo Estado (MPP, 2012, p. 13).

Portanto, é urgente que se criem novas políticas públicas focadas na pesca artesanal, ou que possam ser melhor repensadas, levando em consideração as particularidades culturais, econômicas e ambientais de cada região brasileira. Por meio dessas políticas, dá-se voz aos pescadores para poderem participar de algumas decisões que afetam de alguma forma o seu modo de vida e os seus territórios, levando em conta a sua realidade dentro das comunidades de pesca, promovendo justiça social para esses pescadores que lutam pelos seus direitos.

Enfim, as contradições das políticas públicas voltadas para esses pescadores artesanais demonstram uma exclusão que percorre as relações entre o Estado, grandes empreendimentos econômicos e, ao mesmo tempo, as comunidades tradicionais. Os desafios e conflitos enfrentados pelos trabalhadores perpassam os cenários territoriais, culturais, sociais e ambientais, determinando um enfoque participativo dos pescadores. Como afirma o MPP (2012),

Entretanto, as comunidades tradicionais pesqueiras estão hoje seriamente ameaçadas pelo modelo de desenvolvimento nacional, que privilegia a aquicultura na política de Estado para a pesca. Muitas comunidades pesqueiras estão sendo expulsas dos seus territórios tradicionais para dar lugar a construção de hotéis de luxo, condomínios para classe média, estaleiros, portos, hidrelétricas e outros grandes empreendimentos econômicos financiados com recursos públicos (MPP, 2012, p. 14).

A pesca artesanal, hoje, para a comunidade Z-7, é a principal fonte de renda para as famílias. A pesca é a principal fonte econômica para essas famílias, todos têm um grande vínculo com o rio, pois ele representa não só alimento, mas também a vida que transmite de geração a geração o modo de vida tradicional da comunidade. Porém, este cenário acabou se transformando com a operação da UHEE.

A construção de barragens altera significativamente o comportamento natural dos rios, resultando em variações imprevisíveis do nível da água e do fluxo das correntes. Os pescadores e pescadoras, com sua subsistência intimamente ligada às águas, sofrem com as consequências dessas mudanças repentinas. Ao perderem suas traíás e pescados devido ao encontro com rios cheios e instáveis, seus meios de sobrevivência são diretamente afetados [...] (FERNANDES, 2023, p. 92).

As transformações ambientais ocorrem de forma gradual, produzindo impactos que demandam respostas por meio de políticas públicas adequadas, para solucionar os problemas da comunidade em estudo. Outras informações foram obtidas durante a etapa de sondagem realizada junto ao presidente da Colônia Z-7. Destaca-se que os pescadores seguem colaborando com o município, mesmo diante das transformações na atividade da pesca artesanal.

Ainda assim, enfrentam inúmeras dificuldades, principalmente na representação política. Audiências públicas sobre os direitos e demandas da comunidade pesqueira são esporádicas e dependem de assuntos específicos, como foi durante a pandemia, quando os representantes foram a Brasília, por várias vezes, para discutir o tratamento do auxílio emergencial como se fosse benefício regular dos pescadores.

A falta ou a ausência de reconhecimento atravessa o dia a dia dos pescadores de maneira silenciosa, porém recorrente e persistente. Em meio às vozes dos pescadores, surge a invisibilidade social, acompanhada pelo julgamento de parte da sociedade. Um dos entrevistados expressa sua realidade sem rodeios, afirmando que, para muitos, o pescador ainda é visto como “[...] um bando de vagabundo” (P1, 12/03/2026, 55 anos). Apesar de parte dessa mesma sociedade reconhecer a categoria do pescador. Mesmo diante das mudanças ocorridas ao longo dos anos, para o sujeito que é pescador profissional, o reconhecimento ainda não chegou de fato.

[...] acho que essa marginalidade que o pessoal põe para o pescador diz que ele é assim, eu acredito que é mais por conta do não conhecimento, eles não conhecem a colônia, eles não conhecem o dia a dia do pescador e com as pesquisas que chegam para vocês eles são capazes de levar uma grande informação sobre a colônia, quem são esses pescadores, como vivem então dá uma força bem mais assim para vocês serem mais reconhecidos possíveis, é igual você falou eu estive aí vi pessoas que são simples pessoas humildes pessoas de respeito então que merecem todo o apoio e valorização pela sua profissão que exerce, então eu acredito que se continuar igual a colônia, vocês vão ter muita força e vão conseguir ter essa valorização que vocês merecem afinal o pescador ele exerce uma profissão como qualquer outra porque é dali que vocês tiram o sustento de vocês, é dali que vocês criam os filhos de vocês então eu acredito que quanto mais tiver essa visibilidade, mais pode aumentar essa valorização da profissão (P10, 19/03/2026, 47 anos).

Tal percepção revela a segregação entre a vida de quem tira da pesca o sustento e a forma como sua profissão é compreendida pela sociedade. A desvalorização do sujeito que tem

como profissão a de pescador é marcante. A título de exemplo, ao tentar comprar um objeto eletrodoméstico em loja, se sentiu ofendido pela reação do gerente, quando: “[...] disse que era um valor e era outro [...] minha renda não podia ser aquela que eu não poderia pagar [...]” (P1, 12/03/2026, 55 anos).

A desconfiança existe por conta da profissão, pelo simples fato de não ter um salário fixo, desabafou o pescador. Mesmo assim, no decorrer do relato, sugere-se que a sociedade tenha respeito com as pessoas que saem de suas casas para procurar o sustento para a sua casa e para as casas da sociedade de forma geral. O declarante ressaltou que é o pescador quem traz do rio o peixe para o prato de muitos, ressignificando a importância da sua profissão.

Com relação ao que se refere ao poder público, a impressão é de abandono e desapontamento. Os relatos indicam que a presença do Estado se mostra evidente apenas em tempos de eleição, como ressaltava um dos pescadores: “[...] quando é tempo de candidato, tem um monte aqui [...] depois eles vazam” (P1, 12/03/2026, 55 anos).

De mesma maneira, expõe a pescadora: “Só no tempo da política [...] aí eles vêm diz que vai fazer isso e vai fazer aquilo [...] e é só na política” (P3, 12/03/2026, 51 anos). O desabafo reforça a sensação de interesse momentâneo, quando convém, sem um compromisso verdadeiro rotineiro. Questionados sobre as políticas públicas da prefeitura de Tocantinópolis, os pescadores expressam que há certas carências, quando se trata de iniciativas de benefícios para a população pesqueira.

Pra falar a verdade a parceria que a prefeitura teve com nós, foi a doação desse prédio pela prefeitura, um projeto iniciado com o pedido do nosso presidente da colônia com um vereador, e esse vereador levou esse projeto pra frente, para a câmara e foi votado lá, e o prefeito doou, aqui antes era um matadouro, depois foi um colégio infantil conhecido como vovó Balbina, e hoje Colônia dos Pescadores Z-7, mais de 9 anos instalada a margem do Rio Tocantins (P5, 13/03/2026, 59 anos).

Embora aconteçam em outros momentos ações diretas com a Colônia, como doações ou projetos voltados para os pescadores, ainda são insuficientes diante das necessidades do cotidiano. Em meio a tudo, a comunidade pesqueira continua a esperar por políticas que sejam mais concretas e efetivas, que beneficiem os sujeitos enquanto populações tradicionais.

Questionada sobre as ações do poder público, uma pescadora é objetiva em sua fala: “[...] não, pra eles não, eles não vão acatar mesmo” (P3, 12/03/2026, 51 anos). A pescadora tem uma reação fria em justificar sua fala, pois para ela não faz diferença, o seu ponto de vista. A pescadora não deixa sequer uma mensagem para as autoridades responsáveis pelas decisões que afetam o Rio Tocantins e o modo de vida das comunidades tradicionais. Outro pescador

expressa a necessidade ao pedir para que as autoridades “olhassem mais o pescador, com mais sinceridade” (P2, 12/03/2026, 57 anos).

Os sentimentos de revolta são explícitos, demonstram o cansaço acumulado de quem não é verdadeiramente reconhecido pela profissão que exerce. Apesar das dificuldades encontradas, há quem persista em fazer pedidos por reconhecimento para a categoria de pescador, de forma humilde: “Queria que eles olhasse mais pros pescadores [...]” (P9, 14/03/2026, 63 anos). A frustração ao longo das entrevistas mostra que o pedido, às vezes, vem do desejo coletivo que atravessa gerações.

Algumas sugestões de soluções simples foram o protetor solar, sendo algo indispensável para os pescadores que passam muito tempo em meio ao rio, tendo contato direto com a insolação. “[...] deviam fazer algum programa que seja benefício pra gente, que entrasse pelo menos com um equipamento de protetor solar, essas coisas [...]” (P2, 12/03/2026, 57 anos). O acesso ao fornecimento da proteção solar elucida como as políticas públicas estão distantes das carências da realidade presente no cotidiano da comunidade pesqueira.

Com base em outros relatos, transparece uma dúvida frequente sobre o que de fato, faz a prefeitura, como se sua atuação fosse invisível no dia a dia dos pescadores artesanais. Os pescadores acabam sentindo-se excluídos, surgindo a sensação de marginalização. Muitos ainda relatam que nunca foram convidados para discutir questões relacionadas ao rio, mesmo eles sendo os sujeitos diretamente impactados, mas que estas questões são apontadas em reunião da própria colônia da qual fazem parte.

Em síntese, os desafios enfrentados pelos pescadores da colônia Z-7 não se limitam à pesca, mas atravessam os impactos ambientais, como a falta de fiscalização efetiva e também o enfraquecimento de políticas públicas. A comunidade Z-7 resiste, institui-se, denuncia irregularidades e também segue lutando para ter visibilidade, respeito e direito sobre o território e o rio.

O capítulo III, a partir da aplicação do questionário e da análise das entrevistas semiestruturadas, foram apresentadas as vozes e vivências dos pescadores da Colônia Z-7. Os relatos permitem descrever as formas de organização social, os impactos percebidos pela comunidade e as estratégias empregadas para enfrentar essas adversidades. O capítulo busca revelar as resistências, as memórias e o sentimento de pertencimento ao território que define o modo de vida desses pescadores, que seguem sustentando suas existências às margens do Rio Tocantins.

3 – VOZES E PERCEPÇÕES DOS PESCADORES DA COLÔNIA Z-7

O presente capítulo tem como propósito descrever os modos de vida, as práticas culturais e a organização social dos pescadores artesanais da Colônia Z-7 de Tocantinópolis, destacando como a comunidade tradicional tem estruturado as suas estratégias de resistência frente aos impactos socioambientais gerados pela UHEE. O conceito de reprodução social, é discutido por Ramalho (2022) e Schneider (2003), apresentando para compreender como ocorrem os processos de interação e as dinâmicas sociais entre os pescadores e pescadoras, bem como a forma como as práticas sociais, culturais e econômicas são reproduzidas no cotidiano.

O capítulo apresenta compreensões com bases históricas da pesca artesanal, a organização social, as estratégias de resistência aos desafios, saberes tradicionais e vínculos com o território, sempre destacando a relevância do Rio Tocantins como um elemento central na reprodução social, econômica e simbólica da Colônia Z-7 de Tocantinópolis.

Durante a delimitação da pesquisa, identificaram-se publicações acerca do tema “pesca artesanal”, identificando, assim, uma diversificação nas formas de abordagens distribuídas nas mais diversas áreas do conhecimento. Sobretudo, para a Ciência Geográfica, verificou-se a existência de diversas possibilidades metodológicas, no que se refere à produção de conhecimento e experiências sobre a pesca artesanal.

As contribuições teóricas que abordam a pesca artesanal como atividade ancestral e sustentável, destacam suas relações com a preservação da biodiversidade, com a transmissão de conhecimentos/saberes e a construção de identidades entre os pescadores. As políticas públicas foram abordadas na pesquisa por meio do Seguro-Defeso ou Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA) e o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP). Esses instrumentos são essenciais para o reconhecimento profissional e para a continuidade da atividade pesqueira.

Para tanto, as comunidades tradicionais têm mantido em sintonia a sua convivência com o meio ambiente ao longo dos séculos, mesmo diante de influências externas. A discussão concentra-se na organização social e política, sendo essencial para estabelecer vínculos com associações e instituições que possam fornecer apoio técnico, ajudando essas populações a alcançar a sustentabilidade. O saber tradicional revela suas estratégias de utilizar os recursos naturais de forma sustentável, garantindo a subsistência dessas populações.

3.1 – Caracterização socioeconômica: Territorial e política dos sujeitos da pesquisa

A análise dos dados empíricos permitiu compreender os aspectos relevantes da caracterização socioeconômica dos pescadores artesanais, permitiu compreender que a atividade pesqueira em Tocantinópolis não pode ser dissociada das transformações territoriais ocorridas decorrentes da implantação da UHEE. A construção da usina representou um marco no processo de reconfiguração do território, transformando e alterando significativamente as dinâmicas ambientais, econômicas e também sociais para as populações afetadas pelo empreendimento.

A reprodução social, de fato, anuncia, ademais, a interação de sujeitos particulares com contextos sócio-históricos gerais, estruturas sociais, suas condicionantes e influências objetivas e simbólicas, que se somam àquelas de ordem ecológica. A reprodução social é o encontro de condições gerais e ações particulares, sendo marcada por mediações várias (culturais, religiosas, políticas, jurídicas, científicas, ambientais) (RAMALHO, 2022, p. 08).

No quadro 3, estão registrados os dados da entrevista P9, uma pescadora com mais de 28 anos de experiência profissional na pesca artesanal. Porém, a pescadora nunca chegou a emitir o Registro Geral da Pesca (RGP), por motivos pessoais. Porém, durante todo esse período trabalhou ao lado do P8 seu esposo, um pescador que, ao contrário da P9, possui o RGP. Atualmente, a participante P9 encontra-se aposentada por idade, tendo apenas a aposentadoria como sua principal fonte de renda.

Quadro 3 – Perfil e trajetória dos pescadores artesanais com e sem RGP

Código	Idade	Início na pesca	Registro Geral da atividade Pesqueira (RGP)
P7	43 anos	10 anos de idade	2023 – 3 anos
P4	65 anos	10 anos de idade	2022 – 4 anos
P3	51 anos	26 anos de idade	2020 – 6 anos
P6	57 anos	20 anos de idade	2011 – 15 anos
P10	47 anos	10 anos de idade	2007 – 19 anos
P2	57 anos	9 anos de idade	2005 – 21 anos
P1	55 anos	15 anos de idade	2000 – 26 anos
P5	59 anos	10 anos de idade	1999 – 27 anos
P8	67 anos	9 anos de idade	1998 – 28 anos
P9	63 anos	17 anos de idade	Não tem RGP – exerceu 28 anos como pescadora.

Fonte: Elaborado pela autora (mar. 2026).

Os dados reunidos no quadro 3 evidenciam que a pesca é, para muitos dos pescadores e pescadoras entrevistados, mais do que uma simples ocupação, é uma atividade que acompanha suas vidas por toda a infância, adolescência e vida adulta. A maior parte dos participantes iniciou a atividade da pesca antes dos 20 anos, relevando, com isso, que a pesca artesanal

permanece intensamente marcada pela tradição que ultrapassa gerações, demonstrando como a pesca está entrelaçada com as tradições familiares.

DIEGUES (2008) argumenta que “[...] conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias do uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração [...]” (DIEGUES, 2008, p. 89). De fato, é um processo que permite a transmissão de saberes, práticas e valores. O autor ressalta esse contexto ao mostrar como as populações tradicionais mantêm relações históricas com seus territórios, reproduzindo modos de vida arraigados à cultura de seu povo.

[...] as populações tradicionais, mediante suas práticas culturais, colaboraram e “colaboram para a manutenção da diversidade biológica, desde que sejam respeitadas e mantidas suas formas tradicionais de manejo. Ora, a implantação de áreas naturais protegidas que respeitem essas práticas tradicionais podem contribuir tanto para a proteção de formas de vida humana mais compatíveis com a diversidade biológica, quanto para a conservação do mundo natural, seja ele “virgem”, seja já manejado por populações tradicionais” (DIEGUES, 2008, p. 157).

Conforme Diegues (2008), as populações tradicionais realizam um papel essencial na preservação da diversidade biológica por meio de seus próprios manejos e saberes adquiridos entre gerações. A conservação desse patrimônio natural está relacionada com a valorização e ao respeito por essas práticas culturais. Por outro lado, as áreas naturais protegidas são implantadas, levando em consideração as formas tradicionais de uso e manejo, criando uma compreensão para conservar o mundo natural, seja estando virgem, ou transformado pelas ações dessas comunidades tradicionais.

A relação histórica e cultural dos participantes está interligada com o espaço que habitam e, em especial, com o Rio Tocantins, sendo um elemento fundamental na construção das identidades dos pescadores. Tal conexão pode ser atribuída ao conceito de território de Haesbaert (1997), no qual o território não se limita só ao espaço físico, mas compreende as relações culturais, sociais e simbólicas, resultante da experiência diária dos moradores.

As reflexões aqui registradas destacam também a diversidade do tempo de experiência entre os pescadores e pescadoras artesanais. Alguns acumulam mais de vinte anos de trabalho nas águas do Rio Tocantins, o que reforça a ideia de que o conhecimento e as práticas ligadas à pesca são repassados de geração em geração, sendo este um traço típico das comunidades tradicionais. Também vale destacar que, para alguns, há uma diferença significativa entre o período efetivamente dedicado à pesca e o tempo registrado. Isso sugere que muitos ainda enfrentam obstáculos para formalizar sua profissão, algo que é bastante comum nesse contexto.

O sentimento de pertencimento ao grupo de pescadores da Colônia Z-7 reforça a compreensão de como os sujeitos situam-se em relação à comunidade. Os pescadores não

apenas fortalecem os laços comunitários, mas também criam um sentido de pertencimento encorpado com a história e a cultura local, conforme evidenciado nos relatos dos participantes da entrevista, onde os mesmos foram questionados sobre a importância da preservação da cultura e de suas identidades com o Rio Tocantins.

Conforme indicado no quadro 4, no perfil de gênero apresentado, os dados evidenciam uma predominância masculina na pesca artesanal, da qual foram entrevistados seis homens, enquanto quatro mulheres participaram da entrevista. Observa-se que a atividade da pesca é associada ao papel masculino, embora partes das mulheres de pescadores também participem da pesca, mas de forma diferente, pois a mulher tem o papel de cuidar da casa e dos filhos durante a semana, e em outra hora, em se tratando dos finais de semana, acompanha ou cuida do pescado quando o seu companheiro chega do rio.

Quadro 4 – Distribuição dos participantes da pesquisa por gênero

Categoria	Quantidade
Mulheres	04
Homens	06
Total:	10 participantes

Fonte: Elaborado pela autora (mar. 2026).

A pesca, de alguma forma, foi tradicionalmente atribuída aos homens, enquanto a participação feminina, mesmo em menor número, chama a atenção. “[...] a mulher fica pra cuidar dos filhos, quando ele chega ela que ajuda, ela é parceira, tem que ter a carteira de pescadora, por que ela soma [...]” (P10, 19/03/2026, 47 anos).

As pescadoras participam de todas as atividades que constituem a pesca, mas são (in)visíveis nos espaços que ocupam, pois a pesca é concebida tanto pelas mulheres quanto pelos homens como uma atividade tradicionalmente masculina e as pescadoras, mesmo cientes de realizarem todas as atividades pesqueiras, rotulam seu trabalho como uma “ajuda”. A categoria gênero, portanto, é indispensável para a compreensão deste estudo, uma vez que os lugares que homens e mulheres ocupam na pesca artesanal podem ser compreendidos a partir dela (MENDES; PARENTE, p. 179, 2016).

As mulheres comparecem de forma ativa, exercendo a profissão de pescadoras artesanais. Do mesmo modo, quando não estão no rio, realizam suas atividades domésticas, cuidando da casa e de sua família. Além de contribuírem efetivamente para o sustento das famílias e para a reprodução cultural, sua presença reforça a importância de políticas públicas que reconheçam e valorizem o papel feminino no setor.

O Quadro 5 apresenta os principais benefícios sociais destinados aos pescadores, reforçando o papel fundamental das políticas públicas na proteção desse grupo. Entre eles, o seguro-defeso se destaca como um benefício indispensável, garantindo uma fonte de sustento

durante os quatro meses em que a pesca é proibida. Porém, existe uma contradição em relação ao seguro-defeso. Para o presidente da colônia, “[...] esse seguro foi criado pra proteger a fauna, a reprodução dos peixes, não foi pra defender o pescador, ele vai dá um salário mínimo para o pescador ficar em casa” (P10, 19/03/2026, 47 anos).

Quadro 5 – Benefícios sociais destinados aos pescadores artesanais

Benefício	Tempo/Período
Seguro-Defeso	4 meses de seguro
Auxílio doença	Conforme laudo médico
Auxílio maternidade	4 meses
Auxílio paternidade	Conforme legislação vigente
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Benefício assistencial condicionado à atualização do CadÚnico a cada dois anos
Aposentadoria como pescador	Mulher: 55 anos, Homem: 60 anos mínimo de 15 anos de atividade comprovada

Fonte: Elaborado pela autora (mar. 2026).

Outros benefícios, como auxílio-doença e aposentadoria, reforçam o reconhecimento e o amparo financeiro para estas pessoas, que ainda enfrentam dificuldades no reconhecimento na pesca, enquanto atividade profissional registrada, embora, na prática, muitos pescadores ainda enfrentem obstáculos para comprovar seu tempo de serviço. Porém, uma das demandas que chega para a Colônia Z-7 é ajudar o pescador a comprovar sua profissão, isso quando, por algum motivo, não consegue efetuar o registro para emitir a carteira de pescador, e às vezes acabam necessitando de uma orientação jurídica para garantir seus direitos.

Além disso, há exigências para a atualização do cadastro, para assim ter o acesso também ao BPC. Tanto para ter acesso ao BPC, seguro-defeso, auxílio-doença, e demais benefícios solicitados pelo pescador, é necessário que o pescador esteja atento às exigências do governo federal, que acabam burocratizando e, por isso, dificultando alguns acessos aos direitos sociais dos pescadores, como afirma um dos informantes:

Esse agora governo dificultou, começou do outro, o anterior. Vou te dar uma explicação melhor. Porque, no outro governo, o governo liberou para fazer carteiras até em lanhouse. Advogados faziam. O próprio pescador conseguia emitir a carteira de pescador profissional. No governo anterior foi feito isso. Quando entrou esse governo, descobriu muita fraude. E aí, pra derrubar essa fraude, acabou com a vida do pescador. Você está me entendendo? Porque tinha muita gente que tinha carteira e não era pescador (P5,13/03/2026, 59 anos).

Segundo o pescador, e secretário da Colônia de pescadores, durante o governo passado, para emitir a carteira de pescador era bem mais prático para o pescador, qualquer pessoa com um pouco de entendimento conseguia emitir sua carteira, porém, com a nova gestão do governo atual, foram descobertas várias fraudes. Com isso, a maneira de coibir as fraudes. “[...] o

governo pediu para poder pagar o seguro defeso. Porque se não tiver com ela atualizada, a pessoa não tem como receber o seguro defeso. Você fez o aniversário nesse mês, tem trinta dias para vir atualizar” (P5, 13/03/2026, 59 anos).

A declaração do senhor P5 revela a realidade vivida por muitos pescadores, que esbarram em exigências burocráticas. Ainda assim, para as pessoas que fazem parte das colônias de pescadores, às vezes localizadas em áreas menos assistidas, esse processo de recadastramento pode se transformar em um grande obstáculo, caso ele não se atente às exigências do governo.

3.2 – Dos saberes tradicionais às práticas culturais e modos de vida do pescador

O cenário da vida do pescador é o daquele sujeito que, nas águas do rio, transforma-se num verdadeiro protagonista, que detém as habilidades de navegar por cada parte do rio, enfrentando todos os desafios com base nas suas experiências diárias. Como destacou um dos entrevistados, “O maior conhecimento do pescador é saber pescar e navegar nesse rio. Porque para andar de dia e à noite nesse rio, os perigos que ele tem, não é pra qualquer um” (P10, 19/03/2026, 47 anos).

Os relatos evidenciam que para o domínio da navegação é necessário ter uma ligação com o próprio rio, semelhante a conhecer cada trecho, baseado em um conhecimento amplo de onde pode passar e como passar com a embarcação. O papel central das experiências vividas é com base no aprendizado empírico, sendo transmitido de maneira artesanal entre gerações das quais os sujeitos pertencem. De fato, não é simplesmente navegar com a embarcação, os pescadores experimentam diariamente os segredos e perigos que as águas do rio podem esconder.

A pesca artesanal perpetrada na Colônia Z-7, em Tocantinópolis, configura-se como uma gama de experiências entrelaçadas entre os saberes tradicionais e as práticas que se entretêm no dia a dia dos pescadores. O modo de vida dos sujeitos da região nasce e desenvolve-se em meio às margens do Rio Tocantins. O saber tradicional é iniciado pela observação no cotidiano pelo pai, filho(a), esposa, tios, por qualquer pessoa que faça parte da família do pescador.

A fotografia 6, mãe pescadora, ensina através da observação para o filho as práticas e conhecimentos da pesca artesanal, corroborando com a continuidade cultural e o aprendizado passado de geração a geração. Mesmo em meio aos avanços das gerações, parte dos jovens está seguindo a profissão de pescador, enquanto outros procuram melhorar de vida através dos

estudos. Porém, a profissão de pescador é iniciada desde muito cedo, com avós, pais, filhos e netos, e ainda assim continuam compartilhando dos saberes presentes na pesca artesanal. Assim, reafirmam a força da tradição, essas práticas vindas de gerações dão continuidade à profissão, mesmo que acompanhada de grandes desafios e resistências que colocam em risco a continuação da comunidade tradicional local.

Fotografia 6 – Transmissão de saberes tradicionais da pesca artesanal entre mãe e filho



Fonte: Acervo da autora (mar. 2026).

O reconhecimento dessas experiências não se limita apenas à área interna da colônia, algumas das instituições externas, como a Marinha do Brasil e demais órgãos ambientais, regimentam a necessidade de solicitar a ajuda dos pescadores locais para navegar em regiões complexas do rio, pois, para uma pessoa que não detém conhecimento de qual trecho pode navegar, pode ser perigoso, já que o “O rio [...] engana muito a visão das pessoas” (P10, 19/03/2026, 47 anos). Reforçando que navegar exige um conhecimento sobre o rio, algo que é construído no dia a dia de um pescador.

Apesar de tantas inovações tecnológicas trazidas pelo tempo, nota-se uma resistência ao uso sistemático de instrumentos modernos na prática da pesca. Equipamentos como Global Positioning System (GPS) apareceram no cotidiano dos pescadores da Colônia Z-7; o saber tradicional é, em termos amplos, preferido e preservado. “Nós usamos apenas o conhecimento mesmo do passado, de geração em geração” (P10, 19/03/2026, 47 anos). O pescador afirma a confiança no saber herdado, como uma atitude de resistência cultural, sendo um modo de manter viva a memória coletiva diante das pressões externas.

As crenças, mitos ou lendas, ambas circulam entre os pescadores mais antigos e as gerações atuais acreditam, em sua maioria, na crença relacionada à tradição da procissão fluvial, representada na fotografia 7. O evento é organizado pela Paróquia de Nossa Senhora da Consolação e pela prefeitura de Tocantinópolis, ocorre tradicionalmente no mês de agosto em comemoração ao dia de Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira da cidade, onde muitos dos pescadores, assim como a população católica, participam da procissão, partindo da margem do rio até a ilha onde está localizada a estátua da santa para as festividades.

Fotografia 7 – Procissão das águas em honra à Nossa Senhora da Consolação



Fonte: Folha do Bico (ago. 2018).

As entrevistas evidenciaram que as manifestações culturais ainda permanecem vivas no cotidiano da comunidade pesqueira, apesar das transformações socioambientais ocorridas nas últimas décadas. A Procissão das Águas, realizada como demonstração de fé e devoção, configura-se como um momento de encontro coletivo, reforçando os laços dos pescadores e da sociedade com o Rio Tocantins.

Por outro lado, alguns pescadores dizem não conhecer, ou não tiveram interesse em acreditar em mitos e lendas contados por seus antecessores. Porém, alguns relatam que já ouviram falar sobre as lendas como: o boto, nego d'água, boiuna e sereia. Há quem diga que algumas dessas lendas eram inventadas para que os filhos menores não fossem sozinhos para o rio, evitando possíveis tragédias por se afogar e acabar morrendo.

Embora atualmente essas lendas e narrativas estejam menos presentes no cotidiano das novas gerações de pescadores e pescadoras, ainda permanecem vivas na memória dos pescadores mais experientes. As lendas e narrativas fazem parte do patrimônio imaterial da comunidade pesqueira, apesar de serem pouco presentes no cotidiano das novas gerações, elas seguem vivas na memória dos pescadores mais experientes.

Com relação ao dia 29 de junho, é uma data bastante esperada, pois é comemorado o Dia do Pescador, e nesta ocasião é tempo de refletir sobre o fortalecimento identitário. Existem vários eventos disponibilizados pela própria Colônia Z-7, para a comemoração do dia do pescador, reunindo famílias, colegas de profissão e amigos. Essa data representa um momento para a valorização e reconhecimento da classe que luta diariamente para vencer a desvalorização da sociedade enquanto pescador. A data festiva busca sempre trazer a cultura sendo valorizada e reconhecida entre os próprios pescadores, reafirmando o seu papel na colônia.

A fotografia 8 mostra um dos pescadores mais antigos, demonstrando como é confeccionada a rede de pesca nas dependências da própria Colônia Z-7 de Tocantinópolis. A ligação dos pescadores tradicionais com o Rio Tocantins é profunda, pois grande parte dos pescadores reside próximo à margem do rio.

Fotografia 8 – Pescador confeccionando rede de pesca na Colônia de Pescadores Z-7



Fonte: Acervo da autora (mar. 2026).

A profissão é vivida pelo pescador, reflete sobre uma visão de pertencimento: “é uma profissão nobre “[...] que tem tudo para se desenvolver” (P10, 19/03/2026, 47 anos). Os pescadores necessitam de valorização quanto ao seu modo de vida tradicional, na qual

sobrevivem. Para isso, é necessário o reconhecimento da sua cultura e saberes locais, apresentando uma condição essencial de como as comunidades resistem às pressões advindas do capitalismo.

A atividade da pesca artesanal, segundo apontado pelos pescadores, não envolve apenas a captura do peixe, mas também é necessário ter técnicas, apetrechos e saberes tradicionais associados à profissão. O pescador salienta que “[...] até a minha traia eu sei fazer, a maioria de nós que são mais antigos sabe fazer sua própria traia” (P6, 13/03/2026, 57 anos). Essa fala revela sua autonomia e é uma vantagem que o difere dos demais pescadores e pescadoras, pois não se limita a ter que comprar, já que ele mesmo confecciona as suas próprias traias de pesca, reforçando Diegues (2004), quando afirma que,

[...] proprietários dos meios de produção, incluindo aí o conhecimento e práticas tradicionais empregados na localização dos cardumes. [...] A captura do pescado se realiza com instrumentos de produção (redes, espinheis, canoas, etc), de propriedade familiar ou individual, sendo a apropriação do produto regida pelo sistema de partilha ou quinhão (partes do produto são distribuídas aos produtores diretos). Em suma, o princípio que organiza essa forma de produção é o da mercadoria, ainda que a mercantilização da produção [...] (DIEGUES, 2004, p. 154).

Com relação aos barcos dos pescadores e pescadoras artesanais, ficam ancorados no porto dos barcos próximo à Colônia Z-7. Na fotografia 9, observa-se que a maioria das embarcações é de metal, popularmente conhecido como barcos de alumínio, sendo um modelo de fácil mobilidade, por ser leve e mais resistente. Em contrapartida, as embarcações de madeira são modelos tradicionais.

Fotografia 9 – Porto dos Barcos dos pescadores da Colônia Z-7



Fonte: Acervo da autora (mar. 2026).

Segundo o P10 (2026), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o programa tem contribuído para que os pescadores tenham a oportunidade de adquirir um barco de alumínio, substituindo suas embarcações de madeira artesanal. A troca de

barcos representa a aquisição de equipamentos com maior durabilidade, considerando que os barcos de madeira requerem cuidados em relação manutenção e conservação.

Contundo, os pescadores estão comprando barcos de alumínio, e outros equipamentos de pesca através do PRONAF. O Seguro Defeso também tem sua participação na vida dos pescadores e pescadoras artesanais, além de ajudar na fonte de renda, contribuí para quitar parte das parcelas do PRONAF.

Portanto, a pesca artesanal da Colônia Z-7 vai além de sua contribuição para a economia local, pois está profundamente relacionada à memória, às vivências, às experiências e ao território dos pescadores artesanais. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender e valorizar essa atividade no âmbito da realidade tocantinense e brasileira, reconhecendo sua importância social, cultural e econômica. Assim, faz-se necessária a construção e o fortalecimento de políticas públicas que respeitem e valorizem as comunidades tradicionais presentes no Tocantins e em diferentes regiões do Brasil, garantindo não apenas condições dignas de sobrevivência, mas também a continuidade e o fortalecimento de seus modos de vida e de suas identidades culturais.

A pescadora P3 (2026) revelou algumas estratégias utilizadas para capturar diversas espécies de peixes, com o uso da soja em processo de decomposição (Fotografia 10) tornando-se isca. O odor intenso proveniente da decomposição da soja libera por meio da decomposição ou fermentação da soja para espécies de peixes que se alimentam no fundo do rio. A utilização da soja é uma técnica que demonstra um certo conhecimento empírico com base nos comportamentos dos peixes, ajustando práticas e conhecimento ambiental acumulado de geração após geração.

Fotografia 10 – Soja em dois estágios de decomposição: iscas para a pesca



Fonte: Acervo da autora (mar. 2026).

A fotografia 11 apresenta o espinhel, para a captura de peixes, lado direito observa-se o caniço de pesca, ambos são ferramentas bastante utilizadas no cotidiano. O espinhel é composto

por anzóis de diferentes numerações, cada número representa para qual espécie pode ser capturada. Seu material é uma corda de náilon (monofilamento ou polipropileno), o que garante resistência na captura de peixes de porte grande. Anzóis são de aço usados para evitar que peixes capturados cortem os anzóis, que também são acompanhados com chumbadas para chegarem no fundo do rio. As iscas são colocadas no espinhel arremessadas ao rio.

Fotografia 11 – Ferramentas de pesca: espinhel e caniços artesanais



Fonte: Acervo da autora (mar. 2026).

A análise dos instrumentos e as técnicas de pesca utilizada pelos pescadores da Colônia Z-7, demonstra a existência de conhecimentos tradicionais fruto de experiências. A diversidade de apetrechos, a escolha na numeração malhas e de anzóis, assim como a confecção de instrumentos, revelam que a pesca artesanal expressa um modo relacionado com o território ao qual o sujeito está vinculado.

A fotografia 12 apresenta o uso da tarrafa, como um instrumento lançado manualmente no rio, especialmente em áreas com águas rasas ou quando há cardumes visíveis. É de fato uma ferramenta muito comum entre os pescadores e requer muita habilidade e técnica, assim como também ter experiências sobre as espécies de peixes e as condições do rio.

Fotografia 12 – Tarrafa de pesca



Fonte: Acervo da autora (mar. 2026).

Com base no quadro 6, observa-se as principais espécies de peixes identificadas no Rio Tocantins, acompanhadas de seus nomes científicos. O quadro mostra o conjunto de espécies de peixes presentes no rio, evidenciando a rica diversidade da ictiofauna local. Entre essas espécies, destacam-se variados tamanhos e características de peixes, como: barbado, caranha, curimatá, dourado, jaú, pirarara e tucunaré, e entre outros. As espécies de peixes possuem grande importância para a fonte de renda dos pescadores da Colônia Z-7. Tal diversidade prova não apenas a riqueza ambiental constituída no rio, mas também seu papel essencial na preservação dos modos de vida tradicionais relacionados à pesca artesanal.

Quadro 6 – Identificação e nomes científicos¹⁰ das espécies de peixe no Rio Tocantins

Espécies de Peixes	Nome Científico
Barbado	<i>Pinirampus pirinampu</i>
Branquinha	<i>Curimata inornata</i>
Cachorra	<i>Hydrolycus scomberoides</i>
Caranha	<i>Colossoma spp.</i>
Cari	<i>Rhinelepis aspera</i>
Corvina	<i>Plagioscion squamosissimus</i>
Cuiú-cuiú	<i>Oxydoras niger</i>
Curimatá (Papa-terra)	<i>Prochilodus sp.</i>
Dourada de escama	<i>Salminus brasiliensis</i>
Dourado de couro	<i>Brachyplatystoma rousseauxii</i>
Filho d'água	<i>Brachyplatystoma vaillantii</i>
Filhote	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>
Jaraqui	<i>Semaprochilodus spp</i>
Jaú	<i>Zungaro</i>
Mandubé	<i>Ageneiosus inermis</i>
Mandi-Moela	<i>Pimelodina flavipinnis</i>
Manpará	<i>Hypophthalmus marginatus</i>
Pacu-curupeté	<i>Mylossoma spp.</i>
Pacu-branca	<i>Mylossoma spp.</i>
Pacu-manteiga	<i>Mylossoma albiscopum</i>
Piau	<i>Leporinus sp.</i>
Pintado	<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>
Piranha	<i>Serrasalmus spp.</i>
Pirarara	<i>Phractocephalus hemiliopterus</i>
Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>
Surubim	<i>Pseudoplatystoma spp.</i>
Tucunaré	<i>Cichla sp.</i>
Voador	<i>Hemiodus sp.</i>

Fonte: Adaptada pela autora (2026).

¹⁰ As espécies das espécies de peixes citadas no Quadro 7, foram identificadas a partir de SOUZA, Mariza Fernandes (2016); GUIA DE PEIXES COMERCIALIZADOS – MONTE ALEGRE (2023 – 2026).

O conhecimento compartilhado sobre os nomes populares e científicos demonstra a conexão que os pescadores estabelecem com o ambiente fluvial, construída por meio da experiência cotidiana, compartilhadas pelos saberes tradicionais de geração em geração. De acordo com os entrevistados P3, P4, P6 (2026) e demais pescadores, a classificação de numerações de anzóis, revelando conhecimentos adquiridos ao longo das experiências com o comportamento e porte dos peixes do rio, sendo essencial que o pescador domine tal prática. Abaixo, no quadro 7 apresenta os tipos e numerações e para quais espécies de peixes são utilizados.

Quadro 7 – Classificação e tamanhos de anzóis para captura de peixes

Numeração Do Anzol	Tamanho/Porte De Peixe
Anzóis nº 12, 14 e 16	Adequados para peixes de médio porte;
Anzóis nº 4/0, 5/0 e 7/0	Captura de grandes espécies, como jaú, barbado e surubim.
Anzol nº 8/0	Adequados para piau, mandi e caranha.
Anzol de arame nº 12	Para mandi cabeça-de-ferro, mandi-moela e piranha.

Fonte: Elaborado pela autora (mar. 2026).

A seleção da malha das redes de pesca está relacionada ao porte dos peixes, reafirmando os conhecimentos tradicionais construídos pelos pescadores e pescadoras ao longo de suas experiências com o Rio Tocantins e com as espécies existentes. A escolha da malha na hora de pescar não ocorre de forma aleatória, mas se baseia nos saberes adquiridos entre gerações, o que permite identificar os tipos de peixes e os tamanhos mais adequados para cada captura. Conforme apresentado na fotografia 13, observa-se o uso de diferentes tipos de malhas, destinadas a cada espécie e tamanho de peixes, evidenciando a relação entre a prática pesqueira, a experiência e o conhecimento tradicional.

Fotografia 13 – Redes de pesca e as suas classificações de malhas



Fonte: Acervo da autora (mar. 2026).

A classificação das malhas de redes apresentadas no quadro 8 reflete sobre o uso do qual os pescadores e pescadoras fazem em relação às espécies capturadas no Rio Tocantins. Nota-se que cada tipo de malha é escolhido conforme o tamanho e as espécies de peixes, demonstrando o conhecimento tradicional que esses pescadores construíram ao longo de suas experiências na atividade da pesca.

Quadro 8 – Classificação das malhas utilizadas na captura de espécies de peixes

Classificação de Malha	Espécie de Peixe
Malha 7	Específica para branquinha, voador e manpará (em processo de redução no rio)
Malha 8	Destinada para manpará, curimatá pequeno e surubim.
Malha 9	Adequada a curimatá, corvina, cachorra e pintado.
Malha 12	Empregada em curimatá, piranha e dourada.
Malha 14	Utilizada para pacu-manteiga, pacu-branca e piranha preta.
Malha 16	Adequada para cachorra grande, caranha, jaú, barbado, pirarara, pacu-curupeté e pacu-manteiga.
Malha 18 ou superior	São utilizadas para peixes de porte maiores.

Fonte: Elaborado pela autora (mar. 2026).

As malhas menores, como os números 7 e 8, são utilizadas para capturar peixes pequenos, enquanto as malhas de tamanhos 9, 12, 14, 16 e 18 destinam-se a espécies de médio e grandes portes, como jaú, pirarara e pacu-curupeté. Além disso, o uso das malhas não revela apenas as técnicas de captura utilizadas, mas também é necessário ter conhecimentos tradicionais relacionados às espécies de peixes, o tamanho e sua disponibilidade no território pesqueiro. De acordo com a entrevistada P3 (2026), além das redes, outros instrumentos complementares são usados na atividade da pesca, como o caniço, que é uma ferramenta tradicional muito utilizada pelos pescadores. Para tanto, a vara de pesca é um equipamento industrializado, geralmente equipado com molinete ou carretilha, revelando adaptações tecnológicas incorporadas à atividade.

Nos relatos, alguns demonstram familiaridade com os comportamentos dos cardumes, porém é algo que nem todos têm esse conhecimento. São saberes adquiridos com os pescadores mais velhos, que sabem quais meses começam a circulação dos cardumes, qual o mês em que o cardume desaparece da região. Desse modo, os relatos apontam ter experiências também com base no calendário lunar, e com tal saber fica evidente conhecer como as espécies de peixes portam-se ao longo do rio, e como os pescadores organizam-se para as capturas.

As utilizações dos apetrechos técnicos exigem habilidades, paciência e conhecimentos sobre o comportamento de cada espécie, evidenciando os saberes acumulados sobre as espécies locais, ajudam na captura do pescado. Para tanto, conhecer “[...] o ciclo das águas, o ecossistema

aquático, os vários ambientes propícios para as diversas espécies de peixes [...] a identificação dos melhores pontos de pesca por meio das práticas e observações da pesca” (FERNANDES, 2023, p. 77).

Entre os diversos apetrechos tradicionais, confeccionados manualmente, está a vara de bater na água, que auxilia a direcionar os peixes na direção das redes. Outro instrumento confeccionado é o cambo, mostrado na fotografia 14, com partes do mangará de catolé¹¹. Sendo uma prática, demonstra a criatividade no que diz respeito aos recursos existentes na região, utilizado para encambar ou armazenar vários peixes capturados em um fio de cambo.

Fotografia 14 – Cambo confeccionado com mangará de catolé



Fonte: Acervo da autora (mar. 2026).

Por fim, tais saberes estão tornando-se cada vez mais vulneráveis, quando as transformações socioambientais afetam os locais de pesca, a exemplo disso é redução ou a extinção de algumas espécies ao longo do Rio Tocantins. Nessa circunstância, torna-se fundamental preservação e valorização dos conhecimentos dos pescadores tradicionais que vivem à margem do rio.

3.3 – Seguro-defeso ou Seguro desemprego do pescador artesanal

Durante as últimas décadas, as políticas governamentais voltadas para as comunidades tradicionais da pesca no Brasil têm sido marcadas por contradições com o que é constituído em

¹¹ Segundo P3 (2026), o cambo de catolé é uma ferramenta tradicional utilizada pelos pescadores artesanais, sendo confeccionada por meio da folha do catolé (*Syagrus cearensis*), uma palmeira nativa em algumas regiões do Brasil. Servindo para passar e amarrar entre as guelras e boca do peixe, possibilitando manter os peixes vivos dentro d'água por algum tempo.

papel e o que é baseado na realidade. Apesar da criação de programas como o seguro-defeso¹², também conhecido como seguro desemprego, cujo intuito do programa é de garantir os direitos ao benefício social no período defeso, garantindo também a proteção ambiental e a sobrevivência econômica dos pescadores artesanais.

O seguro-defeso oferece ao pescador uma renda mensal durante o período de paralisação da atividade. O defeso pode garantir sua subsistência e a de sua família enquanto contribui para a proteção ambiental prevista na lei. Nesse contexto, têm direito ao Seguro Defeso os pescadores profissionais que exercem a pesca de forma habitual e exclusiva, utilizando essa atividade como sua principal fonte de renda. Para isso, é necessário que estejam devidamente registrados nos órgãos competentes e cumpram os requisitos estabelecidos pela legislação vigente. Além disso, o beneficiário não pode contar com outra renda incompatível com a condição de pescador artesanal.

Em 4 de novembro de 2025, o Governo Federal publicou a Medida Provisória (MP) nº 1.323, que alterou a gestão do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA), também conhecido como Seguro-Defeso. Essa medida transferiu a responsabilidade pela administração do benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Desde 1º de novembro de 2025, cabe ao MTE receber os requisitos, avaliar os critérios de elegibilidade e habilitar os beneficiários do seguro-desemprego destinado aos pescadores artesanais. Além disso, a medida instituiu novos mecanismos de controle e fiscalização, buscando aprimorar a gestão do benefício e minimizar eventuais irregularidades no processo de concessão (BRASIL, 2025).

O pagamento desse benefício é feito pelo governo federal. Atualmente, sua gestão está sob responsabilidade do MTE e é financiada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O valor correspondente a um salário mínimo mensal é pago durante todo o período em que a pesca está suspensa. A conexão direta entre o seguro defeso e a piracema é, já que a piracema é o período reprodutivo de várias espécies de peixes, quando eles migram para desovar.

Nessa fase, a pesca é restrita ou proibida por normas ambientais para proteger os estoques de pescadores. Como os pescadores artesanais ficam impedidos de exercer sua atividade profissional, o Seguro Defeso atua como um mecanismo de proteção social e de

¹² O Seguro Defeso é um benefício social e previdenciário destinado para os pescadores artesanais, o valor pago pelo benefício do Governo Federal é de um salário mínimo. Os pescadores no período defeso ficam impedidos de pescar temporariamente, para garantir a reprodução e a preservação das espécies aquáticas. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/novembro/seguro-defeso-passa-a-ser-administrado-pelo-ministerio-do-trabalho-e-emprego>. Acesso em 16 de jun., 2026.

compensação financeira, equilibrando a conservação ambiental com a manutenção da subsistência das comunidades pesqueiras.

Para as colônias de pescadores distribuídas nos territórios brasileiros, é necessário possuir uma regulamentação adequada, para serem assegurados pelas garantias e direitos dos pescadores. Sobretudo, é fundamental terem a proteção e o fortalecimento das organizações dentro das colônias. Vale destacar que foi a partir do ano de 2008 que a Lei 11.699 foi estabelecida, como consequência da Constituição Federal de 1988 (CF) que descreve que:

Art. 1º As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal (BRASIL, 2008).

Nota-se que a regulamentação da atividade pesqueira se torna rígida em termos de diferenciação do perfil dos pescadores artesanais, que, em sua maioria, dependem também da agricultura familiar, como uma estratégia de complementação do sustento. Sobre a comercialização do pescado, na maioria das vezes, é realizada em feiras locais, reforçando vínculos econômicos e sociais dos pescadores pertencentes a colônias de pesca.

[...] conclui-se que o desenvolvimento capitalista a que hoje assistimos, no Brasil, não exclui o pescador artesanal: ao contrário, submeteu esta categoria socioprofissional a um tipo de exploração que traz em seu bojo, de um lado, a exploração brutal da força de trabalho e, por outro lado, a manutenção das técnicas artesanais e do modo autônomo da atividade pesqueira desenvolvida ao longo da história do Brasil pelos pescadores (SILVA, 1988, p. 23).

Sob esta perspectiva, Silva (1988) afirma que o progresso do capitalismo no Brasil não excluiu os pescadores artesanais, mas que, ao contrário disso, corrompeu a categoria a um dado sistema de exploração, ao mesmo tempo que estimula o uso da força de trabalho, preserva as suas técnicas tradicionais em termos de pesca artesanal, que foram/são desenvolvidas no país.

O Programa foi criado pela Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, a qual também deliberou sobre a fonte de custeio, com a instituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador Legislação aplicável: Lei Nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; Lei Nº 8.019, de 11 de abril de 1990; Lei Nº 8.900, de 30 de junho de 1994; e Lei Nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. O que permitiu a definição de critérios de concessão do benefício mais acessíveis e mudanças substanciais nas normas para o cálculo dos valores do Seguro Desemprego. A legislação supracitada instituiu, também, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), constituído por representantes dos empregadores, dos trabalhadores e do governo, responsáveis pela gestão do FAT (MOREIRA, 2011, p. 71).

O seguro-defeso é uma das ações do governo federal como política pública, o objetivo do governo é fornecer assistência financeira temporária para os pescadores. O benefício é pago no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de defeso. Na

temporada da piracema, a pesca é proibida para garantir o ciclo das espécies de peixes. “[...] paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes” (BRASIL, 2009a).

A atividade da pesca é exercida durante 8 meses, os outros 4 meses a pesca é proibida por conta da piracema, temporada de reprodução dos peixes. Nesse período de quatro meses, os pescadores que possuem a carteirinha de pescador recebem o seguro-defeso. Como vivem somente da pesca, não podem exercer outra profissão que não seja a da pesca.

O seguro-defeso é um programa do governo, pago no valor de um salário mínimo mensal pago para o pescador artesanal, durante o período defeso, quando a pesca é proibida para preservação das espécies de peixes. No entanto, apesar da legislação vigente, ainda há registros de pesca irregular durante esse período, tanto por clandestinos quanto, infelizmente, por pescadores registrados. A colônia de pescadores costuma agir preventivamente, realizando reuniões e orientações, e os próprios profissionais, quando conscientes, denunciam práticas ilegais. A consequência para o infrator pode ser a perda da carteira de pescador profissional.

A falta de acesso à informação e a formação técnica também compromete a autonomia dos pescadores. Muitos não têm acesso à internet, à educação de qualidade ou ao conhecimento sobre seus direitos. Os colocando em posição de desvantagem frente a órgãos públicos e empresas privadas, que se beneficiam da desinformação para acelerar processos de licenciamento ou reduzir a resistência comunitária aos projetos.

Os pescadores vêm se organizando em associações, colônias e movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento de seus direitos e pela valorização de suas práticas. Essas organizações têm desempenhado papel crucial na denúncia das violações e na construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento local, como o turismo de base comunitária, o artesanato com materiais naturais e a comercialização direta da produção pesqueira em feiras e circuitos curtos.

A Colônia Z-7 de pescadores costuma agir preventivamente, realizando reuniões e orientações para profissionais da pesca artesanal. Destaca-se que a consequência para pescadores infratores é a perda da carteira de pescador profissional como punição. A figura 4 apresenta um folder informativo sobre o período da piracema, trazendo informações a respeito do período da piracema no estado do Tocantins, folder foi elaborado pelo Instituto de Natureza do Tocantins (NATURATINS).

Figura 4 – Folder informativo sobre o período da piracema no Tocantins

DENUNCIE A PESCA ILEGAL!

☎️ **Linha Verde:**
0800 063 1155

📞 **Fiscalização:**
(63) 9 9106-7787



NATURATINS



**GOVERNO DO
TOCANTINS**
UM NOVO FUTURO PARA TODOS



NATURATINS

☎️ **Fiscalização:**
(63) 9 9106-7787 ☎️ **Linha Verde:**
0800 063 1155

WWW.NATURATINS.TO.GOV.BR

PIRACEMA

⚠️ PROIBIDO PESCAR!



**DE 1º DE NOVEMBRO DE 2025
A 28 DE FEVEREIRO DE 2026**

Respeite o ciclo de reprodução dos peixes.
A pesca de espécies nativas é proibida durante este período.



Chegou a hora de dar uma pausa na pescaria e respeitar o período da Piracema.

No período da Piracema, a pesca está proibida em todas as modalidades, nos rios, lagos ou qualquer outro curso hídrico no Tocantins.

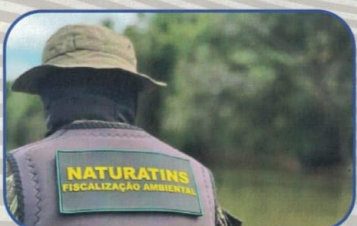
A pesca amadora esportiva, pesque e solte, com anzol sem fisga, é permitida apenas com carteira de pesca amadora emitida pelo **Naturatins**.




NÃO ESQUEÇA!

**DE 1º DE NOVEMBRO DE 2025
A 28 DE FEVEREIRO DE 2026**

Desrespeitar o Período da Piracema é CRIME AMBIENTAL (Lei Federal nº 9.605/98).
Detenção e multas que podem chegar a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), além da apreensão de barcos, motores e equipamentos de pesca.

A pesca está garantida para a população ribeirinha, desde que seja para subsistência:

- Consumo doméstico ou escambo sem fins lucrativos.
- Deve ser praticada de forma desembarcada ou em barco a remo.
- O uso de apetrechos é restrito a canço simples, linha de mão e anzol.

A Piscicultura devidamente licenciada está liberada para despesca, transporte e comercialização para espécies de cativeiro.



Fonte: Folder disponibilizado pela Colônia de Pescadores Z-7 de Tocantinópolis (NATURATINS, 2025).

No estado do Tocantins, o período da piracema ocorreu entre o dia 1º de novembro de 2025 e se estendeu até o dia 28 de fevereiro de 2026. O objetivo da proibição da pesca durante os quatro meses contribui tanto para a proteção quanto para a reprodução das espécies de peixes (NATURATINS, 2025). Porém, quem desrespeitar o período da piracema estará sujeito a detenção e multas, como previsto na Lei Federal de nº 9.605/98, configurando como Crime Ambiental.

A pesca amadora, conhecida como esportiva, é permitida como “pesque e solte”, apenas com o uso de anzol sem fisga, e pode ser permitida para as pessoas que possuem a carteirinha de pesca amadora, a qual é emitida pelo próprio órgão do NATURATINS. Destaca-se ainda que a pesca é permitida apenas com o uso da linha de mão e anzol, para as populações ribeirinhas, de acordo com a sua subsistência, quando a pesca é para o sustento da família, sem fins de comercialização do pescado.

A piscicultura, quando regularmente licenciada, é permitida para a retirada dos peixes de um local para outro, quando a mesma está licenciada pelo órgão (NATURATINS, 2025). Ressalta-se a necessidade de fiscalizações quanto à conscientização da população em geral. Pois é necessário garantir a preservação das espécies de peixes e assim manter o equilíbrio do ecossistema.

A marginalização social dos trabalhadores é bem mais acentuada em regiões onde são implementados grandes projetos, sem uma consulta preliminar nas comunidades locais. No entanto, com a Usina Hidrelétrica de Estreito, os pescadores das margens do Rio Tocantins vivenciaram impactos graves diante de seus territórios de pesca. Tais impactos ocasionaram a diminuição dos peixes, causando transtornos e insegurança alimentar em áreas de acesso que antes eram tradicionais.

Com isso, muitos dos pescadores não foram bem indenizados ou reconhecidos como atingidos pelo empreendimento, o que revela a vulnerabilidade nos meios da justiça social frente ao avanço de grandes projetos vistos como estratégicos com o foco no crescimento econômico.

[...] determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e em alguns casos como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária (Vainer, 2008, p. 40).

Portanto, com tantas contradições, surge a necessidade de discutir novas políticas públicas mais integradas, criadas a partir do diálogo com as próprias comunidades de pescadores, sempre respeitando seus saberes tradicionais e o modo de vida. Para que o pescador

seja legalizado, é necessário emitir o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP). Nesta perspectiva, a legalização oficial da profissão tem sido um obstáculo, o que acaba impedindo o acesso a benefícios sociais. O RGP “[...] é um documento fundamental para o reconhecimento profissional dos trabalhadores e das trabalhadoras da pesca e sua inserção em programas governamentais” (HUGUENIN; HELLEBRANDT, 2018, p. 5).

Diante desse contexto, este capítulo apresenta elementos necessários para compreender como se constituem as percepções dos pescadores da Colônia Z-7 a respeito dos efeitos da UHEE sobre seu território, suas atividades realizadas no cotidiano e sua continuidade sociocultural. A análise desenvolvida ao longo da pesquisa demonstrou suas necessidades para compreender a complexidade das relações entre o ambiente, o desenvolvimento e resistência dos pescadores no curso do Rio Tocantins.

3.4 – Construção da identidade e pertencimento do pescador da Colônia Z-7

Autores como Wagley (1957), Silva (1988), Paiola; Tomanik (2002), Haesbaert (2002), Schneider (2003), Fernandes (2023), Begossi (2004) e Diegues (2008), entre outros autores, abordam temas pertinentes às formas de resistência e estratégias das populações tradicionais. A pesquisa descreve como os pescadores e pescadoras descrevem sua identidade e pertencimento à Colônia Z-7. Assim como resistem e enfrentam os desafios da vida cotidiana.

A atividade da pesca artesanal é um modo de produção tradicional, geralmente realizado por famílias pertencentes a uma determinada comunidade que utiliza técnicas e instrumentos simples, com forte vínculo com o território e o meio ambiente. A definição de pesca, conforme a LEI n.º 11.959, de 29 de junho de 2009, é: “[...] toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros” (BRASIL, 2009). Destaca-se ainda que a pesca artesanal é uma das atividades mais antigas desempenhadas pelas pessoas, advindas do seu modo de vida. Estão relacionadas com os seus costumes ou hábitos herdados de geração em geração.

Paiola; Tomanik (2002), e Begossi (2004) debatem estudos sobre as populações tradicionais, representações sociais, saberes tradicionais, ecologia dos pescadores e preservação ambiental da pesca artesanal. Diegues (2008) oferece afirmações de que as comunidades tradicionais possuem modo de vida relacionado com os ambientes naturais, sendo responsáveis pelas práticas sustentáveis que dão continuidade aos ecossistemas.

Portanto, a atividade da pesca artesanal é considerada de grande importância por ser uma fonte de sustento para os pescadores que sobrevivem dessa atividade. Segundo Begossi

(2004, p. 23), “A pesca artesanal envolve conhecimentos tradicionais transmitidos entre gerações, que integram o pescador ao ecossistema e moldam sua identidade social e cultural”.

A pesca constitui uma das principais atividades mais praticadas por pescadores artesanais, porém outras atividades são realizadas para o complemento do sustento, como a agricultura e o extrativismo. Em meio às atividades praticadas por essas populações, são caracterizadas e classificadas como comunidades tradicionais. Isso se deve ao modo de vida que se fundamenta no uso e na preservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Os pescadores e pescadoras artesanais, assim como outras comunidades tradicionais, possuem uma estrutura familiar estendida. É comum encontrar filhos, netos, avós e afilhados morando na mesma residência. Nesse contexto, a composição da família tem referência nas relações tradicionais, comunitárias, culturais e econômicas. A família desempenha um papel importante na organização da vida da comunidade. É crucial não separar a família do contexto do território, pois este é construído a partir da intersecção de outras famílias e da relação das práticas, saberes e tradições ancestrais em comum (FERNANDES, 2023, p. 39).

As trajetórias dos pescadores da Colônia Z-7 de Tocantinópolis mostram que, às vezes, a entrada na pesca artesanal acontece no período da infância ou juventude: “[...] eu trabalho na pesca desde criança” (P5, 13/03/2026, 59 anos). “Eu pesquei desde os 15, só que eu não exercia essa função, porque não tinha como tirar a carteira [...]” (P1, 12/03/2026, 55 anos). Os relatos indicam que a profissão de pescador é caracterizada pela transmissão dos saberes de uma geração para outra. Mas, não se trata somente de aprender a profissão, mas é um processo que ultrapassa os aspectos econômicos, tornando-se um modo de vida.

[...] populações tradicionais porque são, também, descendentes e herdeiros de população e cultura tradicionais. Eles ainda se mantêm, a seu modo, ligados aos valores e às formas de vida característicos dessas populações. É a atividade da pesca que tem propiciado a continuidade dessa população e cultura na região, uma vez que outras atividades ligadas à natureza são escassas (PAIOLA; TOMANIK, 2002, p. 179)

Segundo Diegues (2008, p. 122), “[...] para as comunidades tradicionais, a conservação dos recursos significa sua própria sobrevivência e reprodução econômica e social [...]”. Tal relação é constituída pelo modo de vida tradicional, que está relacionada com o rio. Dessa forma, ela vai se enraizando nas relações familiares, no dia a dia e também no que diz respeito às suas práticas culturais. Conforme evidenciado por um dos entrevistados: “Comecei com a cultura passada de pai para filho. O pai do meu pai era pescador, meu pai era pescador [...] acho que a gente sempre tem isso no sangue, e não foge das origens” (P10, 19/03/2026, 47 anos).

Segundo Tuan (1983), o lugar é cheio de significados, constituído pelas experiências cotidianas, memórias e pelas relações sociais que os sujeitos constroem ao longo do tempo. As experiências dos pescadores e pescadoras da colônia, revelam formas peculiares de

compreender e analisar as mudanças ocorridas no território, decorrente da implantação da UHEE.

Com base nessa visão, a compreensão dos modos de vida da comunidade pesqueira se faz necessária para levar em conta não só os aspectos materiais do território, mas também os seus significados enquanto pescadores artesanais. O Rio Tocantins é visto como um espaço de vivências, trabalho e memória, constituindo como um elemento central na identidade dos pescadores. As transformações territoriais causadas pelo empreendimento da UHEE, impactou não só o espaço físico, mas também os vínculos afetivos e culturais que os pescadores e pescadoras construíram historicamente com seu lugar de vida.

Os pescadores e pescadoras artesanais preservam o seu modo de vida fundamentando-se nas práticas culturais, sociais e econômicas, o que os caracteriza como comunidades tradicionais. Isso se dá pelo vínculo com o uso sustentável dos recursos naturais do rio. Conforme Diegues (2008), as comunidades tradicionais apresentam uma baixa acumulação de capital e uma utilização limitada de trabalhadores assalariados.

Nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade, a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como o são na realidade (WAGLEY, 1957, p. 43-44).

Segundo o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP, 2012), as Comunidades Tradicionais Pesqueiras (CTPs) possuem o direito ao território para preservar suas práticas culturais. O MPP (2012) destaca ainda que tanto os povos quanto as comunidades tradicionais resistem aos desafios, e reivindicam seus direitos, frente às questões políticas, econômicas e territoriais que ambos enfrentam.

A necessidade de defender os seus territórios tradicionais dos ataques do agro/hidronegócio e dos grandes projetos econômicos do governo levou o movimento de pescadores e pescadoras a construir uma proposta de projeto de lei de iniciativa popular. Esta proposta é para que o Estado brasileiro reconheça oficialmente o direito das comunidades tradicionais pesqueiras a continuar existindo de acordo com seus modos de ser, criar e fazer (MPP, 2012, p. 16).

Em síntese, os desafios encarados pelos pescadores tradicionais não são só as burocracias para se ter o acesso às políticas públicas, mas sentir as pressões no que diz respeito aos grandes empreendimentos econômicos que impactam os ecossistemas, o que prejudica a atividade da pesca e a subsistência da comunidade dos pescadores. A exemplo disso, a construção de barragens acaba ocasionando alterações nos ciclos migratórios dos peixes, e

impedindo consequentemente a reprodução das espécies. Prejudicando a atividade pesqueira e, consequentemente, a subsistência de milhares de famílias.

Com base nas entrevistas realizadas, a identidade dos pescadores e pescadoras é construída de acordo com as suas origens. Portanto, a atividade da pesca artesanal se constitui não só como uma profissão, mas como uma herança cultural vinculada ao pertencimento do sujeito. Em diversos depoimentos, observou que o registro da profissão como pescador legalizado na colônia, quase sempre ocorre anos após o início da atividade pesqueira. A entrevistada afirma que “[...] pescava há muitos anos, só que sem ser registrada, aí em 2020 eu fui e me registrei” (P3, 12/03/2026, 51 anos). São casos que demonstram que o registro é necessário para ter o acesso aos seus direitos, benefícios ou até mesmo cumprir as exigências obrigatórias.

Outra participante destacou que o registro como pescadora: “[...] foi em cinco de maio de dois mil e cinco [...] tenho mais de 20 anos de profissão de pescadora registrada” (P2, 12/03/2026, 57 anos). A pescadora iniciou muito cedo sua experiência: “quase cinquenta” anos na pesca (P2, 2026). Essa realidade também é observada na maioria dos pescadores da Colônia Z-7, e de outras distribuídas pelo Brasil.

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço em que estão inseridas. Nele os indivíduos e a família devem levar em conta o bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar determinados objetivos. Desse modo, a reprodução não é apenas o resultado de um ato da vontade individual ou do coletivo familiar, e tampouco uma decorrência das pressões econômicas externas do sistema social. A reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos. Nesse processo cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à sua continuidade e reprodução” (SCHNEIDER 2003, p. 95).

Desse modo, a pesca está relacionada ao modo de vida dos pescadores, atribuída ao trabalho, território e cultura. Diegues (2008) enfatiza que as populações tradicionais constituem suas relações simbólicas e materiais existentes nos recursos naturais. “Um dos critérios mais importantes para definição de culturas ou populações tradicionais, [...] é, sem dúvida, o *reconhecer-se* como pertencente àquele grupo social particular” (DIEGUES, 2008, p. 90).

[...] vários elementos apareceram como relações intrínsecas à produção e à reprodução social das comunidades pesqueiras artesanais. Eles são importantes e revelam conexões entre si, que se alimentam mutuamente, dentre as quais se situa, como um dos temas mais expressivos, o trabalho e sua organização social (RAMALHO, 2022, p. 05).

Esse aspecto reforça o modo artesanal de fazer suas tralhas de pesca, criando também uma identidade com saberes tradicionais. Boa parte dos pescadores mais antigos produz seus próprios instrumentos de trabalho, mantendo suas práticas tradicionais diretamente com o território do qual os sujeitos estão enraizados.

Para Tuan (1983), o lugar tem seu significado por meio da experiência aplicada ao espaço. Neste sentido, as pessoas atribuem significados para os ambientes que vivem por meio das vivências cotidianas. Assim, o lugar não é somente um espaço físico, atribuí outros elementos, como valores afetivos, simbólicos e culturais que fortalecem o sentimento de pertencimento dos sujeitos em relação ao espaço vívido.

Nesta perspectiva, para Santos (2002, p. 15), “[...] a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”, sendo fundamental para as trocas de experiências vividas, ao mesmo tempo que a identidade se concretiza como pertencimento do lugar em que o sujeito está inserido. O pertencimento pode ser interpretado como algo que é criado entre a comunidade, ao mesmo tempo em que os sujeitos constroem suas memórias e as experiências vividas no seu modo de vida. A exemplo disso, a comunidade tradicional em estudo constrói sua identidade a partir das suas práticas culturais e dos saberes passados entre as suas gerações, pela relação construída no dia a dia com o rio e com o território ao qual pertencem.

A identidade do sujeito não é algo que é dado, mas é construída através das relações que esses sujeitos criam com o lugar, com a cultura e com o seu cotidiano. Dessa forma, [...] o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espaciais ou geograficamente mediadas e de que a territorialidade ou a ‘contextualização territorial’ é inerente à condição humana [...] (HAESBAERT, 2002, p. 78).

Santos (2002) ressalta que, para ocorrer a construção identitária, a mesma está relacionada às experiências vividas e compartilhadas entre si, o vínculo afetivo é construído em meio ao lugar e aos grupos sociais em que habitam. Conforme os relatos analisados permitiram compreender que a pesca artesanal, está apresentada a partir de técnicas históricas e coletivas que envolvem a transmissão de saberes, adaptações às condições econômicas no qual estão inseridos.

Saquet (2009) destaca o território e identidade como essenciais para o desenvolvimento territorial, pois não se trata somente de ser um espaço físico, mas um espaço repleto de relações culturais, simbólicas e políticas, sendo constituído pelos sujeitos que o habitam. Nesse sentido, Sieben (2012) apresenta os efeitos reais dos processos de desterritorialização de Palmatuba (TO), comunidade tradicional da zona rural, que sofreu os grandes impactos com a implantação da UHEE, afetando a vida social, cultural e também econômica da comunidade.

Dessa forma, a análise das trajetórias desses pescadores contribui para comprovar a herança da pesca ao mesmo tempo que prática social, cultural e econômica, ambas fundamentais para a compreensão das dinâmicas dos pescadores da Colônia Z-7 de Tocantinópolis. A análise das entrevistas realizadas evidenciou que a pesca permanece sendo a principal fonte de renda para a maioria dos pescadores entrevistados. Configurando-se como aspecto essencial na reprodução social dos sujeitos.

3.5 – Da abundância à escassez: percepções sobre as espécies do Rio Tocantins

O cotidiano dos pescadores e pescadoras artesanais no Rio Tocantins, após a construção e operação da UHEE, tem sido marcado pela instabilidade e constantes adaptações para os pescadores. Fazendo uma comparação entre a profissão de pescador e qualquer outra. A atividade pesqueira não segue horários fixos como outras profissões, a única certeza que o pescador tem é a da sua saída. Dessa forma, a pescadora relata que: “a gente sabe a hora de ir, mas a hora de voltar, só Deus sabe” (P2, 12/03/2026, 57 anos). Porém, o retorno vai depender de alguns fatores, como: as condições do fluxo das águas do rio, a quantidade de pescado e do gelo para conservação dos peixes.

Em outras situações, a pesca depende muito do dia, podendo durar algumas horas, quando o local tem peixe em abundância, porém pode acontecer da pescaria se estender de três, quatro ou até mesmo cinco dias consecutivos, principalmente em períodos favoráveis à pesca. Há pescadores que iniciam suas atividades “[...] de madrugada, por volta de 5 ou 6 horas da manhã” (P6, 13/03/2026, 57 anos). Outros partem em horários variados no decorrer do dia, pescando tanto no período diurno quanto no noturno. É também uma atividade flexível, que às vezes depende da natureza e das estações do calendário lunar.

Além disso, outros pescadores afirmam ter uma relação íntima com o rio, demonstrando que a ligação vai muito além do trabalho, revelando que o espaço pertence à sua identidade como pescador, expressando sentimentos de “gosto demais” e “amo estar no rio” (P3, 12/03/2026, 51 anos). Sobretudo, a rotina da pesca artesanal se constitui como uma prática considerada complexa, articulando os saberes tradicionais, o modo de vida e as resistências vinculadas ao rio.

Ao mesmo tempo que há o sentimento de identidade com o rio, há uma grande preocupação com as espécies de peixes existentes no Rio Tocantins, que merece destaque. O relato do pescador P8 (2026) afirma que tanto os impactos provocados na atividade da pesca quanto no território se referem à construção e operação da barragem Hidrelétrica de Estreito. A

maioria dos entrevistados salienta que, antes da usina, tinha-se o pescado em mais quantidade, tendo melhores condições de vida como pescador.

De acordo com o pescador “[...] naquele tempo fazia gosto de pescar” (P8, 14/03/2026, 67 anos). Porém, após a operação do empreendimento, reduziu os recursos pesqueiros, assim, os relatos demonstram que a UHEE provocou inúmeras transformações no modo de vida dos pescadores e pescadoras, afetando suas proporções ambientais, econômicas, sociais e também culturais. O quadro 9 apresenta a relação das espécies frequência e pouco frequência de capturas, e as caracterizadas de acordo com os relatos dos pescadores.

Quadro 9 – Frequência de captura das espécies no Rio Tocantins

Espécies mais capturadas	Frequência relatada	Observações dos Pescadores
Curimatá (Papa-terra)	Muito frequente	Considerada uma das principais espécies destinadas à comercialização;
Voador	Muito frequente	Bastante presente na pesca cotidiana;
Piau	Frequente	Importante na renda dos pescadores;
Pacu-branca	Pouco citado	Espécie comum, mas com variações ao longo do tempo;
Pacu-manteiga	Frequente	Importante na renda dos pescadores
Cachorra	Frequente	Presente principalmente em determinadas épocas;
Cari	Moderada	Aparece em alguns relatos;
Mandi	Moderada	Aparece em alguns relatos;
Barbado	Pouco citado	Espécie comum, com variações em determinadas períodos;
Cuiú-cuiú	Pouco citado	Aparece com menor frequência;
Piranha preta	Pouco citado	Aparece em alguns relatos;
Tambaqui	Pouco citado	Aparece em alguns relatos;
Tucunaré	Frequente	Aparece com menor frequência.

Fonte: Elaborado pela autora (mar. 2026).

O quadro 9, demonstra as espécies de peixes a jusante da barragem de UHEE e sua frequência de registro no rio, conforme dados coletados nas entrevistas, elaborou-se o quadro 12, demonstrando as espécies de peixes da área de Tocantinópolis que estão em processo de extinção, desaparecendo ou tendo uma redução significativa. Entre as espécies destacam-se a branquinha, a dourada, o jaraqui, o pacu-manteiga e o manpará, que antes eram comuns no Rio Tocantins, mas atualmente as espécies tem se tornando cada vez mais difíceis de captura-las.

Conforme o relato, as espécies desapareceram por conta que não conseguem passar pela usina para descer rio abaixo, a pescadora reafirma que tais espécies permanecem “[...] lá no pé da barragem, não volta pra trás”. O quadro 10, apresenta as espécies de peixes a jusante da

barragem de UHEE e sua frequência de registro no rio, conforme dados coletados nas entrevistas.

Quadro 10 – Espécies de peixes em áreas a jusante da UHEE (2026)

Espécies de peixes	Situação atual (2026)	Registro de captura	Observações/Relatos
Barbado	Escassez	Rara	Desaparecimento após a barragem
Branquinha	Escassez	Rara	Desaparecimento após a barragem
Cachorra	Frequente	Alta	Ainda comum na região
Caranha	Frequente	Alta	Ainda comum na região
Cuiú-cuiú	Frequente	Alta	Ainda comum na região
Cumatá	Frequente	Alta	Ainda comum na região
Dourado de couro	Escassez	Rara	Desaparecimento após a barragem
Dourada de escama	Escassez	Rara	Desaparecimento após a barragem
Filho d'água	Escassez	Rara	Desaparecimento após a barragem
Filhote	Escassez	Rara	Desaparecimento após a barragem
Pirarucu	Escassez	Rara	Desaparecimento após a barragem
Jaraqui	Escassez	Rara	Desaparecimento após a barragem
Jaú	Escassez	Rara	Desaparecimento após a barragem
Manpará	Escassez	Rara	Desaparecimento após a barragem
Mandubé	Escassez	Rara	Desaparecimento após a barragem
Pacu-branca	Frequente	Alta	Ainda comum na região
Pacu-manteiga	Frequente	Alta	Ainda comum na região
Piau	Frequente	Alta	Ainda comum na região
Piranha preta	Frequente	Alta	Ainda comum na região
Tambaqui do rio	Frequente	Alta	Ainda comum na região
Tucunaré	Frequente	Alta	Ainda comum na região
Voador	Frequente	Alta	Ainda comum na região

Fonte: Elaborado pela autora (mar. 2026).

Assim como entrevistado P3 (2026), os demais pescadores da colônia Z-7 foram prejudicados por não registraram a presença dessas espécies. Sobretudo, destaca-se que Tocantinópolis está localizada a jusante da Usina Hidrelétrica de Estreito, sendo um dos pontos pelo qual há a ausência dessas espécies, o que impactando diretamente a atividade pesqueira local. Embora as espécies de peixes sejam encontradas no lago da barragem, sua ausência rio abaixo afeta diretamente os pescadores que dependem dessas espécies para sua subsistência. Assim, as áreas a jusante da barragem rio sofrem vários impactos, como mudanças na pesca, redução de espécies de peixes, mudanças no fluxo do rio entre outras transformações acabam mudando o modo de vida dos pescadores artesanais.

Um dos pontos mais importantes do relato, é que os impactos na atividade da pesca surgiram após a construção da barragem da usina de Estreito. Espécies de peixes como o manpará para a região a jusante da barragem foram prejudicadas, pois a espécie tem suas peculiaridades. Tal comportamento da espécie difere-se das demais, pois sua forma de ciclo ou

deslocamento é no sentido contrário, descendo o rio. O manpará não aparece na próxima a área de Tocantinópolis como cita a pescadora.

A devido da barragem, nós ficamos sem o manpará, porque o manpará, ele não é um peixe que sobe de rio acima, ele é um peixe que desce de rio abaixo, porque o peixe quando ele forma o cardume, ele sobe de rio acima. O manpará não, o manpará desce de rio abaixo, aí nós ficamos sem o manpará aqui embaixo (P3, 12/03/2026, 51 anos).

Segundo a entrevistada P3 (2026), outras espécies desapareceram, e não são mais vistas na região de Tocantinópolis. Os entrevistados relataram que, nas áreas localizadas [...], algumas espécies de peixes têm se tornado cada vez mais escassas, o que dificulta sua captura, como o filhote, a dourada de escama, o jaraqui, o dourado de couro, o filho-d'água e a branquinha.

Em síntese, os relatos dos pescadores apontam para mudanças ambiental na pesca local, revelando uma grande preocupação. Além disso, espécies como a piabanha estão cada vez mais valorizadas, isso se deve à escassez, enquanto outras, como o branquinho de couro, deixaram de ser encontradas nas áreas próximas a Tocantinópolis. Essas percepções refletem sobre os impactos ambientais, as transformações no ecossistema fluvial e os grandes desafios que se impõem para a preservação da biodiversidade e da sustentabilidade da pesca artesanal no Rio Tocantins.

3.6 – Percepções entre pesca e desafios: nascem as estratégias de sobrevivência

As famílias de pescadores e pescadoras artesanais, assim como outras comunidades tradicionais, são caracterizadas pelo seu modo de vida, saberes e experiências reproduzidas por meio das gerações, que às vezes vivem sob o mesmo teto com os avós, pais, filhos, netos e entre outros membros da mesma família. Os pescadores não registrados lutam para garantir sua atividade legalizada, mesmo que faltem documentos exigidos pelo governo, ou até mesmo, quando há a ausência de suporte técnico. A legalização da profissão para alguns pescadores, segundo relatos, é muito difícil de conseguir, impedindo o acesso ao benefício do seguro-defeso, dentre outros programas sociais assegurados à categoria.

Outras estratégias de sobrevivência surgem como uma necessidade de diversificação, especialmente por mulheres, como a entrevistada P3, que tem 51 anos de idade, acumula outras atividades como a agricultura familiar, quebra e venda do azeite de coco babaçu, participa de alguns programas sociais, como o Bolsa Família e Seguro-Defeso. Nesse sentido, ratifica-se um quadro de vulnerabilidade socioeconômica entre os participantes desta pesquisa, como fica evidente no relato a seguir:

Quando eu não estou no rio, eu estou na roça. Plantando o arroz, feijão, mandioca, milho, abóbora, quiabo, maxixe, jiló, maracujá. De tudo um pouco. Eu quebro o coco babaçu. Sou quebradeira de coco. E tiro o azeite pra vender. Vendo em casa mesmo, porque não dá tempo ir pra feira. [...]. Eu chego com 40 a 50 litros de azeite. Minha função é essas duas. É ir para a roça e ir pra o rio. São duas fontes de renda que eu tenho. Quando eu estou tirando o azeite, o povo já encomenda. Porque é uma coisa... eu não tenho estudo. Eu não sei ler, né... pra trabalhar em outra coisa. A única coisa que eu sei, é escrever meu nome. Até hoje, pra gente trabalhar de serviço doméstico, o pessoal quer que a gente tenha leitura, por que disse que tem que saber mexe com receita, tem isso, tem aquilo. Porque mesmo que eu não trabalhasse de carteira assinada, mas aí se eu arrumasse pelo menos um quebra-gaio para ir no dia que eu não fosse pro o rio, eu tinha um outro serviço pra me manter. Então, fico mesmo só nos meus cocos e no meu rio. Porque as duas coisas que eu faço com amor (P3, 12/03/2026, 51 anos).

No período da piracema, ela se vira como pode, “A gente faz um salgado, né. Vendo na feira, na rua. E na temporada de praia trabalho com a travessia de pessoa, tenho uma voadeira pra ganhar com travessia da ilha pra margem do rio” (P2, 12/03/2026, 57 anos). As pescadoras, senhora P7, de 43 anos, e a senhora P3, são mulheres chefes de suas famílias, são guerreiras que cuidam de seus filhos sozinhas. Portanto, a estratégia criada pela pescadora P7 evidencia que, no período da piracema, ela não fica apenas assegurada pelo seguro-defeso.

Eu faço crochê e costura também, pra complementar. A gente sabe que a gente tem que se virar. Que só uma coisa não dá. Até porque, na época da piracema, a gente não pode pescar. É a época da reprodução do peixe. Então, a gente tem que procurar outro meio pra sobreviver. E nem sempre o governo paga o seguro em dias. Você tem que suprir aí as necessidades e procurar outras estratégias (P7, 13/03/2026, 43 anos).

Cada relato revela não apenas a importância da pesca, mas aponta que ainda existem várias necessidades vividas pelos pescadores e pescadoras. Lembrando ainda que nem todos conseguem desenvolver estratégias para enfrentar as incertezas impostas pelo período da piracema, quando a atividade da pesca é proibida. Mas vale destacar que há também limitações para o acesso aos benefícios sociais, principalmente quando o sujeito tem pouca leitura e conhecimentos quanto ao benefício. Nesses casos, a Colônia de Pescadores dá todo o suporte necessário para que os pescadores consigam ter acesso a esses direitos, entre outros benefícios, sejam eles sociais ou previdenciários (P5; P10; 2026).

A partir de relatos coletados dos pescadores e pescadoras, notou-se que a Colônia Z-7 tem parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Instituto Federal do Tocantins (IFTO), ofertando cursos técnicos voltados para a qualificação profissional. Entre as formações ofertadas, destacaram-se os cursos de Cooperativismo, Culinária e Industrialização do Pescado. As iniciativas entre as instituições ajudam a diversificar o modo de consumir o pescado, contribuindo para o aumento das fontes de renda dos pescadores e pescadoras participantes dos cursos.

Segundo o presidente da Colônia Z-7 de Tocantinópolis, o senhor P10 (2026), a instituição está firmando parcerias com o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O intuito é futuramente industrializar o pescado, mas por enquanto “Estamos preparando o pescador para que exerça esse tipo de atividade” (P10, 19/03/2026, 47 anos).

Alguns cursos de beneficiamento do pescado, já existem aqui dentro da colônia, a gente está visando também, daqui a alguns anos, possuir uma fábrica de beneficiamento de pescado, pra estar agregando valor a produtos derivados do peixe, que eles mesmo capturam no rio, pra que melhore mais ainda a renda da pesca (P10, 19/03/2026, 47 anos).

De acordo com o presidente P10 (2026), a oferta do curso de Industrialização do Pescado merece uma atenção especial, pois fornece aos pescadores e pescadoras artesanais técnicas de beneficiamento e conservação do pescado. O processo da defumação é uma técnica bem antiga, porém, com as experiências adquiridas no curso, aprimora ainda mais a forma de prolongar a conservação do pescado.

A preservação do pescado, por meio de defumação, teve sua origem ligada aos primórdios da civilização. No entanto, no século 15, com a pesca de arenque no Mar do Norte, a defumação alcançou características industriais, com conseqüente evolução das técnicas utilizadas e o aperfeiçoamento de equipamentos, chegando aos padrões atuais de qualidade (SOUZA et al., 2007, p. 9).

Compreendendo os grandes desafios enfrentados pelos pescadores da Colônia Z-7, as transformações socioambientais são fundamentadas na análise dos costumes, saberes e experiências na contribuição da conservação dos recursos ambientais. Neste sentido, a reprodução do modo de vida pode contribuir de forma sustentável na conservação dos recursos disponibilizados pelo rio.

Outras formas de processamento do pescado, foram a partir de conhecimentos adquiridos nos cursos de capacitação, incluindo a produção de linguiça calabresa, sardinha, coxinha e pururuca feita do couro do peixe, entre diversas outras possibilidades de aproveitamento do pescado. Embora haja uma forte referência em torno da pesca, a renda familiar é diversificada e reinventada pela criatividade e resistência.

Ficou esclarecido durante a entrevista com o presidente da colônia que não trabalha com o processamento de pescado, pois é necessário ter um local apropriado com as normas e regras da Vigilância Sanitária, para se ter o funcionamento da fábrica. Por enquanto, “[...] não temos ainda o espaço para colocar no pescador, mais temos muitos pescadores capacitados pra fazer esse trabalho” (P10, 19/03/2026, 47 anos). Existe também todo um processo para seguir com o

processamento, desde o espaço, equipamentos necessários, e o tipo de madeira para realizar a defumação sem perder o sabor do pescado.

Com base nas práticas ligadas às tradições culturais, os aspectos econômicos juntamente com o cotidiano dos pescadores, fazendo do coletivo um elemento fundamental para compor a organização e fortalecer suas identidades enquanto comunidade tradicional. Os conhecimentos diversificam a produção da culinária e ampliam as fontes de renda para os pescadores. Nesse sentido, a fotografia 15 apresenta a variedade de produtos produzidos pelos derivados do peixe, demonstrando alternativas para fortalecer e valorizar o pescado local.

Fotografia 15 – Processamento do pescado



Fonte: Fotografias disponibilizada pela pescadora P7, (mar. 2026).

No campo de pesquisa, foi observado que a Colônia Z-7 dispõe de uma máquina defumadora de pescado, adquirida para fins de aprendizagem do curso de Industrialização do Pescado. Com isso, o processamento do peixe é uma opção de apresentar a culinária de forma diversificada e inovadora, com várias ideias de receitas. As práticas evidenciam a capacidade de se ter mais valores agregados com o peixe, expandindo novas possibilidades econômicas como fonte de renda. Uma informante assim declara:

Eu fiz o curso de culinária, pra trabalhar com peixe. Fiz também cooperativismo, fiz... industrialização do peixe. [...] A gente defuma o peixe, faz a linguiça tradicional, faz a linguiça calabresa, faz a sardinha também. Lá na colônia tem a máquina de fazer a calabresa, tira o filé do peixe... O couro do peixe a gente também faz pururuca. Você molda o peixe, faz tudo o que você pensar (P7, 13/03/2026, 43 anos).

As fotos juntamente com o relato da pescadora P7 (2026) ajudam a visualizar como é o processo de preparação dos derivados do peixe. No entanto, a prática do processamento do

pescado é uma forma sustentável de aproveitamento e evita desperdiçar o peixe, ao mesmo tempo que gera o uso consciente dos recursos naturais. Outro ponto importante é que ajuda no fortalecimento das práticas tradicionais, que, com o conhecimento apreendido por meio das capacitações, auxiliam os pescadores e pescadoras a inovarem com a produção do derivado do peixe. A Colônia de Pescadores Z-7 não tem um espaço adequado, mas já estão providenciando junto à prefeitura municipal um local adequado para iniciarem a produção dos derivados do peixe, para possibilitar à comunidade pesqueira mais autonomia e geração de fonte de renda.

Os pescadores e pescadoras artesanais são detentores de carregar a herança das comunidades tradicionais anteriores a eles, e estes sobreviviam de maneira sustentável. Suas trajetórias de vida estão fundamentadas no seu conhecimento tradicional, partilhado de geração em geração. Mas, devido às últimas transformações no território pesqueiro, está ameaçado de desaparecer das futuras gerações, já que os próprios pescadores afirmam não querer que seus filhos sigam a profissão de pescador. Isso se deve às dificuldades enfrentadas pela categoria. Veja o relato a seguir:

[...] eu não queria deixar eles viver do mesmo jeito que eu vivi, fiz de tudo pra eles ter estudos, para não ficar sofrendo, eu preferi optar por eles estudar. Hoje eu vou formar uma filha agora, o meu rapaz vai fazer 20 anos e vai prestar o vestibular. Eu me senti bem mesmo de trabalhar porque é muito difícil aquele sol quente, remar no rio, jogar tarrafa, pegar peixe o dia todo no sol. Mais eles vão pro rio final de semana, me ajuda, mas se não for por essa coisa eu não aceito, eles tem que estudar, eles tem que ter um futuro melhor, porque meus pais não puderam dar pra mim, eles tem que ter, eu me esforcei pra isso (P7, 13/03/2026, 43 anos).

O relato da pescadora revela uma trajetória profundamente marcada pelos obstáculos no acesso à educação. Porém, expõe que, ainda muito jovem, precisou enfrentar uma escolha bastante difícil entre “estudar ou trabalhar”. Certamente não foi uma decisão tomada por vontade, mas que foi uma decisão imposta pelas condições socioeconômicas de sua família, que não tinha como garantir sua permanência na escola. Diante disso, acabou se unindo aos pais no trabalho, contribuindo para o sustento de casa, mesmo que isso tenha significado abandonar a escola antes do tempo de se formar.

Carregando as limitações enfrentadas em seus estudos, a pescadora artesanal passou a compensar seu papel como mãe solo com determinação. A realidade de ser mãe solteira revela o enorme esforço necessário para superar os desafios que marcaram sua infância, adolescência e parte da vida adulta.

Como naquela época meus pais não tinham condição financeira pra me manter na escola, hoje só não tenho faculdade, mais eu tenho ensino médio completo e vários cursos técnicos. Não é que eu não tivesse coragem de estudar, é porque eu tive meus filhos muito cedo, e em vez de eu dar oportunidade pra mim, eu preferi dar oportunidade pra eles. Era uma escolha, ou era eu ou era eles (P7, 13/03/2026, 43 anos).

As dificuldades que surgiram ao longo do tempo foram importantes para prepará-la para novos desafios do futuro. Depois que seus filhos concluíram os estudos, a pescadora decidiu retomar os estudos, investindo em alguns cursos técnicos relacionados à sua profissão, criando novas oportunidades de se profissionalizar. A própria Colônia de Pescadores Z-7 disponibiliza cursos voltados para o beneficiamento de pescado. Um dos objetivos da instituição é futuramente “[...] possuir uma fábrica de beneficiamento de pescado, [...] pra que melhore mais ainda a renda da pesca” (P10, 19/03/2026, 47 anos).

Outra problemática está ligada ao período de defeso, sendo uma temporada em que os peixes reproduzem, durando cerca de quatro meses, o que representa um grande desafio para os pescadores e pescadoras artesanais. Boa parte dos pescadores, associados da colônia, com a exceção dos aposentados, licenciados por auxílios doenças, recebe o auxílio financeiro durante esse período, conhecido como seguro-defeso. O valor pago pelo governo federal é de um salário mínimo, sendo uma maneira de garantir o sustento enquanto a atividade de pesca é proibida, como forma de reprodução e preservação das espécies.

O cenário torna-se ainda mais delicado quando se considera o impacto das usinas hidrelétricas, como a instalada próxima à área de estudo. Antes da construção da hidrelétrica, a vida no rio era outra. Quanto a isso, os peixes conseguiam subir e descer livremente, completando seus ciclos de reprodução. Hoje, não ocorre como antes. Diferente de outras usinas que construíram canais de transposição para os peixes, a UHEE não possui nenhuma estrutura que permita a migração. Isso compromete bastante a reprodução e a manutenção das espécies (P5, 2026).

Nesse sentido, a importância econômica aparece de forma evidente nos depoimentos, especialmente quando os entrevistados destacam que o rio “[...] representa a vida. Porque do rio a gente tira o mantimento de sobrevivência da gente” (P7, 13/03/2026, 43 anos). Outro pescador descreve que o rio “[...] é a forte de renda” (P1, 12/03/2026, 55 anos). Dessa forma, relacionam a pesca com o sustento da família, apontando os ganhos da profissão com base nos recursos disponibilizados pelo rio.

Em síntese, tal dependência pelo rio expõe também a vulnerabilidade dos pescadores e pescadoras, diante de uma série de mudanças ocorridas no território pesqueiro, desde a construção e a operação da UHEE. O relato do pescador P1 (2026) chama atenção quando ele confessa que a pesca tem dias que “está fraca”, mudou muito depois da operação da UHEE, hoje ele não deseja que seus filhos sigam a mesma profissão de pescador, e faz o que pode para formar seus três filhos.

A construção da UHEE trouxe com ela muitas incertezas para os pescadores artesanais. Os relatórios oficiais produzidos pelo CESTE afirmaram que alguns municípios não seriam diretamente afetados, como foi o caso de Tocantinópolis. Porém, os próprios pescadores e pescadoras entrevistados, como o atual presidente da colônia, senhor P5 (2026), relatam que tanto na colônia de Tocantinópolis como na Colônia de Pescadores Z-35 de Estreito (MA), registraram vários danos causados às espécies aquáticas, peixes e o próprio ambiente em si.

Conforme o pescador P2 (2026), o rio representa tudo e mais um pouco, sendo a maior riqueza. Sendo comparado também com um pai e uma mãe de um pescador. De maneira análoga, outra pescadora diz: “Se fosse uma coisa que eu tivesse poder, como escolher morar, eu morava lá no meio das ilhas [...] é lá onde eu me sinto bem” (P3, 12/03/2026, 51 anos). Outros compartilham experiências semelhantes, associando o rio como o sustento do lar e da criação de seus filhos, representando toda uma vida de pesca.

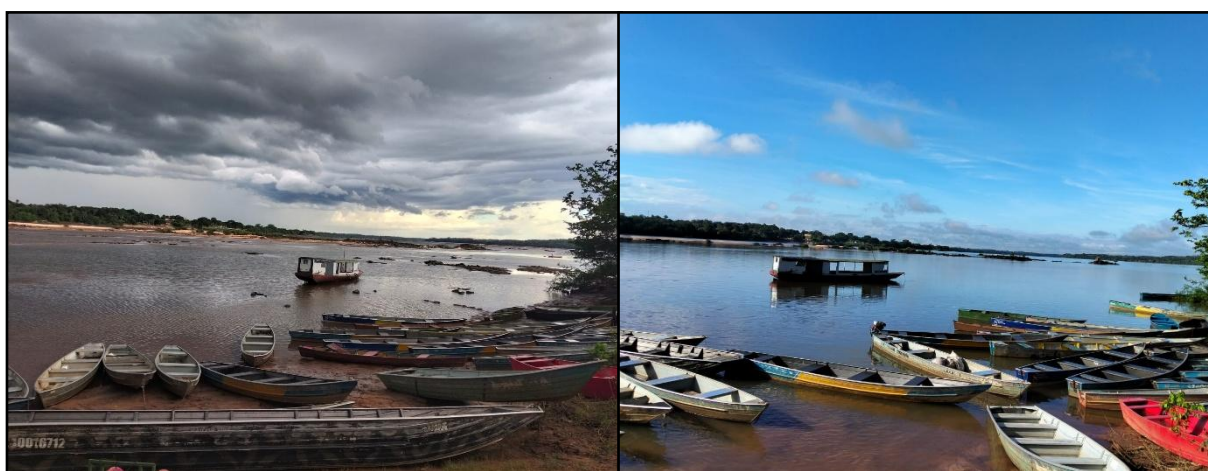
Com a análise dos depoimentos dos dez pescadores participantes da pesquisa, notou-se que, com a construção da UHEE, houve várias mudanças, principalmente no que se refere às práticas da pesca e à forma de organização do seu trabalho diário. Conforme P1 (2026), antes da barragem da usina, a atividade pesqueira proporcionava maior estabilidade econômica, permitindo que os pescadores permanecessem com suas redes vários dias no mesmo local. Porém, com a implantação desse empreendimento, as dinâmicas do rio mudaram completamente, isso se deve à liberação inesperada de fluxo de água, exigindo que os próprios pescadores e pescadoras se adaptassem a esta e outras mudanças.

Assim, aumentou as perdas dos instrumentos de pesca com a barragem da UHEE, como relata o entrevistado: “você tem que estar 24 horas no rio. A barragem ela prejudica. Tu bota uma rede agorinha, quando tu for olhar. O rio liberou água [...] você perde a rede” (P1, 12/03/2026, 55 anos). De modo semelhante, P3 (2026) aponta como a barragem tem provocado a desordem nas práticas tradicionais, por conta da oscilação no nível do rio. Evidencia um grande esforço e a precarização das condições da pesca artesanal.

Evidenciar que o território pesqueiro sofreu vários impactos, desde a degradação do meio ambiente, mortandade e redução de espécies de peixes, oscilações no nível das águas do Rio Tocantins e, além de perdas e prejuízos com os apetrechos de pesca, de acordo com as oscilações. As observações feitas durante as entrevistas foram essenciais para ouvir de perto as vozes dos pescadores e pescadoras. A partir dos dados coletados, a pesquisa identificou os impactos socioambientais e territoriais enfrentados pela comunidade, assim como o surgimento de suas estratégias para resistir e permanecer no território pesqueiro.

Os pescadores registram imagens e vídeos para evidenciar os impactos ambientais causados pela operação da UHEE, especialmente quando os comportamentos são fechados. Nesses momentos, as áreas a jusante da barragem sofrem prejuízos prejudiciais, e os pescadores são os mais afetados por essa situação. A fotografia 16 mostra o mesmo local com um registro no final da tarde do dia 14 de maio, enquanto o outro registro foi realizado na manhã do dia 16 de maio de 2026. Ambos registros foram realizados no mesmo local, com diferenças de horas. Segundo o P10 (2026), a rápida queda do nível das águas faz com que muitos peixes fiquem expostos e morram na área próxima à base da barragem da UHEE.

Fotografia 16 – Oscilação no nível das águas do rio decorrentes das ações da UHEE



Fonte: Fotografias disponibilizada pelo P10, (mai. 2026).

Esse problema ocorre com frequência, e mesmo os pescadores da colônia acionando o Ministério Público Federal (MPF), nada é resolvido. Mesmo assim, os pescadores enquanto atingidos não desistem de recorrerem para as ações na Justiça Federal. Segundo o P10 (2026), esse processo é um problema bastante complexo, e quem sempre sai perdendo são os atingidos pela hidrelétrica. Mesmo com várias tentativas de agir durante as ocorrências dos episódios de mortalidade de peixes, foram sem sucesso.

Cabe ressaltar que os impactos ambientais foram analisados por meio dos relatos, principalmente no que se refere também à mortandade dos peixes, após a construção da usina. Sob essa perspectiva, P4 (2026) relembra que, no andamento inicial do empreendimento, foram registrados ao longo do rio uma grande quantidade de peixes mortos. Dentre as espécies mais afetadas pelos impactos, destacam-se: o curimatá, pacu e surubim. Segundo o pescador, “[...] os peixes chegavam todos mortos” (P4, 12/03/2026, 65 anos). Esta situação demonstra um desequilíbrio ambiental para a atividade da pesca. Em síntese, o ocorrido comprometeu a fonte de renda dos pescadores e pescadoras artesanais, que foram diretamente afetados quanto a da atividade pesqueira.

Para o pescador P5 (2026), o Rio Tocantins é caracterizado pela presença de espécies de peixes migrantes, na sua percepção as espécies não sobrevivem paradas, elas migram. De acordo com pescador, a UHEE não possui em sua barragem o Sistema de Transposição de Peixes (SPT), ou seja, uma passagem para os peixes poderem passarem por uma escada. Assim, quando os peixes chegam no paredão da barragem, acabam por se aglomerarem e acabam morrendo de fome. Muitos dos peixes entram na turbina, e as vezes machucam suas cartilagens. Alerta que muita gente não sabe sobre o SPT, mas que tem algumas hidrelétricas que já possui a passagem para os peixes atravessarem a barragem de lado para outro, por uma escada.

Com base no quadro 11, as atividades consideradas complementares, realizadas pela minoria dos pescadores e pescadoras artesanais, surgem como alternativas que geram renda principalmente no período de restrição da pesca. Cada estratégia desenvolvida é válida e se torna essencial.

Quadro 11 – Fontes de renda dos entrevistados da Colônia Z-7

Entrevistados	Fonte de renda	Outras fontes de renda
P1 55 anos	Pesca	Pensão por morte
P2 57 anos	Pesca	Aposentadoria
P3 51 anos	Pesca	Agricultura, extrativismo (babaçu) e Bolsa Família
P4 65 anos	Pesca	Aposentadoria
P5 59 anos	Pesca	Pensão por morte
P6 57 anos	Pesca	Não possui
P7 43 anos	Pesca	Crochê e costura
P8 67 anos	Aposentadoria	Não possui
P9 63 anos	Aposentadoria	Não possui
P10 47 anos	Pesca	Não possui

Fonte: Elaborado pela autora (mar. 2026).

Em meio aos relatos, observou-se que os pescadores P6 de 57 anos, entrevistado, e P10 de 47 anos, afirmam depender exclusivamente da pesca. Porém, na temporada da piracema, a renda é substituída pelo seguro-defeso, que assegura o sustento de suas famílias. Outros dados coletados revelam que há a presença de outras fontes de renda, como aposentadorias e pensões por morte de cônjuges. Esses benefícios contribuem para a renda do pescador beneficiado, sendo fundamentais para a manutenção do sustento de suas famílias.

De acordo com o relato do pescador: “[...] a única fonte que eu tenho é porque minha mulher morreu. E eu sou pensionista. Ela também era pescadora” (P1, 12/03/2026, 55 anos). O relato de outro pescador diz: “Recebo uma pensão por morte da minha esposa” (P5, 13/03/2026, 59 anos). Os relatos mostram que os dois pescadores recebem pensões por morte de cônjuges, porém também são beneficiados pelo seguro-defeso.

O pescador P8, de 67 anos, revela que sua principal fonte de renda “Antigamente era pesca. Hoje é o aposento” (P8, 14/03/2026, 67 anos). Esta é a realidade dos três pescadores: Dona P2, de 57 anos, aposentada, o senhor P4 de 65 anos, e a senhora P9 de 63 anos. Ambos revelam que o aposento hoje também é a única fonte de renda. Os mesmos foram questionados sobre receberem o seguro-defeso, afirmaram não ter o direito, pois este benefício é concedido para pescadores aposentados. Porém, podem exercer a profissão.

Portanto, os desafios enfrentados pelos pescadores e pescadoras artesanais vão além dos impactos sociais e ambientais. Ainda assim, a colônia de pescadores resiste, organiza, denuncia as irregularidades e segue lutando por visibilidade, respeito e direito ao território em que sobrevivem. A necessidade de garantir o sustento das famílias é pelo simples fato de que nem sempre o pagamento do seguro-defeso é feito regularmente, como relatado pelos pescadores.

Assim, a maioria das famílias vinculadas à Colônia Z-7 depende exclusivamente da pesca, porém boa parte feles conseguiu desenvolver outras fontes de renda como estratégias econômicas. Tal realidade demonstra a capacidade que parte dos pescadores e pescadoras tem de se adaptar e resistir à vulnerabilidade das condições de vida. A análise cuidadosa das falas dos entrevistados aponta, de forma clara, que a renda mensal dos pescadores da Colônia Z-7 é marcada por algumas inseguranças, sendo que a maioria gira em torno de um salário mínimo.

Normalmente varia muito, na verdade quem vive do dinheiro da pesca, a gente não tem uma fonte de renda específica de valor. Mais basicamente quando o período está propício para pegar bastante peixe, varia de meses do ano... aí tem mês que a gente ganha mais, as vezes a gente ganha menos, mais na maioria das vezes a gente ganha um salário mínimo, um salário e meio por aí (P10, 19/03/2026, 47 anos).

Destaca-se que a maioria dos pescadores afirma que precisa ter uma fonte fixa, como aposentadorias ou pensões, para conseguir complementar o orçamento familiar. Por outro lado, a atividade da pesca, por si só, segue um ritmo incerto, como já relatado anteriormente. Em análise, o pescador afirma: “[...] só tenho meu salário mínimo mesmo. É, porque no rio não tem base pra pagar [...] se tu basear, tu tira um salário no mês” (P1, 12/03/2026, 55 anos).

[...] a minha renda mensal não chega a mil reais, não. Porque se a gente estiver pescando direto, até que pode chegar, né... mas se a gente não tano pescando, é mais difícil. E o coco também, como é na outra profissão, aí a gente tem que quebrar o coco em quinze dias para tirar o azeite. Aí não dá, não dá para fazer mil reais dentro de quinze dias, quebrando o coco. Porque tem o processo de torrar, de pisar, de moer, de cozinhar, de apurar, aí sempre vem um contexto que não, não dá para de auxiliar, pra dar essa renda toda no tempo. E é esse o meio que eu tenho de sobreviver (P3, 12/03/2026, 51 anos).

O relato demonstra como é difícil prever quanto vai receber no final do mês, já que as vezes o pescado depende do dia, e nem todo dia o rio está bom para capturar os peixes. Outros

depoimentos mencionam a oscilação do rio, sendo um dos maiores problemas diários. “A renda varia, porque tem vezes que a pesca é boa, tem vezes que não é. Vai de R\$1.000 a R\$ 1.500” (P7, 13/03/2026, 43 anos). “Os ganhos é conforme a quantidade do pescado, que podem variam entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.800,00, mas não tem uma garantia de retorno” (P2, 12/03/2026, 57 anos).

Nem sempre a renda chega sequer a um salário mínimo, sendo necessário desenvolver outras fontes de renda para complementar o sustento. Destaca-se que é proibido exercer outras profissões, bicos e diárias. Caso seja comprovado que o mesmo exerça outra profissão, o pescador pode ter a sua carteirinha suspensa. Porém, há quem se arrisque para trazer o sustento para casa. Portanto, para o profissional da pesca, é proibido que exerça outra profissão que não seja a de pescador, o que gera vários questionamentos a respeito.

O pescador, ele não pode ter outra profissão não, o pescador ele tem que ser pescador e acabou, viver só daquilo ali... ir pro rio pescar, ele não pode ter outra profissão. Já se a gente ver, o vereador, ele pode ter um cargo de vereador e pode ter qualquer outro tipo de profissão... pode ser professor qualquer coisa... a gente ver o prefeito, ele pode ser empresário... o deputado federal ou estadual, pode ter outra profissão. Todo mundo pode somar vários cargos, mais o pescador, ele tem que seguir risca só naquela coisa, ele não pode buscar mais uma soma pra complementar a sua subsistência... só pode ser da pesca... ele não pode pisar fora da linha que manda a lei, já não é considerado pescador, então existe uma discriminação muito grande em cima do pescador, principalmente na profissão. Todo mundo merece ter várias profissões na vida, mais o pescador não pode ter, só pode ser pescador. Pro governo você não pode ser lavrador, ou você é pescador ou você é lavrador. Você não pode... por exemplo, estar no período da piracema você não pode ir bem ali... tem uma vaga de servente e de pedreiro. O pescador, ele não pode pegar, ir e fazer uma diária, se alguém tirar uma foto dele, ele vai ficar sem receber o seguro-defeso. Agora eu conheço amigos meus que é vereador que é professor, o vereador que é enfermeiro. A gente conhece vários exemplos. Tem o deputado federal aí, que é empresário, que pode ter várias funções. Se lei fosse para todos, todo mundo tinha que ser igual o pescador. Quer ser deputado federal, então sua vida vai ser só deputado federal. Você não pode exercer mais nenhum cargo (P10, 19/03/2026, 47 anos).

O pescador e presidente da Colônia Z-7 faz um desabafo com relação aos pescadores não poderem exercer outras profissões que não seja somente a de pescador. Para tanto, o profissional da pesca sente-se desvalorizado e discriminado por não ter o livre arbítrio de poder somar com outras profissões, como é comparado com os políticos e empresários que podem exercer outros cargos, gerando assim, desigualdades entre as categorias sociais.

Os pescadores sentem-se discriminados pelo governo federal, pois o senhor presidente da Colônia Z-7 destaca que: “[...] a profissão do pescador é uma das mais antigas, que surgiu no mundo, aí depois foi surgindo outras profissões, [...] pra ser tratada de forma marginalizada, pra que diminuir tanto os que não tem nada” (P10, 19/03/2026, 47 anos). Entre todas essas vivências relatadas, os resultados evidenciam que, apesar de a pesca ter o seu papel fundamental

na sobrevivência desses pescadores, expressa a sensação de vulnerabilidade social presente na vida dos pescadores e pescadoras artesanais.

Conclui-se que os resultados revelam a importância de promover a valorização e preservação dos conhecimentos tradicionais da Colônia Z-7 de Tocantinópolis. Entre as propostas, destaca-se a criação de um Museu dos Pescadores, com o intuito de preservar a memória coletiva, por meio dos os instrumentos de pesca. Sugere-se ainda a implementação de um Curso de Ecologia não só para os pescadores e para a comunidade local.

Desta forma, entende-se que o Museu dos Pescadores artesanais juntamente com o curso de ecologia, é uma maneira de incentivar a preservação dos instrumentos de pesca, além de apresentar aos estudantes, visitantes e pesquisadores os conhecimentos sobre o modo de vida e a cultura ribeirinha dos pescadores. Entretanto, ambas as propostas podem ofertar oficinas sobre as técnicas tradicionais de pesca, confecção de redes, preservação ambiental e valorização dos saberes dos pescadores. Esta proposta tem o objetivo de fortalecer a identidade cultural da Colônia Z-7, promovendo o reconhecimento social dos pescadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a barragem de Estreito e seus efeitos no território dos pescadores artesanais de Tocantinópolis (TO). O município está localizado à margem esquerda do Rio Tocantins, na área urbana, destacando as relações sociais, econômicas, culturais e simbólicas com o rio. Buscou-se, por meio deste estudo, identificar a área de pesquisa e registrar os percursos metodológicos adotados. A análise permitiu compreender o papel do Estado e do setor privado (empreendedor) na implantação da UHEE, bem como seus efeitos sobre as populações atingidas. Além disso, foram analisadas as percepções dos pescadores e pescadoras artesanais da Colônia Z-7 enquanto sujeitos atingidos pelo empreendimento hidrelétrico.

Os caminhos metodológicos e as experiências vividas no campo de pesquisa pautaram-se na pesquisa qualitativa e fenomenológica, para uma compreensão do espaço vivido dos sujeitos ao seu território. A estrutura de pesquisa foi cuidadosamente pensada na criação de um percurso claro e coeso entre os fundamentos teóricos, os caminhos metodológicos. Para esta pesquisa, buscou-se compreender os modos de vida dos pescadores e pescadoras artesanais da Colônia de Pescadores Z-7, localizada à margem esquerda do Rio Tocantins, na área urbana do município de Tocantinópolis. O estudo destaca as relações sociais, culturais, econômicas e simbólicas que historicamente entrelaçaram a comunidade ao Rio Tocantins.

O roteiro de entrevistas, contendo dez questões, objetivou analisar todas as respostas obtidas por meio do questionário. As informações foram essenciais para a compreensão dos modos de vida dos atingidos pelas UHEE e quais medidas foram tomadas para amenizar as dificuldades enfrentadas após a construção do empreendimento Colônia Z-7. O questionário de entrevistas para aplicação com os secretários municipais de Tocantinópolis não foi possível, pois nenhum dos secretários de Meio Ambiente e Cultura estavam disponíveis, para um possível agendamento para entender as políticas públicas ou programas de apoio desenvolvidos pelo município para apoiar os pescadores e pescadoras artesanais após a instalação da UHE Estreito.

Apresentou-se ao leitor a caracterização e os caminhos da pesquisa na Colônia Z-7 de Tocantinópolis, proporcionando uma visão da área em estudo, detalhando a construção das memórias da pesquisadora com o Rio Tocantins. Na sequência, apresentou-se o primeiro contato da pesquisadora com a Colônia Z-7 por meio da sondagem, construindo os primeiros vínculos com os sujeitos da pesquisa. Finalizando o capítulo com os procedimentos metodológicos, teóricos e o empírico, com a Colônia de Pescadores Z-7 em perspectiva.

A pesquisa proporcionou a caracterização da área de estudo e a compreensão do contexto da Colônia de Pescadores Z-7 de Tocantinópolis, destacando a construção das memórias da pesquisadora com o Rio Tocantins. Em seguida, apresentou-se o primeiro contato da pesquisadora com a Colônia Z-7 por meio da sondagem, possibilitando a construção dos primeiros vínculos com os sujeitos da pesquisa. Por fim, foram apresentados os procedimentos metodológicos, teóricos e empíricos que fundamentaram o desenvolvimento da investigação junto à Colônia de Pescadores Z-7.

Nesse sentido, a base teórica oferece os recursos indispensáveis para esclarecer os fenômenos culturais, sociais e também ambientais que permeiam a vida dos pescadores artesanais, enquanto a pesquisa possibilita apresentar os conceitos que materializam o cotidiano da comunidade. Diversas dimensões envolvem a Colônia de Pescadores Z-7, tanto simbólica quanto política.

Ao longo do estudo, ficou evidente que a construção e a operação da UHEE provocaram grandes transformações, tanto no território pesqueiro quanto no modo de vida dos pescadores e pescadoras, gerando impactos socioambientais que ultrapassam a dimensão ambiental. Modificações no fluxo natural do rio, diminuição do pescado, mortandade dos peixes, processos erosivos nas margens e o assoreamento, tais impactos dificultam a prática da pesca artesanal, ameaçando não apenas o sustento das famílias dos pescadores, mas suas práticas tradicionais, culturais e a sua permanência na comunidade.

O Rio Tocantins é mais do que uma simples fonte de sustento, para os pescadores representa a vida, a fonte de sobrevivência das famílias que dependem dos recursos do rio. Os relatos coletados revelaram um sentimento de insegurança e abandono pelo poder público, o que reforça a ausência de políticas públicas voltadas para as necessidades reais vivenciadas pelos pescadores.

A percepção de que o poder público se aproxima apenas em períodos eleitorais, mantendo distância das demandas cotidianas, reforça a sensação de invisibilidade experimentada por estes sujeitos. Além disso, muitos ainda enfrentam dificuldades para regularizar sua profissão, acessar benefícios sociais e obter o devido reconhecimento como população tradicional impactada por grandes empreendimentos econômicos.

A necessidade de estudar e conhecer melhor os modos de vida dos pescadores e pescadoras artesanais antes da construção e operação da UHEE, bem como a atuação da Colônia de Pescadores Z-7 frente aos desafios gerados pelos impactos socioambientais pelo empreendimento energético. Posteriormente, os resultados da pesquisa apontam para as

mudanças ocorridas ao longo dos anos, o que afetou negativamente a reprodução da atividade da pesca na região.

Outro ponto pertinente é a importância das memórias e vivências da pesquisadora na construção desta pesquisa. Destaca-se que a relação pessoal com o Rio Tocantins também contribuiu para a análise sensível sobre as experiências da comunidade em estudo, relacionando o estudo com os fatores simbólicos, afetivos e fenomenológicos com o território do qual os pescadores fazem parte. As experiências de infância contribuíram para compreender o rio, não apenas como recurso natural, mas como lugar de vida e de construção das identidades.

A relação entre Estado, empreendedores e os atingidos pelo empreendimento, focando nos principais impactos socioambientais e nas contradições das políticas públicas adotadas, evidenciando as práticas de resistência desenvolvidas por pescadores no território. Mesmo diante das modificações e desafios enfrentados, os pescadores e pescadoras desenvolveram outras estratégias de resistência para permanecerem no território. Destaca-se ainda que, para a continuidade da atividade da pesca artesanal, a preservação dos saberes tradicionais e surgem como formas de resistências diante das imposições geradas pelo empreendimento hidrelétrico.

A pesquisa destaca o papel central da Colônia de Pescadores Z-7 na busca por direitos e políticas públicas que garantam o direito dos pescadores. Entretanto, a Colônia Z-7 apresenta a sua organização política, social e de fortalecimento da identidade dos pescadores da instituição. Além das estratégias de resistência e adaptações desenvolvidas para exercer a reprodução da atividade da pesca artesanal, como forma de manutenção dos seus saberes tradicionais transmitidos entre as gerações.

Contudo, a pesquisa também contribui para os debates no campo da Geografia, sobre temas relacionados com o território, conflitos socioambientais, impactos de empreendimentos sobre as comunidades tradicionais. Além disso, o estudo também reforça a necessidade de criar novas políticas públicas voltadas para a valorização dos pescadores e pescadoras artesanais, tanto para a preservação dos modos de vida tradicionais dos pescadores associados à Colônia Z-7.

A Colônia de Pescadores Z-7 possui mais que uma relação histórica, cultural e simbólica intensamente ligada ao Rio Tocantins, revelando que o território é mais do que um simples espaço físico, sendo um lugar de pertencimento, memória, identidade e reprodução do modo de vida tradicional dos pescadores e pescadoras artesanais. Nesta perspectiva, o rio representa a fonte de renda, subsistência e continuidade dos saberes transmitidos entre gerações passadas, presente e futuras.

A pesca artesanal é conhecida como uma produção tradicional, comumente desenvolvida por grupos de pessoas que fazem parte de povos ou comunidades tradicionais, e ambas utilizam as técnicas e instrumentos simples passados de experiências vividas de geração a geração, fortalecendo uma ligação entre as águas do rio e o território.

As práticas desenvolvidas pelos pescadores sustentam seu modo de vida e são essenciais para caracterizá-los como comunidades tradicionais, devido à sua conexão com o uso sustentável de recursos naturais, preservação do meio ambiente e à conservação da biodiversidade, sendo pilares fundamentais para fortalecer sua cultura e sobrevivência. Diariamente, os pescadores no Rio Tocantins extraem de suas águas o pescado para a comercialização e para garantirem suas fontes de renda.

Os relatos coletados revelaram um sentimento crescente de insegurança e abandono, reforçado pela ausência de políticas públicas específicas certificadas às necessidades reais dos pescadores. A percepção de que o poder público se aproxima apenas em períodos eleitorais, mantendo distância das demandas cotidianas, reforça a sensação de invisibilidade experimentada por estes sujeitos. Além disso, muitos ainda enfrentam dificuldades para regularizar sua profissão, acessar benefícios sociais e obter o devido reconhecimento como população tradicional impactada por grandes empreendimentos econômicos.

Por outro lado, a pesquisa destacou a força e resistência dos pescadores em criar novas estratégias para continuarem suas práticas tradicionais. Apesar dos desafios enfrentados pela Colônia Z-7, as estratégias de adaptação e luta se mantêm vivas. O papel dos representantes da colônia frente à organização coletiva, fazendo parcerias com instituições como IFTO, SENAR, UFNT, dentre outras, para levar cursos de capacitação, minicursos, palestras, com o intuito de levar e compartilhar conhecimentos.

Essas ações demonstram a capacidade de reinventar-se diante das transformações, a resistência vai além da presença dos pescadores rio adentro. A preservação dos saberes tradicionais é compartilhada no cotidiano, por meio das práticas que estão entrelaçadas com a identidade e o pertencimento entre os pescadores e o Rio Tocantins. As vivências diárias dos sujeitos constroem a organização social, revelando um significado simbólico com o território do qual estão inseridos. A pesca artesanal surge como uma atividade que dá origem a uma fonte econômica, ao mesmo tempo que gera a identidade social dos pescadores.

Durante as entrevistas, notou que a continuidade dos conhecimentos tradicionais permanece viva, os pescadores se preocupam em compartilhar suas experiências com seus filhos, mesmo que eles sigam em busca de outras profissões. Destaca ainda que a maioria dos pescadores deseja que seus filhos se formem em outras profissões, pois a profissão de pescador

é marginalizada e desvalorizada. Os resultados da pesquisa indicaram que os desafios enfrentados pelos pescadores e pescadoras artesanais da Colônia Z-7 estão diante das contradições provocadas pelo avanço do empreendimento da UHEE.

As consequências ambientais, sociais e econômicas impactaram a dinâmica da pesca e os modos de vida dos pescadores. Com relação aos impactos provocados pelo processo de implantação da UHE Estreito, transformou a dinâmica territorial, ambiental quanto social da comunidade pesqueira.

A pesquisa confirmou a ocorrência de diversas transformações no cotidiano dos pescadores, desde as suas práticas da pesca artesanal, como também as condições ambientais do rio e das diversas formas de sobrevivência da comunidade tradicional. Os relatos dos pescadores e pescadoras evidenciaram a insegurança, desvalorização da profissão e mudanças nas relações construídas com o território.

Os interesses estatais referem-se ao Estado (governos) que utilizam as usinas hidrelétricas como estruturas de desenvolvimento econômico. Em outros fatos, estas obras atendem às políticas públicas que lhe convêm para o crescimento econômico, mesmo que esses empreendimentos acabem impactando negativamente o meio ambiente, bem como os modos de vida das comunidades tradicionais.

Ao longo desta pesquisa, ficou evidente que a relação dos pescadores artesanais da Colônia de Pescadores Z-7 com o Rio Tocantins vai muito além do aspecto econômico da pesca. Essa conexão se configura como um elemento central na construção de identidades, saberes, memórias e formas de pertencimento territorial. As narrativas dos entrevistados revelam que o rio não é apenas um local de trabalho, mas também um espaço de vivências, tradições e experiências que se transmite de geração em geração.

O museu pode ser construindo a partir de uma sala na própria Colônia de Pescadores, funcionando como um espaço permanente dedicado à preservação dos patrimônios, materiais e imateriais associados à pesca artesanal e à vida ribeirinha dos pescadores, reunindo objetos como fotografias, documentos antigos, equipamentos de pesca, redes confeccionadas.

Portanto, é fundamental criar debates sobre a necessidade de políticas públicas com a participação das populações tradicionais, para garantir a valorização dos pescadores artesanais. A falta de valorização social e cultural faz com que os pescadores se sintam vulneráveis quanto à classe a que pertencem. Para isso, a pesquisa aponta para a criação de um curso para a área da ecologia em Tocantinópolis, como uma alternativa para promover o desenvolvimento econômico nas áreas de agricultura e pesca.

Por sua vez, as percepções dos atingidos, proporcionando compreender a caracterização socioeconômica dos sujeitos da pesquisa, os saberes tradicionais, práticas culturais e modos de vida do pescadores e pescadoras, a construção da identidade e pertencimento do pescador, assim como, as percepções sobre as espécies de peixes do, bem como os desafios e estratégias vivenciados pelos pescadores artesanais do rio.

Ao final da dissertação, apresentam-se as referências utilizadas, anexos e apêndices, seguidos de documentos institucionais e os instrumentos de pesquisa. Tais elementos não só atestam as inquietações como proporcionam transparência na metodologia adotada, reforçando assim a intensidade científica ao longo de todo o desenvolvimento da dissertação.

Por fim, este estudo revela que as resistências dos pescadores e pescadoras evidenciam como, mesmo diante das dificuldades e das transformações trazidas por grandes empreendimentos, esses grupos permaneceram firmes, reafirmando suas identidades, memórias, modos de vida e vínculos com o Rio Tocantins. A luta pela permanência no território pesqueiro fortalece continuamente o sentimento de pertencimento, demonstrando que as territorialidades, construídas ao longo de várias gerações, continuam vivas. Além de apresentar resultados, esta pesquisa amplia o debate sobre os impactos socioambientais causados pela barragem da UHEE e abre caminhos para futuras investigações sobre as comunidades ribeirinhas.

REFERÊNCIAS

ATHENAS IA. **Sistema de validação e proteção da escrita científica com inteligência artificial**. [S.I.]: Mestrado Aprovado, 2025. Disponível em: <https://athenasia.com>. Acesso em 02 abr. 2026.

BEGOSSI, A. **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BOGDAN, R. C., BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal. Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Lei Nº 11.699, de 13 de junho de 2008**. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o Parágrafo Único do Art. 8º da Constituição Federal e Revoga Dispositivo do Decreto-lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11699.htm. Acesso em 29 abr. 2025.

__. **Conselho Nacional de Saúde**. Norma Operacional nº 001, de 30 de setembro de 2013. Organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP e sobre os procedimentos para submissão, avaliação e acompanhamento da pesquisa e de desenvolvimento envolvendo seres humanos no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/legislacao/norma/norma-operacional-no-001-de-2013.pdf/view>. Acesso em 04 jul. 2025.

__. **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso em 12 jun. 2025.

__. **LEI n.º 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. 2009a. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso em 31 out. 2025.

__. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Seguro-Defeso passa a ser administrado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/novembro/seguero-defeso-passa-a-ser-administrado-pelo-ministerio-do-trabalho-e-emprego>. Acesso em 15 nov. 2025.

__. **Resolução do CONSUPRO nº 08, de 03 de Junho de 2022**. Dispõe sobre o Regimento do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFNT). Araguaína, TO, 2022. Brasil. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ndI78IPKKVDULhQBoRBR_17_ZLMOu22/view. Acesso em 22 set. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTREITO (MA). **Lei Municipal nº 005, de 1994**. Declara de utilidade pública a Colônia dos Pescadores Z-35 de Estreito. Estreito, MA, 1994. Disponível em: <https://www.cmestreito.ma.gov.br/portal2021/projeto/public/upload/leis/97647.pdf>. Acesso em 25 abr. 2026.

CARNEIRO, R. **Estado, mercado e o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro**. 2000. 400 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 164 p.

CNEC. **Estudos de Viabilidade da UHE Estreito**: Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, 2001. 267 p.

COLÔNIA DE PESCADORES Z-7. **Logo da Colônia de Pescadores Z-7**. Tocantinópolis, mai. 2022. Logo digital disponibilizado pela instituição.

CONEXÃO TOCANTINS. **Nível do Rio Tocantins fica abaixo do normal e preocupa; previsão é que baixe ainda mais**. Conexão Tocantins, 20 jul. 2017. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2017/07/20/nivel-do-rio-tocantins-fica-abaixo-do-normal-e-preocupa-previsao-e-que-baixe-ainda-mais>. Acesso em 26 dez. 2025.

CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA (CESTE). **UHE Estreito tem 85% do seu cronograma físico concluído**. *Ceste online*, 24 set. 2010. Disponível em: <https://uhe-estreito.com.br/noticias/ceste-online/89-uhe-estreito-tem-85-do-seu-cronograma-fisico-concluido.html>. Acesso em 3 jul. 2025.

__. **Municípios da área de abrangência da Usina Hidrelétrica de Estreito**. Disponível em: <https://uhe-estreito.com.br/o-empreendimento/municipios.html>. Acesso em 23 dez. 2025.

__. **UHE Estreito entra na reta final com o início da formação do reservatório**. *Ceste online*. Estreito (MA), 04 jan. 2011. Disponível em: <https://uhe-estreito.com.br/noticias/ceste-online/73-uhe-estreito-entra-na-reta-final-com-o-inicio-da-formacao-do-reservatorio.html>. Acesso em 22 set. 2025.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIEGUES, A. C. **A Pesca Construindo Sociedades**. São Paulo: NUPAB – USP, 2004.

__. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo, SP: Hucitec, Nupaub/USP, 2008.

DISTÂNCIA CIDADE. **Distância entre Tocantinópolis e Usina Hidrelétrica de Estreito**. Distância Cidade, s.d. Disponível em: <https://www.distanciacidade.com.br/distancia-entre-tocantinopolis-e-estreito>. Acesso em 21 jul. 2026.

FERNANDES, R. S. **A organização social dos pescadores e das pescadoras de Tocantinópolis – TO: seu território, saberes e desafios**. 2023. 126 f. Dissertação (Mestrado

em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, TO, 2023.

_. **Pescadores e pescadoras tradicionais de Tocantinópolis (TO) e sua luta pelo território e saberes.** *Revista Mosaico*, Goiânia, v. 18, n. 2, e13986, 2025. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/download/13986/7313>. Acesso em 22 jan. 2026.

FERRAZ, L. R.; GONÇALVES, M. J. F. **Gestión ambiental de empresas turísticas: estudio de caso.** En: CASTELLANOS, Roger J. Carrillo (compilador). *Memorias del IV Congreso Interamericano sobre el Medio Ambiente – Volumen I*. Caracas: Ediciones de la Universidad Simón Bolívar, 1998 (Serie Simposia). Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2331/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Roberta%20Ferreira%20Coelho.pdf>. Acesso em out. 2024.

FOLHA DO BICO. **Mortandade de peixes preocupa pescadores no Rio Tocantins.** 2011. Disponível em: <https://folhadobico.com.br/peixes-continuum-morrendo-no-entorno-da-usina-de-estreiro/>. Acesso em 22 abr. 2026.

G1. **MPF pede multa de R\$ 288 mil pela morte de peixes após abertura de comportas de barragem.** G1, 11 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/12/11/mpf-pede-multa-de-r-288-mil-pela-morte-de-peixes-apos-abertura-de-comportas-de-barragem.ghtml>. Acesso em 26 abr. 2026.

_. **Nível do Rio Tocantins baixa e turistas fazem travessia de trecho a pé.** G1, 17 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/nivel-do-rio-tocantins-baixa-e-turistas-fazem-travessia-de-trecho-a-pe.ghtml>. Acesso em 5 jul. 2025.

_. **Tocantinópolis: Procissão das Águas integra festejo em honra a Nossa Senhora da Consolação.** Disponível em: <https://folhadobico.com.br/tocantinopolis-procissao-das-aguas-integra-festejo-em-honra-a-nossa-senhora-da-consolacao/>. Acesso em 27 abr. 2026.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org). **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil. – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação em Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SED/UFRGS. Porto Alegre: Editora: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010, 176 p.

GOMES, R. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação, In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E.R. (orgs). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010, p. 185-221.

GUIA DE PEIXES COMERCIALIZADOS – MONTE ALEGRE (2023-2026). Disponível em: <https://www.guia-de-peixes-comercializados-monte-alegre.com/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

GUIMARÃES, G. **Imagem de Nossa Senhora dos Navegantes.** 2017. Fotografia. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/126478645@N04/34557491333/>. Acesso em 24 abr.

2026.

HAESBAERT, R. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: Território, Territórios. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFF/AGB, 2002.

___. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

___. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.

HUGUENIN, F. P. S.; HELLEBRANDT, L. M. **Mulheres na Cadeia da Pesca**: legislação e (des)regulamentação de direitos em comunidades pesqueiras do litoral fluminense. In: Anais 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (09 a 12/12/2018). Brasília/DF.

HUSSERL, E. Os Pensadores. **HUSSERL - Vida e Obra**. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, 2000.

___. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Trad. de Márcio Suzuki. São Paulo: Ideias & Letras, 2001.

IBGE. **Panorama de Tocantinópolis**. Cidades IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/tocantinopolis/panorama>. Acesso em 12 out. 2024.

IMPERATRIZ (MA). **Mercado do peixe: sonho de 40 anos**. Imperatriz: Prefeitura Municipal de Imperatriz, 2018. Disponível em: <https://imperatriz.ma.gov.br/blog/nossa-memoria/mercado-do-peixe-sonho-de-40-anos-memoria.html>. Acesso em 27 abr. 2026.

LIMA, A. M. T. **A implantação de usinas hidrelétricas no Tocantins**: processo decisório, participação e experiência dos agentes envolvidos. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2013.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, UnB, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARINHO, L. **Usina hidrelétrica de Estreito no Rio Tocantins**. 2011. Fotografia. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/24977-usina-acaba-com-pesca-no-tocantins/>. Acesso em 24 abr. 2026.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Definição do conceito de atingido**. Publicado em 2011. Disponível em: <https://mab.org.br/>. Acesso em 22 out. 2025.

___. **Usina de Estreito acaba com pesca no Tocantins**. 2011. Disponível em: <https://mab.org.br/2011/04/27/usina-estreito-acaba-com-pesca-no-tocantins/>. Acesso em 25 abr. 2026.

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS (MPP). **Cartilha Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre Território Pesqueiro**. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <https://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/p/cartilhas-do-mpp.html>. Acesso em 08 nov. 2025.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MOREIRA, H. C. L. **O seguro defeso e os pescadores artesanais no Amazonas**. Manaus: UFAM, 2011.

NATURATINS. **Folder informativo: período da piracema no Tocantins**. Tocantins, 2025. Material institucional. Disponibilizado pela Colônia de Pescadores Z-7 de Tocantinópolis.

OECO. **Peixes morrem na UHE de Estreito**. ((o)) *eco*, 2011. Disponível em: <http://www.oeco.com.br/salada-verde/24931-peixes-morrem-na-uhe-de-estrito/>. Acesso em 26 abr. 2026.

PAIOLA, L. M.; TOMANIK, E. A. **Populações tradicionais, representações sociais e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectivas de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná**. *Acta Scientiarum Maringá*, v. 24, n. 1, p. 175-180, 2002.

POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005. 118 p.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. **Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**. Vol. 1, n. 02. Rio de Janeiro: Tempo, 1996.

QUEIROZ, A. S.; MOTTA-VEIGA, M. **Análise dos impactos sociais e à saúde de grandes empreendimentos hidrelétricos: lições para uma gestão energética sustentável**. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 17, núm. 6, 2012, pp. 1387-1398. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Brasil.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, C. W. N. **Reprodução social das pescadoras e pescadores artesanais**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230213, 13 dez. 2022.

RAMOS, D. A.; SIMÕES, L. S. Histórico do sistema elétrico brasileiro. In: NEVES, Jorge Alexandre; NUNES, Felipe; OLIVEIRA, Nilton Fernandes de (org.). **Impactos sociais com a implantação de usinas hidrelétricas no Brasil e no mundo**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. p. 197-223.

RICETO, A.; SILVA, V. P. **O território como categoria de análise da Geografia**. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 9, n. 28, p. 146-152, dez. 2008. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em 31 out. 2025.

SADALA, M. L. A. **A fenomenologia como método para investigar a experiência vivida: uma perspectiva do pensamento de Husserl e de Merleau-Ponty.** In: Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2., 2004, Bauru. Anais. Bauru: Universidade do Sagrado Coração de Jesus e Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativa, 2004.

SANTOS, M. **O Brasil, território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, M. C. **O conceito de “atingido” por barragens-direitos humanos e cidadania.** Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 113-140, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/12698>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. **Territorialidade e Identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 03-16, 2009.

_. M. A. **Abordagens e Concepções de Território.** 3 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Revista UFRGS, 2003.

SIEBEN, A. **Estado e Política Energética: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito.** 2012. 203 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia: UFU, Uberlândia, MG, 2012.

SILVA, L. G. **Os Pescadores na História do Brasil.** Volume I: Colônia e Império. Comissão Pastoral dos Pescadores. 1988. Recife, PE.

SOUZA *et al.* (2016). **Do Rio Tocantins a Hidrelétrica de Peixe Angical: os peixes e as pescarias na memória dos pescadores.** Revista Interface (Porto Nacional), 12(12), 119-134. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/2365>. Acesso em 20 abr. 2026.

SOUZA, J. M. L. *et al.* **Peixe defumado.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 37 p. (Agroindústria Familiar). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/507261/1/16333.pdf>. Acesso em 20 abr. 2026.

TERRIN, K. A. P.; B. L. A. **Direito de energia e sustentabilidade: uma análise dos impactos negativos das usinas hidrelétricas no Brasil.** Universidade Federal da Grande Dourados, p. 47-63, 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

TV ANHANGUERA. **Nível do Rio Tocantins baixa e turistas fazem travessia de trecho a pé.** G1 Tocantins, 17 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/nivel-do-rio-tocantins-baixa-e-turistas-fazem-travessia-de-trecho-a-pe.ghtml>. Acesso em 03 nov. 2025.

UCHIMURA, G. C. **Populações atingidas por barragens:** como e por que lutamos por direitos. Curitiba: Terra de Direitos, 2022.

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional.** Rio de Janeiro, RJ: CEDI 1992.

_. C. B. **Conceito de “atingido”:** uma revisão do debate. *In:* ROTHMAN, Franklin Daniel (org.). Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008. p. 39-63.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica:** estudos do homem nos trópicos. Tradução de Clotilde da Silva Costa. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1957. v. 290.

ANEXO 1 – Aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
NORTE DO TOCANTINS
(UFNT)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIDAS ÀS MARGENS: TERRITÓRIO, RESISTÊNCIAS E IMPACTOS PROVOCADOS PELA UHE ESTREITO NA COLÔNIA DE PESCADORES Z-7 EM TOCANTINÓPOLIS-TO

Pesquisador: ADRIANA MONTEIRO DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 91598225.0.0000.0342

Instituição Proponente: Centro de Educação, Humanidades e Saúde

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.820.395

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa vinculado ao PPGEU da UFNT. Está bem elaborado e apresenta as principais informações da pesquisa e das implicações éticas na pesquisa com seres humanos.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme a pesquisadora:

Analisar os impactos provocados pela UHEE sobre o modo de vida dos pescadores da Colônia Z-7, localizada à margem esquerda do Rio Tocantins, na área urbana Tocantinópolis - TO, destacando as relações sociais, econômicas, culturais e simbólicas com o rio.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme a pesquisadora:

RISCOS

Assim, os riscos são reconhecidos, pois os mesmos podem trazer desconfortos emocionais, considerados leves durante as entrevistas ao relatar experiências difíceis sobre perda de território, transformações ocasionadas pela UHE Estreito, diminuição da pesca e com as condições de vida desses pescadores artesanais.

Endereço: Avenida Paraguai, s/n, esquina com Rua Uxiramas, sala 3, prédio do PPGL

Bairro Setor Cimba

CEP: 77.824-838

UF: TO **Município** ARAGUAINA

Telefone (63)3416-5686

E- cep@ufnt.edu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
NORTE DO TOCANTINS
(UFNT)**



Continuação do Parecer: 7.820.395

BENEFÍCIOS

Embora não ocorra vantagens diretas e imediatas para os participantes, a pesquisa visa produzir conhecimento que contribuía com a valorização dos saberes tradicionais, do modo vida dos pescadores artesanais, das memórias vividas e das estratégias de resistência dos pescadores da Colônia Z-7. Dessa forma, os participantes podem se beneficiar com o reconhecimento social e acadêmico, que podem resultar em debates sobre políticas públicas, além fortalecer suas lutas em busca de direitos e por visibilidade de sua comunidade tradicional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante para a área de conhecimento e Programa, pois aborda comunidades impactos provocados às populações ribeirinhas num contexto de pesquisa em Tocantinópolis-TO.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatório foram anexados no protocolo de pesquisa, e estão de acordo com as normativas da CONEP.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências. O protocolo de pesquisa se encontra de acordo com as normativas da CONEP, principalmente a Norma Operacional CNS nº 001/2013 e Resolução CNS nº 466/12.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2612489.pdf	22/08/2025 10:32:38		Aceito
Outros	ROTEIRO_1_DE_ENTREVISTAS_DESTINADO_PESCADORES.pdf	22/08/2025 10:15:22	ADRIANA MONTEIRO DA	Aceito
Outros	ROTEIRO_2_DE_ENTREVISTAS_DESTINADO_SECRETARIOS_PUBLICOS.pdf	22/08/2025 10:13:38	ADRIANA MONTEIRO DA	Aceito
Outros	DECLARACAO_DO_ORIENTADOR.pdf	22/08/2025 10:05:27	ADRIANA MONTEIRO DA	Aceito

Endereço: Avenida Paraguai, s/n, esquina com Rua Uxiramas, sala 3, prédio do PPGL

Bairro Setor Cimba

CEP: 77.824-838

UF: TO

Município ARAGUAINA

Telefone (63)3416-5686

E- cep@ufnt.edu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
NORTE DO TOCANTINS
(UFNT)**



Continuação do Parecer: 7.820.395

Outros	Carta_Apresentacao_CEP_UFNT.pdf	22/08/2025 09:55:21	ADRIANA MONTEIRO DA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_DA_PESQUISA.pdf	22/08/2025 09:52:19	ADRIANA MONTEIRO DA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_DE_EXECUCAO_DA_PESQUISA.pdf	22/08/2025 09:49:32	ADRIANA MONTEIRO DA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_ESCLARECIDO.docx	22/08/2025 09:49:09	ADRIANA MONTEIRO DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_BROCHURA.docx	22/08/2025 09:43:17	ADRIANA MONTEIRO DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	22/08/2025 09:40:13	ADRIANA MONTEIRO DA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARAGUAINA, 05 de Setembro de 2025

Assinado por:
MARCO AUGUSTO GIANNOCARO DA SILVA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Paraguai, s/n, esquina com Rua Uxiramas, sala 3, prédio do PPGL

Bairro Setor Cimba

CEP: 77.824-838

UF: TO **Município** ARAGUAINA

Telefone (63)3416-5686

E- cep@ufnt.edu.br

APÊNDICE A – Termo Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

1/3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulado “**VIDAS ÀS MARGENS: território, resistências e impactos provocados pela UHE Estreito na Colônia de pescadores Z-7 em Tocantinópolis – TO**”, desenvolvida por **Adriana Monteiro da Silva**, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), sob orientação do Prof. Dr. **Airton Sieben**.

Serão explicados os objetivos da pesquisa e a importância da participação de cada pescador artesanal na construção da pesquisa. Após apresentada a proposta da pesquisa, será entregue para leitura e assinatura o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) será apresentada a proposta da pesquisa, seus objetivos, procedimentos e a importância da participação. No entanto, fica livre aos participantes o direito de desistir da pesquisa a qualquer momento sem lhe causar prejuízos.

Objetivo do estudo: Analisar os impactos provocados pela Usina Hidrelétrica Estreito (UHEE) sobre o modo de vida dos pescadores da Colônia Z-7, localizada a margem esquerda do Rio Tocantins, na área urbana Tocantinópolis – TO, destacando as relações sociais, econômicas, culturais e simbólicas com o rio.

Justificativa: A escolha para o estudo decorre da importância social, ambiental e científica sobre a Colônia de pescadores Z-7, sendo uma comunidade tradicional de Tocantinópolis – TO. Os pescadores vivem um cenário em meio às consequências causadas pela implantação da UHEE, enfrentando diariamente os impactos em seu território, decorrente do empreendimento. Do ponto de vista acadêmico, o estudo tem como destaque a interação entre o território, o Rio Tocantins, a UHEE e o modo de vida dos pescadores artesanais da Colônia Z-7.

Procedimentos e/ou descrição detalhada dos métodos: Para a pesquisa será utilizada a abordagem qualitativa. A seleção dos participantes será intencional, analisando os pescadores artesanais da Colônia Z-7, com experiência considerável na pesca artesanal (entre 25 e 30 anos de atividade). O contato inicial será realizado no próprio espaço da Colônia, respeitando assim, a organização comunitária. Além disso, serão entrevistados 02 representantes públicos, sendo um da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e outro da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura de Tocantinópolis.

Os processos de coleta de dados serão por meio de um questionário semiestruturado composto de até 10 questões, com duração aproximada de 60 a 90 minutos.

Neste sentido:

- () Permito a divulgação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;
- () Não permito a publicação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Riscos da Pesquisa: Os riscos são reconhecidos, pois os mesmos podem trazer desconfortos emocionais, considerados leves durante as entrevistas ao relatar experiências se houve perda de território, os impactos ambientais, mudanças no modo de vida e outras transformações ocasionadas pela UHEE. Caso ocorra qualquer desconforto, no ato da aplicação do questionário de entrevistas, será suspensa imediatamente, garantindo o bem-estar do participante.

Benefícios Da Pesquisa: Embora não ocorra vantagens diretas e imediatas para os participantes, a pesquisa visa produzir conhecimento que contribua com a valorização dos saberes tradicionais, do modo de vida dos pescadores artesanais, das memórias vividas e das estratégias de resistência dos pescadores da Colônia Z-7. Dessa forma, os participantes da pesquisa podem se beneficiar com o reconhecimento social e acadêmico, podendo resultar em debates sobre políticas públicas e justiça socioambiental, além de fortalecer suas lutas por direitos e pela visibilidade de sua comunidade tradicional.

Sigilo: A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão enviados para você e permanecerão confidenciais. Seu nome ou material que identifique sua participação não será liberado. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. O participante receberá uma via deste documento assinada pelo(a) participante da pesquisa e pela pesquisadora, e rubricada em todas as páginas por ambos, participante e pesquisador (a). Terá o direito e a liberdade de recusar a participar da pesquisa, bem como, retirar seu consentimento seja antes ou depois da coleta dos dados independentemente do motivo e sem nenhum prejuízo.

Para obtenção de qualquer outra informação e esclarecimentos, você poderá **entrar em contato com a pesquisadora no endereço: Rua 14, QD: 12, LT: 06, CEP: 77826-462, Setor Morada do Sol II, Araguaína - TO. Telefone (63) 99215-8810, ou pelo e-mail: adriana.silva@ufnt.edu.br.**

O CEP é composto por um grupo de pessoas responsáveis para garantir que seus direitos como participante em pesquisa sejam respeitados e que as mesmas sejam conduzidas conforme as normas éticas vigentes.

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFNT. O CEP é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Caso você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou, você pode entrar em contato com o CEP da UFNT, pelo telefone (63) 3416-5686/5696, pelo e-mail: cep@ufnt.edu.br, ou Avenida Paraguai, s/n., esquina com a Rua Uxiramas, Sala do CEP, prédio do PPGLIT, sala 3 (piso superior) ou térreo, Centro de Ciências Integradas (CCI), Setor Cimba. O(A) Sr.(a) pode inclusive fazer a reclamação sem se identificar, se preferir. O horário de atendimento do CEP é de “segunda à sexta-feira das 14 às 17.”

Este documento é emitido em quatro vias que serão, ambas, assinadas por mim, pelo orientador, coorientador e pelo participante da pesquisa de forma voluntária, ficando uma via para cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu,, **concordo em participar do estudo intitulado:** “Vidas às margens: território, resistências e impactos provocados pela UHE Estreito na Colônia de pescadores Z-7 em Tocantinópolis – TO”. Informo que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. **Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável, Adriana Monteiro da Silva** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem isto levar a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Estou ciente de que receberei uma via desse documento.

Tocantinópolis, Tocantins, ____ de _____ de 2025.



Assinatura do participante
necessário

Impressão dactiloscópica, se

Adriana Monteiro da Silva
Pesquisadora do Programa de Pós-graduação Geografia – PPGeo
Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT

Airton Sieben
Orientador do Projeto
Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo
Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT



APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas para os Pescadores da Colônia Z-7



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS

CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Área de Concentração: Dinâmicas Espaciais – Paisagem Território e Educação

Linha de Pesquisa: Estudos da Paisagem e do Território

Avenida Paraguai, s/nº, esquina com a Rua Uxiramas - Setor Cimba | 77824-838 |

Araguaína/TO Tel.: (63) 3416-5601 | (63) 3416-5602 Prédio BALA II

e-mail: ppgeo@ufnt.edu.br

ROTEIRO DE ENTREVISTAS DESTINADO PARA OS MEMBROS DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-7 DE TOCANTINÓPOLIS – TO

Iniciais do entrevistado: _____ Idade: _____ Sexo: _____

Naturalidade: _____

Local da entrevista: _____

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): Assinado () Sim () Não

Durante quantos anos você trabalhou/trabalha como pescador(as)? _____

1. Qual é a principal fonte de renda de sua família?

- () Pesca () Agricultura
() Comércio () Trabalho assalariado
() Aposentadoria () Programas sociais
() Outra fonte, especifique:

2. Qual é a sua renda mensal proveniente da atividade que você exerce para a sua subsistência?

- () Até R\$ 1.000,00 () De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00
() De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 () Acima de R\$ 3.001,00
() Nenhuma renda

3. Há quanto tempo você faz parte da Colônia de pescadores Z-7 de Tocantinópolis?

4. Na sua opinião, o Rio Tocantins representa para você e sua família?

-
5. **Você lembra como era seu modo de vida na Colônia Z-7 antes da construção da UHE Estreito? O que mudou?**
-

6. **Você precisou adaptar sua atividade de pesca artesanal após a construção e operação da UHE Estreito? Se sim, quais foram as adaptações?**
-

7. **Quais foram os principais efeitos percebidos nas atividades exercidas pela Colônia de pescadores Z-7 após a construção e operação da UHE Estreito?**

- ☐ Aumento nas oportunidades de emprego e renda
- ☐ Redução da atividade de pesca
- ☐ Dificuldades de acesso ao rio
- ☐ Impactos ambientais
- ☐ Desapropriação de pescadores moradores das margens do rio
- ☐ Redução das práticas culturais e dos saberes tradicionais. Por que?

8. **Quais áreas das políticas públicas você acredita que são necessárias ter como melhorias para os pescadores artesanais? E qual é a principal dificuldade encarada pelos pescadores da Colônia Z-7?**

- ☐ Educação ☐ Saúde ☐ Moradia
- ☐ Apoio à pesca e agricultura ☐ Preservação ambiental

9. **Na sua opinião, a Prefeitura de Tocantinópolis valoriza ou tenta preservar o modo de vida tradicional da Colônia de Pescadores Z-7?**
-

10. **Que mensagem você gostaria de deixar para as autoridades responsáveis pelas decisões que afetam o Rio Tocantins e o modo de vida das comunidades tradicionais?**
-
-



APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas para os Secretários Públicos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS

CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Área de Concentração: Dinâmicas Espaciais – Paisagem Território e Educação

Linha de Pesquisa: Estudos da Paisagem e do Território

Avenida Paraguai, s/nº, esquina com a Rua Uxiramas - Setor Cimba | 77824-838 |

Araguaína/TO Tel.: (63) 3416-5601 | (63) 3416-5602 Prédio BALA II

e-mail: ppgeo@ufnt.edu.br

ROTEIRO DE ENTREVISTAS DESTINADO A SECRETÁRIOS PÚBLICOS DE TOCANTINÓPOLIS – TO

Iniciais do entrevistado: _____ Idade: _____ Sexo: _____

Naturalidade: _____

Local da entrevista: _____

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): Assinado () Sim () Não

Há quantos anos você trabalha na Prefeitura de Tocantinópolis? : _____

1. Qual é o seu cargo público na Prefeitura de Tocantinópolis?

2. Na sua opinião, a Prefeitura de Tocantinópolis valoriza ou tenta preservar o modo de vida tradicional da Colônia de Pescadores Z-7?

3. Sobre a Secretária de Meio Ambiente e Cultura e Turismo municipal, há valorização da cultura da comunidade tradicional no uso sustentável dos recursos naturais do Rio Tocantins?

4. Com relação a políticas públicas ou programas de apoio, têm sido desenvolvidos ou articulados pelo município para apoiar os pescadores artesanais e suas famílias após a instalação da UHE Estreito? Se sim, quais?

5. Como você avalia os impactos da UHE sobre o território tradicional da comunidade, especialmente em relação ao uso da terra, do rio e dos recursos naturais?

6. Você tem conhecimento sobre a renda e a segurança alimentar dos pescadores da Colônia Z-7, se foram impactadas com relação a redução da pesca ou mudanças no ambiente aquático após à instalação da UHE Estreito? Como a Prefeitura tem atuado diante dessa situação?

7. A Prefeitura de Tocantinópolis identifica alguma mudança na organização social, cultural ou territorial dos pescadores artesanais vinculados à Colônia Z-7 após o funcionamento da UHE? Houve deslocamentos, perda de identidade comunitária ou mudanças no modo de vida?

8. Você acha que existe diálogo entre a Prefeitura, a Colônia Z-7 e os responsáveis pela UHE Estreito? Se sim, como se dá essa relação?

9. Na sua opinião, quais seriam os principais caminhos para minimizar ou reparar os impactos causados à atividade de pesca tradicional e ao modo de vida dos pescadores?

10. Que mensagem ou reflexão você gostaria de destacar sobre o tema abordado nesta pesquisa?



APÊNDICE D – Declaração de Autoria e Responsabilidade



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS

CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Área de Concentração: Dinâmicas Espaciais – Paisagem Território e Educação

Linha de Pesquisa: Estudos da Paisagem e do Território

Avenida Paraguai, s/nº, esquina com a Rua Uxiramas - Setor Cimba | 77824-838 |

Araguaína/TO Tel.: (63) 3416-5601 | (63) 3416-5602 Prédio BALA II

e-mail: ppgeo@ufnt.edu.br

DECLARAÇÃO DE AUTORIA E RESPONSABILIDADE QUANTO AO USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PESQUISA

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCENTE

Nome completo: Adriana Monteiro da Silva

Número de matrícula: 2024130546

Título da dissertação: Barragem de Estreito: Efeito no território dos Pescadores Artesanais de Tocantinópolis (TO)

Nome do(a) orientador(a): Airton Sieben

2. DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Declaro, para os devidos fins, que a dissertação acima identificada é obra original, inédita e de minha autoria exclusiva, não contendo plágio ou autoplágio. Assumo integral responsabilidade por eventuais problemas éticos, acadêmicos ou legais decorrentes do uso de Inteligência Artificial (IA), ainda que não declarados neste formulário. Declaro ainda, ter utilizado ferramentas de inteligência artificial (IA), especificamente o ATHENAS IA, na produção e revisão de algumas seções desta dissertação, incluindo sugestões linguísticas e melhorias na escrita acadêmica, tanto no resumo em português quanto no em inglês. O uso dessas ferramentas limitou-se ao refinamento textual, sem delegar qualquer interpretação de dados, análise de resultados ou geração de referências bibliográficas. Todas as decisões conceituais e análises críticas permanecem sob a responsabilidade do autor.

3. DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Item	Sim	Não	Especificação (qual IA, como e em que etapa)
Usei IA para buscar ou organizar referências bibliográficas	X		ATHENAS IA
Usei IA para transcrever ou tratar dados/entrevistas		X	
Usei IA para gerar, sugerir ou modificar mapas/figuras/gráficos		X	
Usei IA para traduzir trechos (inclusive abstract)	X		ATHENAS IA
Usei IA para escrever, parafrasear ou reescrever conteúdo original	X		ATHENAS IA
Usei IA para revisar gramática, estilo ou coesão	X		ATHENAS IA
Usei IA para formatar ou normalizar referências		X	

Descrição geral do uso da IA

Durante o desenvolvimento desta dissertação, foi utilizada a ferramenta de inteligência artificial ATHENAS IA, desenvolvida por uma equipe de mestres e doutores, com destaque para a atuação da Dra. Isa Rego. A ferramenta tem como foco principal, auxiliar na organização textual, revisão gramatical, reformulação de parágrafos e estruturação de ideias acadêmicas. Destaca-se a ferramenta de IA não teve sua utilização para produção automática de dados, como estatística, coleta de resultados ou qualquer outro fornecimento de referências.

Destaco ainda que o uso da ferramenta não substituiu a análise crítica, desenvolvimento dos capítulos da pesquisa, interpretação dos dados, resultados obtidos nas percepções dos pescadores e pescadoras da Colônia Z-7, ou qualquer outra elaboração teórica da pesquisadora, sendo empregada apenas como apoio técnico e linguístico.

2. Prompts utilizada com ATHENAS IA

Os prompts utilizados consistiram em comandos textuais direcionados à melhoria da redação da dissertação, os mesmos estão baseados em:

- “Reduza o referencial teórico mantendo as ideias principais sem alteração na escrita original”.
- “Estruture a descrição dos métodos aplicados na pesquisa sem alterar a escrita original”
- “Faça um resumo claro e objetivo da pesquisa para a construção do Resumo para a dissertação”;
- “Traduza o resumo do português para o inglês, mantendo a escrita sem alteração na escrita”
- “Corrigir a concordância verbal e ajuste no uso de pontuação”
- “Organize o parágrafo com coerência e coesão”;
- “Revise ortografia e gramática das considerações finais da pesquisa sem alterar a escrita original”.

3. Trechos impactados

- Introdução (páginas 16 - 20): Estruturação do argumento inicial, a partir da sugestão de conexão lógica feita pela IA.
- Referencial teórico (pág. 37 - 42): Estruturação do referencial teórico aprimoramento da coesão da escrita.
- Metodologia (pág. 30 - 33): Sugestão de estrutura para descrição dos métodos aplicados.

- Organização de parágrafos referentes as Discussão dos resultados (pág. 72 - 98): organização das ordens das de discussões dos relatos dos pescadores e pescadoras artesanais.
- Organização dos parágrafos da dissertação (págs. 21–98): Auxílio na formulação na organização dos subtópicos.
- Revisão gramatical (págs. 14 –103): Correção de concordância verbal e ajuste no uso de pontuação.
- Considerações finais (págs. 21–98): Revisão da ortografia e gramática das da pesquisa.

4. Declaração e Justificativa do uso de IA

Declaro ter utilizado a ferramenta ATHENAS IA durante a redação desta dissertação, limitando-se à revisão textual, melhoria estrutural de parágrafos e sugestões de organização de ideias, sem utilização para produção automática de dados, análise de resultados ou criação de referências bibliográficas. Todos os comandos (prompts) e trechos impactados apresentam-se descritos no Apêndice D, conforme a Portaria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nº 2.664, de 6 de março de 2026, que instituiu a Política de Integridade na Atividade Científica, que estabelece diretrizes específicas para o uso de IA em pesquisas acadêmicas e científicas.

Referência da ferramenta de IA: ATHENAS IA. **Sistema de validação e proteção da escrita científica com inteligência artificial.** [S.I.]: Mestrado Aprovado, 2025. Disponível em: <https://athenasia.com>. Acesso em 10 mai. 2026.

Araguaína – TO, 15 de maio de 2026.



Documento assinado digitalmente

ADRIANA MONTEIRO DA SILVA

Data: 15/05/2026 08:54:58-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>